

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Programa de Pós Graduação em Psicologia

Mateus Campos Rodrigues

UMA DISCUSSÃO SOBRE GÊNERO:

Análise dos estereótipos de gênero veiculados pela revista Veja no governo Dilma Rousseff

Belo Horizonte

2023

Mateus Campos Rodrigues

UMA DISCUSSÃO SOBRE GÊNERO:

Análise dos estereótipos de gênero veiculados pela revista Veja no governo Dilma Rousseff

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Ignez Costa Moreira

Apoio Institucional: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES

Área de Concentração: Processos de Subjetivação

Linha de Pesquisa: Intervenções clínicas e sociais

Belo Horizonte

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

R696d	<p>Rodrigues, Mateus Campos Uma discussão sobre gênero: análise dos estereótipos de gênero veiculados pela revista Veja no governo Dilma Rousseff / Mateus Campos Rodrigues. Belo Horizonte, 2023. 109 f. : il.</p> <p>Orientadora: Maria Ignez Costa Moreira</p> <p>Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia</p> <p>1. Brasil. Presidente (2011-2016 : Dilma Rousseff). 2. Veja (Revista) - Crítica, interpretação, etc. 3. Análise do discurso. 4. Mulheres na política - Brasil. 5. Relações de gênero. 6. Estereótipo (Psicologia). I. Moreira, Maria Ignez Costa. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.</p>
-------	--

SIB PUC MINAS

CDU: 396.9

Ficha catalográfica elaborada por Fabiana Marques de Souza e Silva - CRB 6/2086

Mateus Campos Rodrigues

UMA DISCUSSÃO SOBRE GÊNERO:

Análise dos estereótipos de gênero veiculados pela revista Veja no governo Dilma Rousseff

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Processos de Subjetivação

Linha de Pesquisa: Intervenções Clínicas e sociais

Profª Drª. Maria Ignez Costa Moreira (Orientadora)

Prof. Drª Andréa Moreira Lima - UNA

Prof Dra Roberta Romagnolli – PUC Minas

Belo Horizonte, 24 de março de 2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, com certeza sem ele eu não conseguiria estar aqui. Nos momentos em que tive dificuldades ele foi o meu refúgio e minha fortaleza.

Agradeço à minha querida orientadora Maria Ignez Costa Moreira, por todo o carinho, cuidado, gentileza e atenção, por conseguir me compreender, me acolher nos momentos de angústia, aflição e sempre me mostrar que o caminho pode ser leve. O meu desejo por essa pesquisa se manteve vivo, porque você esteve perto de mim!

À minha companheira Jeny, que me ajudou com a inscrição, me incentivou nos dias que tudo estava difícil, que está comigo todos os dias, me compreendendo, me respeitando nos dias mais complicados e me dando a mão nos dias mais doloridos. Sem você não seria possível!

À professora dr^a Andréa Moreira Lima, que tive o prazer de ser seu aluno, por ser uma grande referência e inspiração profissional que admiro e respeito, e por aceitar participar desse momento tão importante

À professora dr^a Roberta Carvalho Romangnoli por aceitar fazer parte dessa banca de qualificação e defesa, com uma leitura instigadora e provocações tão interessantes.

A todos os professores do Programa de Pós-graduação em Psicologia da PUC Minas:

Por sempre me incentivarem a buscar o conhecimento que não se encontra nos livros, que é infinito.

Aos colegas de mestrado pela partilha virtual, as trocas de conhecimento e as possibilidades de construção de rede. Especialmente a Bruna, Karol, Maria Teresa e Felipe.

Agradeço à minha família, meu irmão Daniel pela ajuda que sempre me deu nos momentos de dificuldade.

À minha mãe Gláucia e meu pai Rogério pelo apoio que recebi nos momentos que foi necessário.

À CAPES, pelo suporte financeiro, que proporcionou um mergulho profundo nos estudos.

Aos meus outros amigos e colegas que vibraram e vibram por mim sempre que me perguntavam, como vai a dissertação? Saibam que eu levo vocês comigo também!

RESUMO

O presente trabalho teve como ponto de partida a seguinte pergunta: quais os possíveis estereótipos de gênero produzidos sob a imagem da ex-presidenta Dilma Rousseff veiculados pela revista Veja? A partir desse questionamento essa pesquisa buscou investigar quais os estereótipos de gênero relacionados a ex-presidenta Dilma Rousseff foram divulgados pela revista Veja, tomando as teorias de gênero como referencial teórico. A pesquisa bibliográfica envolveu teóricas do gênero, autoras feministas clássicas, do feminismo negro, e autores da psicologia. Os procedimentos metodológicos utilizados foram análise documental e análise de conteúdo. Na análise documental, foram tomadas revistas publicadas durante 2010, ano da campanha eleitoral e entre 2011 e 2016 período que compreende os dois mandatos da presidente, ressalvando que o segundo mandato foi interrompido pelo impeachment. A análise de conteúdo toma o material empírico em categorias temáticas: Relações assimétricas de gênero, estereótipo e tecnologias de gênero. A partir dessas categorias as revistas são analisadas à luz das teorias de gênero. A análise documental selecionou dez revistas como material final. Como resultado constatou-se que as capas apresentam estereótipos de gênero. Dilma na categoria das relações assimétricas de gênero teve a dinâmica do poder colocada a prova, pois sua posição de presidente era questionada, seu saber não era suficiente para estar a frente da nação. No que se refere às tecnologias, as posições de reafirmações dos estereótipos foram confirmadas pelas capas.

Palavras chave: gênero, revista, estereótipo, Dilma, mulheres, política.

ABSTRACT

The present work had as its starting point the following question: what are the possible gender stereotypes produced under the image of former President Dilma Rousseff conveyed by Veja magazine? From this question this research sought to investigate which gender stereotypes related to former President Dilma Rousseff were disseminated by Veja magazine, taking the gender theories as a theoretical reference. The bibliographical research involved gender theorists, classical feminist authors, black feminists, and authors from psychology. The methodological procedures used were document analysis and content analysis. In the documentary analysis, magazines published during 2010, the year of the electoral campaign, and between 2011 and 2016, the period that comprises the two mandates of the President, were taken, noting that the second mandate was interrupted by the impeachment. The content analysis takes the empirical material in thematic categories: asymmetric gender relations, stereotype and gender technologies. From these categories the magazines are analyzed in the light of gender theories. The documentary analysis selected ten magazines as final material. As a result it was found that the covers present gender stereotypes. In the category of asymmetrical gender relations, Dilma had her power dynamics put to the test, because her position as president was questioned, and her knowledge was not enough to be in charge of the nation. Regarding technologies, the positions of stereotypes reaffirmations were confirmed by the covers.

Keywords: gender, magazine, stereotype, Dilma, women, politics.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: n° de prefeitos e prefeitas eleitos (as) no Brasil em 2016.....	51
Quadro 2: n° de vereadores(as) eleitos no Brasil em 2016	51
Quadro 03: números gerais sobre as eleições de 2018.....	52
Quadro 04: Número gerais das eleições de 2022.....	55
Quadro 05: Revistas a partir das chamadas de capa e o momento vivido no país a partir da data de publicação	74

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Revista Veja: edição 2317 de 17 de abril de 2013.....	61
Figura 02: Revista Veja Edição 2186 de 13 de outubro de 2010	70
Figura 03: Revista Veja: Edição 2187 de 20 outubro de 2010.....	70
Figura 04: Revista Veja: Carta ao leitor, edição 2187 de 20 de outubro de 2010.....	71
Figura 05: Revista Veja: Edição 2367 de 02 de abril de 2014	71
Figura 06: Revista Veja: Edição 2399 de 12 de novembro de 2014.....	72
Figura 07: Revista Veja: Edição: 2407 de 07 de janeiro de 2015	72
Figura 09: Revista Veja: Edição 2447 de 14 de outubro de 2015	73
Figura 11: Revista Veja: Edição 2477 de 11 de maio de 2016	73
Figura 12: Revista Veja: Edição extra, número 2390, de novembro de 2010.....	74
Figura 13: Revista Veja: Parte interna da edição especial – 2390.....	77
Figura 14: Revista Veja :Parte interna da edição especial – 2390.....	78
Figura 15: Revista Veja: Parte interna da edição especial – 2390.....	79

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAPSO:	Associação brasileira de psicologia social
AI5:	Ato Institucional n° 5
BVS:	Biblioteca Virtual em Saúde
ALESP:	Assembleia Legislativa de São Paulo
CAPES:	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNDM:	Conselho Nacional de Condição de Mulher
COLINA:	Comando de Libertação nacional
CPC:	Centro de Prevenção à Criminalidade
DOPS:	Departamento de Ordem e Política Social
FBPF:	Federação Brasileira para o Progresso Feminino
FEE:	Fundação de Economia e Estatística
LGBTQIA+:	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, intersexo, assexual.
MST:	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
OBAN:	Operação bandeirante
ONGS:	Organização não governamental
PAC:	Programa de Aceleração do Crescimento
PAISM:	Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher
PDT:	Partido Democrático Trabalhista
PEPSIC:	Portal de Periódicos Eletrônicos em Psicologia
PL:	Projeto de Lei
POLOP:	Organização Revolucionária Marxista Política Operária
PSDB:	Partido da social Democracia brasileira
PT:	Partido dos Trabalhadores
PTB:	Partido Trabalhista Brasileiro
SCIELO:	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SUS:	Sistema Único de Saúde
TCC:	Trabalho de Conclusão de Curso
TJMG:	Tribunal de Justiça de Minas Gerais
TRE:	Tribunal Regional Eleitoral
TSE:	Tribunal Superior Eleitoral
UDN:	União Democrática Nacional
UFMG:	Universidade Federal de Minas Gerais
VAR- PALMARES:	Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR:	Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 BREVE REVISÃO DAS TEORIAS DE GÊNERO	14
2.1 Joan Scott – A categoria analítica de gênero.....	14
2.2 Butler - performatividade de gênero	20
2.3 Tereza de Laurettis – As tecnologias de gênero	26
3 MULHERES NA POLÍTICA	32
3.1 As mulheres e o patriarcado	32
3.2 Primeira onda do feminismo – a luta pelo voto das mulheres	35
3.3 A segunda onda do Feminismo – A resistência à Ditadura	40
3.4 A terceira onda Feminista – redemocratização.....	43
3.5 Quarta onda do feminismo – Institucionalização das demandas	48
3.6 Os estereótipos femininos de gênero.....	57
3.6.1 A categoria de gênero como instrumento para a desconstrução dos estereótipos.....	60
3.6.2 Dilma Rousseff: A trajetória até a presidência do Brasil	63
4 OS ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO NA CAPA DE REVISTA	67
4.1 Relações assimétricas de gênero	83
4.2 Estereótipos femininos de gênero	88
4.3 Tecnologia de gênero.....	91
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS.....	97

1 INTRODUÇÃO

O tema dessa dissertação foi construído em um movimento constante desde o início do processo de escrita do projeto. As origens das motivações para a pesquisa da presente dissertação sobre os estereótipos femininos de gênero veiculados pela revista Veja durante o governo Dilma Rousseff se cruzam com os caminhos construídos como estudante de graduação em psicologia e estagiário, no período entre 2016 e 2019. Na faculdade, ainda como estudante, fiz parte de um grupo de extensão chamado: “Junt@s: Mulheres e Homens contra a violência de gênero”, nesse projeto era realizado o atendimento dos homens autores de violência de gênero contra as mulheres, todos encaminhados pelo Tribunal De Justiça de Minas Gerais (TJMG), onde eram incluídos em grupos reflexivos. Além dessa experiência de extensão, atuei como estagiário no Programa de Mediação de Conflitos do Governo do Estado de Minas Gerais articulado ao Centro de Prevenção à Criminalidade (CPC). Essas experiências foram trazendo o tema da violência contra as mulheres de diversas formas, fazendo com que eu me interessasse por aprofundar a compreensão sobre esse fenômeno psicossocial de maneira mais singular.

Entre as diversas áreas da psicologia, criei interesse pela psicologia social e pela psicologia política, participei ativamente das disciplinas de intervenção psicossocial, das manifestações a favor dos/das professores/as e meu engajamento político/social se fortaleceu. Eu sempre entendi que a psicologia não é neutra, que é preciso assumir uma posição, compreender a lógica social na qual estamos inseridos, a desigualdade social, de gênero e as lutas dos mais vulneráveis. Nesse contexto, tive oportunidade de participar, apresentando trabalhos no 19º Encontro Nacional da Abrapso (Associação Brasileira de Psicologia Social), em 2017. Em 2018 participei da diretoria ampliada da gestão responsável por organizar o evento da Abrapso Minas, realizado em Belo Horizonte. A proximidade com as temáticas sociais e os assuntos que tocam a desigualdade de gênero, pauta que foi incorporada à vertente da psicologia social crítica, assim, as epistemologias feministas e as teorias de gênero foram me chamando atenção e se tornaram tema do meu trabalho de conclusão de curso de graduação em Psicologia em 2019, intitulado “A construção psicossocial dos gêneros: os estereótipos femininos em um veículo impresso de circulação nacional, nos anos de 2011 a 2016”.

O grande foco do meu trabalho de conclusão da graduação em psicologia foi a discussão a partir da imagem da ex-presidenta Dilma Rousseff, à categoria das mulheres.

Utilizei como material de análise, as capas das revistas *Veja*. Assim, por meio de categorias temáticas foi possível a leitura sobre os estereótipos femininos de gênero, construídos em uma cultura machista, desigual e violenta.

Nesse cenário, a escrita do trabalho de conclusão de curso, foi base para a elaboração do projeto de pesquisa de mestrado que proporcionou minha entrada, em 2021 no Programa de Pós Graduação em Psicologia da PUC Minas, onde desenvolvi a pesquisa com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. O desejo de continuar no mestrado, a pesquisa já iniciada na graduação, é importante por revelar as aspirações de um jovem estudante que trata do tema da violência de gênero gerada pelo machismo e assimetria de poderes, e por vezes naturalizada pela mídia.

Minha posição de sujeito enquanto homem branco e heterossexual implica no meu reconhecimento de ocupação de um lugar privilegiado e n minha busca por ressignificar minhas posições, compreendendo o histórico violento e machista produzido na prática heteronormativa dominante. Assim, essa dissertação por se tratar de um tema que toca aspectos que questionam os padrões heteronormativos, machistas e sexistas, visa proporcionar reflexões na sociedade brasileira.

O problema de pesquisa que norteia essa dissertação é: quais os possíveis estereótipos de gênero produzidos sob a imagem da ex-presidenta Dilma Rousseff veiculados pela revista *Veja*? Com essa pergunta pretendo organizar e construir a pesquisa. O objetivo geral é o de: analisar os estereótipos de gênero relacionados à imagem da ex-presidenta Dilma divulgados pela revista *Veja*. Quanto aos objetivos específicos: apresentar e discutir as teorias de gênero; analisar a ocupação das mulheres nos cargos legislativos e executivos da política brasileira; e, finalmente, analisar à luz da categoria de gênero, os estereótipos veiculados pela revista *Veja* dirigidos à primeira presidente do Brasil.

Para a realização dos objetivos geral e específicos foram adotadas duas estratégias metodológicas, quis sejam, a revisão das teorias de gênero e a análise das capas da revista *Veja*, tomadas como material empírico, que foram publicadas durante 2010, ano da campanha eleitoral, e entre 2011 e 2016, período que compreende os dois mandatos da presidente, ressalvando que o segundo mandato foi interrompido pelo *impeachment*. Cabe ressaltar que após esse primeiro critério amplo para a inclusão das Revistas *Veja*, foram elaborados critérios mais refinados para inclusão e exclusão das revistas publicadas nesse período.

No que diz respeito ao objeto empírico, a escolha da revista *Veja* justifica-se por ser um grande veículo de imprensa criado pela Editora Abril, em 1968, em pleno regime militar e pouco antes da instauração, em dezembro de 1968, do Ato Institucional nº 5¹ (AI5), que radicalizou as práticas autoritárias da ditadura e cassou os direitos individuais e coletivos. A revista enfrentou a censura, teve edições apreendidas, no entanto, permaneceu desde então com suas edições publicadas sem interrupção, com distribuição semanal tratando de temas variados de abrangência nacional e global, que atinge um grande público.

As edições das revistas *Veja* que serão utilizadas nessa pesquisa foram aquelas publicadas no período entre 2010 a 2016. Serão examinadas todas as edições desse período que apresentem nas capas imagens da ex-presidente, analisadas por meio da perspectiva da categoria de gênero. Durante o processo de pesquisa, a carta dos leitores chegou a ser incluída como objeto de estudo, pois buscava-se relação de sentido entre a capa pesquisada e carta do leitor seguinte. Entretanto, as cartas não faziam referência à capa anterior analisada, o que dificultava a correlação e o seu uso na pesquisa. Além disso, a busca pelo material foi extremamente dificultada pela perda de disponibilidade de acesso ao portal da *Veja*, fechado em razão da reorganização do acervo.

A dissertação foi organizada em três capítulos. O primeiro contempla a discussão sobre as teorias de gênero. Serão enfatizados os aspectos das relações de poder desigual e assimétricos entre homens e mulheres e os desafios para a superação do binarismo de gênero. Será tomada a categoria analítica de gênero e a assimetria de poderes descrita por Scott (1995), as tecnologias de gênero de Laurettis (1994) e a noção discursiva de sexo, gênero e a lógica da performatividade de Judith Butler (2003).

O segundo capítulo tratará do contexto histórico da inserção das mulheres brasileiras na participação política. Será ressaltado o direito ao voto no Brasil, a desigualdade política, a entrada das mulheres nas atividades políticas e nos cargos públicos. A discussão a respeito da representação política das mulheres e os efeitos produzidos a partir da ex-presidente Dilma também serão abordados. Os movimentos feministas e os seus efeitos na política brasileira, as principais características e definições das ondas feministas também serão objeto de estudo.

No terceiro capítulo será realizada a análise do material empírico. A estratégia metodológica utilizada será a análise de conteúdo de Bardin (2004) que consiste tanto no

¹ Ato Institucional N° 5: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm

estudo das figuras de linguagem, reticências, entrelinhas, quanto dos conteúdos manifestos. Além disso, estrutura-se em três fases: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos dados. A organização do material se dará por intermédio das categorias temáticas, que vão possibilitar a exploração do material com ênfase nos estereótipos de gênero.

As correlações serão realizadas com as autoras de base escolhidas, tendo como foco três categorias de análise: relações assimétricas de gênero, estereótipos de gênero e tecnologias de gênero. Ao longo dos outros capítulos, parte da análise também será apresentada, pois buscou-se a necessária articulação entre a teoria e a análise do material empírico. Com base na metodologia de análise de conteúdo, as capas foram organizadas mediante categorias de análise que permitiram que as interpretações fossem conectadas às teorias apresentadas.

Destaca-se aqui que as capas das revistas foram acessadas mediante assinatura *online* da revista *Veja*. Esse molde de assinatura no valor de R\$ 9,99 (nove reais e noventa e nove centavos) permite acesso amplo ao acervo digital completo da editora, que conta com todas as edições publicadas desde a primeira edição. Durante o processo de exploração do material, a revista fechou o seu acervo virtual, o que fez com que fosse necessário cancelar a assinatura e continuar a busca pelas revistas na Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica e na internet.

No que tange à pesquisa teórica e bibliográfica, o trabalho se fez valer de busca em Artigos científicos, dissertações, teses, publicações em bases de dados como Scielo, PEPSIC, BVS-Psi, CAPES, entre outras bases de dados. Todos os artigos e teses utilizados assim como os demais textos, levou em consideração o tema da dissertação, com a busca pelas palavras-chaves: estereótipo; gênero; Dilma; política; entre outros. Os demais textos e livros, são de autores e autoras clássicos/as.

2 BREVE REVISÃO DAS TEORIAS DE GÊNERO

Venho para abrir portas, para que muitas outras mulheres também possam, no futuro, ser Presidentas e para que, no dia de hoje, todas as mulheres brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher. Não venho para enaltecer a minha biografia, mas para glorificar a vida de cada mulher brasileira. Meu compromisso supremo, reitero, é honrar as mulheres, proteger os mais frágeis e governar para todos² (Discurso de Posse. Dilma Rousseff. 2011).

O presente capítulo apresenta uma breve discussão sobre as teorias de gênero com ênfase em Scott (1995), Lauretis (1994) e Butler (2003). A categoria analítica de gênero possibilita a análise da lógica binária e heteronormativa, mas não a quebra, ela denuncia, problematiza e propõe saída ao modelo hegemônico e o desafio epistemológico é vencer a lógica binária e contrastiva. A tecnologia de gênero é um construto que funciona como um dispositivo que ratifica as posições de gênero, trazendo elementos que têm a função de marcar aspectos relacionados ao exercício da sexualidade. Butler (2003) ao rever o esforço inicial da epistemologia feminista para produzir uma distinção entre sexo e gênero, argumentará que tal esforço se revela inútil uma vez que “Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revelase absolutamente nenhuma.” (p.25).

2.1 Joan Scott – A categoria analítica de gênero

O conceito de gênero é apresentado por Scott (1995) no texto: “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. Joan Scott, historiadora norte-americana dedica-se desde a década de 1980 à história das mulheres e é considerada uma importante

²Rousseff, Dilma. *Íntegra do discurso da presidente Dilma Rousseff na cerimônia de posse*. Senado Notícias. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/01/01/integra-do-discurso-da-presidente-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-posse>.

pesquisadora que trouxe muitas contribuições para a elaboração inicial do conceito de gênero.

Em um primeiro momento, Scott traz as teóricas feministas americanas que rejeitavam o determinismo biológico de sexo-gênero. A ênfase era dada ao caráter social do sexo, que se ligava ao eixo do que era considerado feminino. Esse cenário foi alvo de crítica por parte das feministas, por se tratar de um movimento de invisibilidade da história do feminismo e da elaboração do conceito de gênero.

É evidente que, num certo sentido, as/os feministas vêm fazendo isso por muitos anos. A história do pensamento feminista é uma história da recusa da construção hierárquica da relação entre masculino e feminino, em seus contextos específicos, e uma tentativa para reverter ou deslocar suas operações. Os/as historiadores/as feministas estão agora bem posicionados/as para teorizar suas práticas e para desenvolver o gênero como uma categoria analítica. (Scott, 1995 p.84)

A autora postula a respeito das pesquisas nessa área, que se caracterizavam por serem muito descritivas. Esse movimento, entretanto, não é novo, o questionamento a respeito da diferença enfatiza o modo pelo qual se compreendiam e explicavam as diferenças.

Os cruzamentos da lógica do gênero, raça e classe não possuíam o mesmo estatuto e não eram lidos e interpretados da mesma maneira. A autora lê o gênero como categoria principal, é por ele que o poder é tomado, e é a partir do poder que as assimetrias e a desigualdade de gênero são assimiladas. Ao excluir e tomar o gênero masculino e feminino como posições únicas, as cristalizações de gênero produzem estereótipos que objetificam e reduzem o gênero a uma só posição. As desigualdades, preconceitos, discriminação e violência advindas desse processo são prejudiciais às pessoas que fogem do padrão heteronormativo. O estereótipo fixa características, generalizações e julgamentos que são compartilhadas na sociedade.

A litania "classe, raça e gênero" sugere uma paridade entre os três termos, mas, na verdade, eles não têm um estatuto equivalente. Enquanto a categoria "classe" tem seu fundamento na elaborada teoria de Marx (e seus desenvolvimentos ulteriores) sobre a determinação econômica e a mudança histórica, "raça" e "gênero" não carregam associações semelhantes. (Scott, 1995 p.73)

Scott (1995) menciona que a desigualdade de gênero não é derivada de desigualdade de classe. Segundo ela, não existe um construto unânime dos pesquisadores de classe, alguns têm Weber como referência, outros utilizam as teorias heurísticas, ou mesmo os Marxistas com as ideias de causalidade econômica. Ainda, “Não existe nenhuma clareza ou coerência desse tipo para a categoria de raça ou para a de gênero. No caso do gênero, seu uso implicou uma ampla gama tanto de posições teóricas quanto de simples referências descritivas às relações entre os sexos” (Scott, 1995, p.73). A desigualdade de gênero só pode ser superada a partir da transformação das relações de gênero, de poder.

Assim, as comparações com as três instâncias, classe, gênero e raça/cor indicavam que não era possível uma análise histórica de gênero desvinculada dos fatores sociais, do exercício desigual do poder, as lógicas de opressão e vulnerabilidade. Ao fixar sua perspectiva de estudo no gênero, Scott avança seus escritos mencionando como os historiadores fixavam suas teses e narrativas aos quadros tradicionais das ciências sociais, utilizando da universalidade como explicação central para todos os fenômenos.

Na sua maioria, as tentativas dos/as historiadores/as para teorizar o gênero permaneceram presas aos quadros de referência tradicionais das ciências sociais, utilizando formulações há muito estabelecidas e baseadas em explicações causais universais. Estas teorias tiveram, no melhor dos casos um caráter limitado, porque elas têm tendência a incluir generalizações redutivas ou demasiadamente simples, que se opõem não apenas à compreensão que a história como disciplina tem sobre a complexidade do processo de causação social, mas também aos compromissos feministas com análises que levem à mudança. Um exame crítico destas teorias exporá seus limites e permitirá propor uma abordagem alternativa. (Scott, 1995, p. 74)

O caráter limitante dessas teorias tende a produzir generalizações simples que reduzem os processos históricos das vivências das mulheres.

A perspectiva proposta pela autora se inseria na dinâmica de tomar o gênero como categoria analítica e crítica. Essa lógica permeava o cenário histórico e político das relações de poder.

A preocupação teórica com o gênero como uma categoria analítica só emergiu no fim do século XX. Ela está ausente das principais abordagens de teoria social formuladas desde o século XVIII até o começo do século XX. De fato, algumas destas teorias construíram sua lógica a partir das analogias com a oposição entre masculino/feminino, outras reconheceram uma "questão feminina", outras ainda se preocuparam com a formulação da identidade sexual subjetiva, mas o gênero, como uma forma de falar sobre sistemas de relações sociais ou sexuais não tinha aparecido. (Scott, 1995, p.85)

A partir das problemáticas colocadas por Scott (1995) a respeito do desenvolvimento das questões históricas e teóricas, sobre o gênero como uma categoria analítica, seu raciocínio desenvolve-se em descrever o gênero em duas partes e de outros múltiplos conjuntos que se diferenciam. Para ela, “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (p.86). Nesse ponto, as modificações provocadas nas relações sociais impactam as representações de poder. Essas mudanças, portanto, não são unidireccionais e abrem espaço para o diálogo de como se dão as relações de gênero.

A ideia dos sexos, masculino e feminino remontam a perspectiva simbólica dos papéis impostos a esses corpos, as representações que são concebidas a um modelo de mulher, ligada à esfera doméstica, dos cuidados ligados à família, dos filhos, da passividade e da afetividade. Esse discurso ligado à dinâmica do poder revela a naturalização das relações e das posições sociais como derivadas do biológico. Essa perspectiva também é afirmada no campo do político, em que as mulheres têm pouca representatividade e que qualquer movimento é motivo de polêmica. Em 2016, a revista Veja trouxe uma reportagem a respeito da ex-primeira dama Marcela Temer, na ocasião, o título produzido pela revista trazia: “Bela, recatada e do lar”³. O sensacionalismo na ocasião gerou muita repercussão por suscitar debates entre as pessoas que concordavam ou não que as mulheres deveriam ter uma postura única, de respeito, sempre cuidando da sua aparência e reservadas ao cuidado do lar, deixando os homens na posição de poder, de chefe da família. Sobre esse assunto, Tedeschi (2012) menciona que a naturalização dessas características como própria das mulheres perpetua nas sociedades a desigualdade

³ Linhares, Juliane. *Bela, Recatada e do Lar*. Revista Veja. <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>

de gênero e o machismo, que são evidenciados, por exemplo, na prática da violência doméstica que atinge um contingente de mulheres que são agredidas por seus companheiros, homens com os quais viveram ou vivem relações afetivo-sexuais.

Nesse sentido, Scott (1995) discorre a respeito dos elementos constitutivos da categoria analítica, que fazem com que essa construção seja exemplificada na dinâmica social. Um aspecto importante são que os símbolos são capazes de produzir e evocar sentidos. Se tomarmos os exemplos as representações do feminino citadas pela autora, de Eva e Maria na tradição cristã, ambas descritas na Bíblia, que apresentam ideias contrastivas do bem e do mal: Maria associada à luz, ao perdão e à pureza, enquanto que Eva é associada às trevas, ao pecado e à maldade. Ambos exemplos de bem e mal trazem estereótipos de mulheres. Maria uma mulher boa que foi submissa, que seguiu os preceitos e ordens de Deus, a mulher perfeita. E do outro lado, Eva, a mulher insubmissa que traiu Adão e por ela, foram expulsos do paraíso, segundo dizem as tradições cristãs ocidentais. A construção elucida um modelo de mulher que fixa características e faz com que se crie interpretações a respeito.

Nesse sentido, Dilma Rousseff pode ser lida pelo estereótipo de Eva. Em metáfora, a ex-presidenta é insubmissa, ela toma o fruto da árvore do conhecimento e ocupa um espaço nunca antes ocupado por uma mulher, suas posições enquanto líder do país foram vistas como firmes e duras.

Esses conceitos estão expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tomam a forma típica de uma oposição binária fixa, que afirma de maneira categórica e inequívoca o significado do homem e da mulher, do masculino e do feminino (Scott, 1995 p.86).

Os contextos que viabilizam a produção simbólica e possibilitam a interpretação e representação desses símbolos estão diretamente ligados ao discurso de poder. “A posição que emerge como posição dominante é, contudo, declarada a única possível. A história posterior é escrita como se essas posições normativas fossem o produto do consenso social e não do conflito.” (Scott, 1995 p.86).

A construção do discurso e exploração dos símbolos conforme descrito por Scott, é marcante na construção da imagem da ex-presidenta Dilma Rousseff. Ela sempre estava em evidência com os olhares sobre o seu corpo. As vestimentas, o cuidado com suas roupas, adereços, sempre estavam sob os holofotes, revelando que sua imagem enquanto

presidenta da república tinha muito valor. Essa representação a respeito de Dilma traz uma perspectiva sob o que ela representa enquanto a primeira mulher a governar o país.

Além dos símbolos culturais e os conceitos normativos, Scott (1995) discorre sobre outros elementos constituintes da categoria analítica, o sistema de parentesco. Ele leva em conta a família como base da organização social. Fazem parte desse cenário, “a educação (as instituições de educação somente masculinas, não mistas, ou de coeducação fazem parte do mesmo processo) e o sistema político (o sufrágio universal masculino faz parte do processo de construção do gênero)” (Scott, 1995, p.87).

A distinção entre o público e privado é uma noção necessária, pois a naturalização dos espaços ocupados por homens e mulheres revela a posição de gênero de ambos. Conforme Andrade (2018), essa divisão denota o tratamento assimétrico de poder entre homens e mulheres que advém das sociedades coloniais que perpetuam o padrão de poder colonial, passando a se expressar em termos racializados e de classe.

A compreensão do espaço doméstico como não político não só invisibilizou as relações de poder exercidas no âmbito da vida familiar como esvaziou o caráter político das pautas feministas, tidas como particularidades pessoais e íntimas. (Andrade, 2018, p.172.) Assim, o espaço público passa a ser pertencente aos homens e o privado às mulheres, demonstrando assim a assimetria de poderes entre eles. A política exercida pelos homens e as mulheres lutando por esse espaço é a herança de todo esse momento.

É importante que se diga que Dilma chegou à presidência, mas não foi a primeira mulher que tentou. Diversas outras tentaram apoio político, da sociedade, mas não conseguiram se eleger, como por exemplo: Marina Silva em 2010 e Heloísa Helena em 2006.

Ao se pensar os aspectos mencionados por Scott é possível compreender como se desenvolvem as relações sociais e institucionais. A característica principal do seu conceito de gênero é a significação das relações de poder. A possibilidade de conexão que o gênero tem com a política e a política com o gênero, recortam e legitimam as relações sociais. “O gênero, então, fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana.” (p.89). A política para Scott é um campo de análise histórica vinculado ao poder e um espaço de extrema dureza, de dificuldade de inserção do feminino nas discussões. Segundo ela, “a história política - ainda o modo dominante de pesquisa histórica - tem sido o bastião de resistência à inclusão de materiais ou questões sobre as mulheres e o gênero.” (p.89).

As discussões de Scott sobre como o feminino era lido em contrapartida ao

masculino e como a desigualdade política se fazia presente é marcada pelas relações entre as leis sobre as mulheres e poder do estado. A invisibilidade das mulheres enquanto sujeitos históricos, mesmo participantes de grandes momentos e eventos da história da humanidade abrem uma fenda na organização da política. “A exploração dessas questões fará emergir uma história que oferecerá novas perspectivas sobre velhas questões (como, por exemplo, é imposto o poder político qual é o impacto da guerra sobre a sociedade).”(Scott, 1995, p.93). A dinâmica estabelece um processo de ruptura com as estruturas opressoras e torna os diálogos possíveis.

O trecho acima evidencia algumas situações vivenciadas pela ex-presidenta Dilma que enfrentou a desconfiança daqueles que acham que se até hoje poucas mulheres entram para a política, é porque elas não têm capacidade, vocação ou mesmo porque a política é lugar dos homens. Dilma detinha “poder” de uma chefe de Estado, mas o seu exercício era difícil, e de maneira frequente era comparada aos seus antecessores. Suas atitudes no governo muitas vezes eram julgadas como “burras”, “rígidas” e “arrogantes”. Em contrapartida, essas mesmas atitudes realizadas por homens eram vistas como positivas, “firmes” e “fortes”. Assim, o exercício do poder por homens e mulheres mostrase assimétrico.

As relações de poder são interseccionais. O corpo das mulheres, o que lhes é permitido ou proibido, é legislado. A decisão singular não é levada em consideração. No enredo da formação cultural, o gênero se encontra presente fazendo com que as relações sejam desenvolvidas.

2.2 Butler - performatividade de gênero

Butler (2003) discorre a respeito do significado de sexo e gênero. Ela discorda da ideia de se pensar sexo com uma realidade biológica e gênero como efeitos dos sentidos produzidos e compartilhados sobre a realidade biológica, pois a autora argumenta que ambos – sexo e gênero – se configuram como atos de fala.

Se no modelo hegemônico vigorava a compreensão do sexo como materialidade biológica, regido pela lógica binária contrastiva, fixo e como categoria estável e o gênero como algo que derivava do sexo, o que justificou a atribuição de significados distintos para os termos “sexo” como referência ao biológico e “gênero” como referência aos sentidos produzidos e compartilhados, Butler vai superar esse modelo com uma nova proposta. Butler rejeita essa perspectiva ao rever a famosa construção de Beauvoir “não

se nasce mulher, torna-se” e dirá que nada poderá garantir que um ser que nasce fêmea vá se tornar uma mulher, mostrando assim que o gênero não é resultado do sexo, e que tanto o sexo como o gênero são atos de fala, discursivos e práticas performativas.

Nesse processo a autora toma “O segundo sexo”, de Beauvoir, e tece questões a respeito da máxima “Ninguém nasce mulher, torna-se” (Beauvoir, 1949, p 9). Aqui Butler questiona sob esse agente que aparece por trás, implicado, que de algum modo toma e se apropria do gênero. “Beauvoir diz claramente que a gente “se torna” mulher, mas sempre sob a compulsão cultural fazê-lo” (Butler, 2003, p.27). Butler afirma que essa compulsão não vem do “sexo” e não existe determinação em dizer que uma fêmea necessariamente se constituirá uma “mulher”.

Não há nada em sua explicação que garanta que o “ser” que se torna “mulher seja necessariamente fêmea. Se, como afirma ela, “o corpo é uma noção”, não há como recorrer a um corpo que já não tenha sido sempre interpretado por meio de significados culturais; consequentemente o sexo não poderia qualificar-se como uma facticidade anatômica pré-discursiva. Sem dúvida, será sempre apresentado, por definição, como tendo sido gênero desde o começo. (Butler, 2003, p.27)

Segundo Butler o gênero não possui uma posição fixa, ele é fluido, circulante. Butler indaga: o que é o sexo? Como se dá a história desse construto, dado como natural, das inscrições cromossômicas, da anatomia, no entanto não se pode esquecer que esse discurso vem da ciência, da biologia, e, portanto estaria ligado à dinâmica política e social. Butler reflete que o sexo carrega história.

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre o sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma. (Butler, 2003, p.25)

O gênero a partir daí, segundo a autora, não é concebido como o significado da cultura, diferentemente do sexo dado como realidade prévia, “Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido politicamente neutra sobre a qual age a cultura.” (Butler, 2003, p.25).

Butler amplia o seu conceito de gênero com a noção da performatividade. Borba (2014) lendo a autora, explana a respeito da diferença do termo com performance. Segundo ele, após a publicação do texto “Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade.”, de cunho pós-estruturalista, Butler argumenta que o gênero não é propriedade dos indivíduos, o autor comenta a respeito:

gênero não é uma propriedade dos indivíduos, uma essência refletida em seus atos e corpos, mas algo que se faz em nossas ações cotidianas, um efeito pragmático de um amálgama de recursos semióticos (língua, entonação, tom de voz, o que/como se fala, roupas, cores, texturas, cortes de cabelo, posições corporais etc.) usados localmente para este/a interlocutor/a aqui e agora. (Borba, 2014, p.448)

Nesse contexto, Butler defende uma lógica que desmonta as vinculações entre sexo e gênero pois, o gênero é lido como efeito de nossas ações e não necessariamente vinculado ao biológico. “O que o sujeito faz e diz não é a expressão de uma realidade anterior, de uma essência pré-existente que funciona como origem de suas ações e subjetividade; o que o sujeito repetidamente diz e faz o constitui como real e natural.” (Borba, 2014, p.448). O real do sujeito que diz, do corpo que fala e age, é performativamente produzida. Com isso, Butler constrói e defende um modelo performativo da “identidade no qual nossas ações, repetidas incessantemente, constituem a identidade como se fosse algo natural; a essência é, assim, um efeito de performances repetidas que reatualizam discursos histórica e culturalmente específicos.” (p.448).

É preciso levar consideração que o sujeito tomado como produto de suas ações e o corpo como resultado do discurso podem causar problemas. Isso ocorre em razão da diferença entre performance e performatividade.

Performatividade não é um jogo livre nem uma auto-apresentação teatral; não pode também ser igualada à performance. Além disso, a regulação não é necessariamente aquilo que coloca um limite à performatividade; a regulação é, ao contrário, aquilo que impele e sustenta a performatividade (Butler, 1993, p.95).

Caminhas (2017) afirma que a teoria da performatividade de Butler estabelece a relação entre a “teoria linguística do ato discursivo com os gestos corporais.” (Butler, 2007, p. 31), compreendendo que o discurso é um ato que possui desdobramentos linguísticos e práticos. A autora marca que se a performatividade auxilia o gênero como um processo de construção e reconstrução, ela também afirma um papel de subordinação às normas históricas e socialmente construídas.

A teoria da performatividade “às vezes oscila entre entender a performatividade como algo linguístico e apresenta-la como teatral.” (Butler, 2007 p. 31). Essa oscilação se dá ao fato de o ato discursivo ser executado, principalmente por se apresentar diante de um público e estar sujeito o tempo todo a interpretações. Caminhas (2017) constrói a ideia de que a teoria da performatividade cria uma relação entre o discurso e os desdobramentos linguísticos.

A partir da compreensão que o sujeito do feminismo é fluido, dinâmico e não universal, o afastamento da perspectiva dualista de sexo-gênero possibilita a quebra do binarismo de gênero. O entendimento do campo discursivo, dos corpos, como fator marcante na cultura e no sexo, possibilita o desenvolvimento da teoria que toca o exercício de poder assimétrico e as desigualdades de gênero.

Nesse caminho, segundo Rodrigues (2012) pensar o gênero como performance estaria ligado a um tipo de atuação que se pode aparecer e se dar em qualquer corpo, desconectado da lógica de que cada corpo corresponderia somente a um gênero. O corpo não corresponde ao natural.

o gênero não deve ser construído como uma identidade estável ou um *locus* de ação do qual decorrem vários atos; em vez disso, o gênero é uma identidade tenuemente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma repetição *estilizada de atos*. O efeito do gênero se produz pela estilização do corpo e deve ser entendido, consequentemente, como a forma corriqueira pela qual os gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos constituem a ilusão de um eu permanentemente marcado pelo gênero. (Butler, 2003, p. 200).

Butler discute o corpo não como algo natural, mas sim cultural como o gênero. A ideia do gênero como performance é atrelada à cultura como a analogia principal da teoria de Butler, entretanto, não existe identidade de gênero fixa e rígida a partir da

performatividade, pois ela é constituída de forma fluida, por esses atos, que são móveis, que não representam “o gênero”.

Evidentemente, embora, imagino a genealogia crítica de gênero dependendo de um conjunto de pressupostos fenomenológicos, o mais importante entre eles é a visão ampliada de “ato”, que é ao mesmo tempo socialmente compartilhada e historicamente construída e que é performativa. (Butler, 1988, p.530)

O contexto histórico discursivo remonta à noção do movimento constante em que performar exige. Não existe garantia, a formação dos sujeitos na sociedade através da conquista de direitos básicos à existência, que se ligam ao exercício da sexualidade, da cidadania, da política do poder, muitas vezes não é consciente, não damos conta e não compreendemos de maneira inteira como essa performatividade se estabelece. Ao mesmo tempo, o lugar de não atuação, de espera, de silêncio também é movimento. Pois entra novamente a dualidade, as repetições.

Se tomarmos essa perspectiva, a performatividade de gênero não pressupõe necessariamente um sujeito sempre atuante ou um corpo repetidamente repetitivo. Estabelece uma convergência complexa de normas sociais sobre a psique somática e um processo de repetição que é estruturado por uma interação complicada de obrigação e desejo, e um desejo que é e não é próprio. (Butler, 2009 p.12)

Butler (2009) avança com o conceito da performatividade chegando com a ideia de precariedade. Ela toma os sujeitos colocados à margem dos discursos políticos e discorre como o modelo de gênero reflete a ideia de ação, movimento, articulação e a precariedade se dirige aos caminhos que cerceiam, produzem dificuldade e excluem. A precariedade se relaciona muito intimamente ao gênero, pois as pessoas que não conseguem viver e expressar suas identidades de maneira plena e sem amarras estão mais suscetíveis e vulneráveis a sofrer violência, preconceito e assédio. Esse cenário aponta para uma vida precária e tem impacto no público e no privado. Pois as relações de gênero também são geridas pelo Estado, pela oferta de serviços de políticas públicas sexuais, de acesso a direitos básicos, de quem pode entrar em determinados espaços. A marcação dos corpos, a política dos discursos, de quem deve ser protegido, qual público terá acesso aos serviços médicos e qual corpo será desejado.

O paradoxo ou dilema que surge desta situação é aquele que encontramos o tempo todo na política: se os termos do poder designam “quem” pode ser um sujeito, quem é qualificado como sujeito de reconhecimento, para a política ou diante das leis, então o sujeito não é uma precondição para a política, mas um efeito diferenciado do poder. (Butler, 2009, p.03)

Junior, Amazonas e Siqueira (2020) destacam que a perspectiva da precariedade trazida por Butler encontra-se apoiada na consideração “do que é compartilhado pela vida humana e sua vida precária” (p.109), ou seja, esta é a condição fundamental e intrínseca ao processo de independência e regulamentação “que mobiliza e expõe o sujeito à operação de forças sociais e políticas que resultam no seu processo de sociabilidade e que contornam, relativamente, suas possibilidades de sobrevivência” (p.109). As autoras reforçam que essa discussão a respeito da precariedade mobiliza o sujeito, as forças sociais e políticas que têm como resultado o seu processo de relação social e suas possibilidades de sobrevivência.

Essas discussões sobre precariedade abrem um horizonte acerca das consequências sobre viver em sociedade em razão das condições sociais, políticas e econômicas, produtoras de vidas precarizadas e vulnerabilizadas. A distribuição desigual de recursos potencializa esquemas de precarização e violência nos quais as vidas ficam expostas.

A noção fluida de gênero trabalhada por Butler (2003), evidencia que sexo e gênero não são posições concebidas de maneira rígida. Essa lógica comprehende que não existe um homem e uma mulher universais. O exercício da sexualidade, que deriva a partir daí, é concebido de forma livre, com posições de gênero muito intercambiáveis entre si. O contexto dos governos da ex-presidenta Dilma Rousseff, as relações de poder, as críticas frente às questões que tocam o campo do gênero, possibilitam a discussão do que Butler elenca em sua teoria.

A associação de Dilma aos estereótipos foi algo comum durante o seu governo, principalmente, retratada pela revista Veja. Um aspecto que foi importante de se desmontar foi a lógica masculina/feminina da posição de poder presidente/presidenta. A palavra presidente sempre usada para os homens, foi usada para Dilma como presidenta, para indicar a ideia de representatividade, pois nenhuma outra mulher havia ocupado essa

posição até o momento. Assim, o exercício do poder por parte de Dilma proporcionou uma revolução no modo de se enxergar as mulheres na política.

2.3 Tereza de Laurettis – As tecnologias de gênero

O termo tecnologias de gênero é importante às teorias gênero. Laurettis (1987), autora italiana com estudos na área das teorias feministas e *queer*, em seu texto “Tecnologias de Gênero” apresenta contribuições à temática dessa dissertação. A autora, em aproximação com Bourdieu (1999), discute acerca da diferença sexual e os efeitos discursivos que as feministas das décadas de 1960 e 1970 colocavam como debates centrais sobre as práticas culturais relacionadas às relações de gênero.

Gênero é uma representação - o que não significa que não tenha implicações concretas ou reais, tanto sociais quanto subjetivas, na vida material das pessoas. Muito pelo contrário. A representação do gênero é a sua construção e num sentido mais comum pode-se dizer que toda a arte e a cultura erudita ocidental são registros da história dessa construção. (Laurettis, 1987, p.209)

Ao tomar essa significação a autora explana que o gênero está intimamente ligado por elementos que dizem respeito à cultura, aos corpos, aos espaços sociais e aos sexos. Vale destacar que essa narrativa transcorre durante o tempo e vai se rearranjando nas instituições, na cultura, sociedade, na música, nas artes e nas epistemologias feministas. Por se tratar de uma representação, se liga à ideia de algo que pode ser representado, uma imagem que pode não conter suas implicações concretas, no cotidiano e na história dos corpos. Por exemplo, Alves Moreira e Jayme (2021) analisando sinalizações de portas de banheiros com distinções de masculino e feminino, trazem a imagem de uma porta com a palavra “bla” e outra com a palavra “bla bla bla”, representando o estereótipo masculino de homens que falam pouco e das mulheres que são representadas como mais falantes. O estereótipo dispensa explicações de modo que sua compreensão é tida de maneira simples. Nesse sentido, as ratificações das posições de gênero vão fazendo com que esses aspectos se fixem à cultura e ao cotidiano. Nesse cenário, Laurettis (1994) menciona em seu texto que esses os registros dessa construção do gênero estão nas artes, nas músicas, nas redes sociais, na política e na efervescência dos debates políticos.

Ela segue a linha de construção de seu conceito, com outras perspectivas complementares:

A construção do gênero também se faz embora de forma menos óbvia, na academia, na comunidade intelectual, nas práticas artísticas de vanguarda, nas teorias radicais, e até mesmo, de forma bastante marcada, no feminismo. Paradoxalmente portanto, a construção de gênero também se faz por meio de sua desconstrução, quer dizer, em qualquer discurso, feminista ou não, que veja o gênero como apenas uma representação ideológica falsa. (Laurettis, 1987, p.209)

Aqui Laurettis expande a tese da representação, que sai da circulação dos espaços das academias, das universidades e dos locais de produção de conhecimento. Segundo ela, o gênero é um discurso de causa e efeito que rompe com as reverberações que ele mesmo produz. Além disso, faz considerações importantes a respeito do sujeito do feminismo, que sob seu olhar era diferente da categoria mulher colocada na época, “que já foi vista como Natureza, Mãe, Mistério, Encarnação do Mal, Objetivo do Desejo e do Conhecimento [Masculinos], “O Verdadeiro Ser- Mulher”, Feminilidade etc.” (Laurettis, 1994, p.217). Sua concepção se afasta do conceito clássico, do estereótipo de mulher enquanto algo fixo, características que se ligam a um modelo hegemônico e patriarcal.⁴ Ao realizar esse movimento a autora descreve o que pensa a respeito do que seria o seu modelo de sujeito de feminismo:

O sujeito do feminismo que tenho em mente não é assim definido: é um sujeito cuja definição ou concepção se encontra em andamento, neste e em outros textos críticos feministas: e, insistindo neste ponto mais uma vez, o sujeito do feminismo, como seu jeito de Althusser, é uma construção teórica (uma forma de contextualizar, de entender, de explicar certos processos e não as mulheres) (Laurettis, 1994, p.217).

⁴ Saffioti (2015, p.57): o patriarcado não diz respeito ao mundo público ou, pelo menos, não tem para ele nenhuma relevância. Do mesmo modo como as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado.

Ela realiza uma discussão a respeito da representação de uma lógica de mulher universal que não existe. Não era possível a ideia de uma mulher, a explicação dos processos não define de maneira concreta as mulheres. Ela faz uma descrição dos processos, das teorias, mas que não definam um modelo de mulher específico. A autora concorda, portanto, com Butler (2003) ao não defender um modelo rígido de sujeito de feminismo, mas que se liga ao político, saindo do movimento clássico, de uma postura dura que se fixava somente aos processos e não dava ênfase nas mulheres enquanto sujeito político e de direitos. A autora discorre que sua argumentação ainda contempla a dualidade entre a mulher vista como representação, como resultado da própria representação, enquanto seres que possuem uma história, com relações reais.

A lógica do sistema sexo-gênero, que é objeto de análise por diversos autores, que trazem teorias diferentes, argumentações divergentes, é algo que se observa e que sempre está presente nas relações estabelecidas entre o gênero. O que é importante perceber, e que fica claro ao ler os textos, é a maneira como as ideias são encadeadas, como pensase a respeito das relações sociais, das identidades, dos discursos e como o seu desenvolvimento produz efeito na dinâmica social. Laurettis toma um ponto importante a respeito da identificação feminina:

A maioria de nós — mulheres: aos homens isto não se aplica —provavelmente assinala o F e não o M ao preencher um formulário. Nunca nos ocorreria assinalar o M. Seria como enganarmos a nós mesmas, ou pior, como não existir, como nos apagar do mundo. (Se homens assinalassem o F, caso fossem tentados a fazê-lo, as implicações seriam bem diferentes.) Isto porque a partir do momento em que assinalamos o F num formulário, ingressamos oficialmente no sistema sexo-gênero, nas relações sociais de gênero, e fomos “engendradas” como mulheres, isto é, não são apenas os outros que nos consideram do sexo feminino, mas a partir daquele momento nós passamos a nos representar como mulheres. (p.220)

O trecho destaca a ideia da identificação ligada ao sistema sexo-gênero. Ela menciona que o feminino e o masculino representados pela letra F e M nos formulários, traz à tona o universo formal de como o pessoal e o singular se entrelaçam na dinâmica dos gêneros. Seria inconcebível para uma mulher assinalar o “M”, pois é incompatível com o que uma mulher pode ser. Ela ainda atribui o significado de não existência a essa mulher, que está fora do discurso. São os documentos oficiais, são os registros que dão

validade aos atos públicos, são os atos normativos, tudo que está na esfera do público, que normatiza, que regulamenta, de alguma maneira toca o privado. Essa constatação é evidente ao perceber que a assinatura de uma mulher, o preenchimento de um formulário, a certidão de nascimento, a carteira de identidade, demarcam o que se espera de uma mulher. Ao dizer que as consequências de um homem assinalar o “F”, seriam diferentes, ela levanta a questão a problemática do sistema sexo-gênero, na formação da sexualidade feminina, que possui implicações distintas, no campo do masculino.

Sobre esse tema, Alves, Moreira e Jayme (2021) discutem a lógica do binarismo de gênero a partir da análise de placas de banheiro que dividem e excluem as diversas formas de manifestação do gênero. Os banheiros são espaços que atendem mais do que as necessidades fisiológicas das pessoas, eles possuem uma função classificatória que define quem pode usar o banheiro masculino (pênis) - com características masculinas - e o feminino (vagina) - com características femininas, nesse sentido os banheiros se apresentam como uma tecnologia de gênero. Mas, o que fazer com a regra? Pois existem os corpos múltiplos, “trans”, indivíduos que têm pênis, carregam o nome social feminino e se identificam como mulheres e/ou os indivíduos que têm vagina, carregam o nome social masculino e se apresentam como homens, mas, no entanto, têm acesso negado aos banheiros que consideram como próprios às suas posições de gênero, muitas vezes sofrendo preconceito e violência ao tentar usá-los.

A lógica é complexa e exprime a cisheteronormatividade, mulheres e homens “cis” que se identificam com o sexo biológico são, inclusive, “fiscais” dessas pessoas. As características físicas e os estereótipos do que é esperado para homens e mulheres são compartilhados pelas diversas sociedades e servem de artifício para o juízo de quem “pode e não pode” acessar os espaços reservados a determinadas pessoas.

Em um banheiro público feminino, por exemplo, as próprias mulheres atuam como fiscais de gênero: se existe a suspeita de que uma pessoa tem um pênis, esta se torna imediatamente alvo de vigilância das usuárias. (Alves, Moreira e Jayme, 2021, p.4)

Nesse mesmo artigo, Alves Moreira e Jayme (2021) trazem imagens de placas de banheiro coletadas na pesquisa que são reproduzidas e analisadas. Na exposição, elementos como “cravo” e a “rosa”, “lobo mau” e “chapeuzinho” são tomados como representações binárias do masculino e do feminino. Sob o olhar de Laurettis (1987) essas

estratégias funcionam como tecnologias de gênero, que ratificam a posição de gênero de homens e mulheres.

Por exemplo, na porta de um banheiro feminino de um restaurante, vê-se uma rosa, seguida da palavra “rosa”; ao lado, no banheiro masculino, a imagem de um cravo, seguida da palavra “cravo”. Essa placa, a um só tempo, afirma que há lugares prescritos (e separados) para homens e mulheres, sugere sentidos desiguais e assimétricos para as relações de gênero, pois há uma cantiga popular brasileira que atravessou gerações nas brincadeiras de roda que diz: “O Cravo brigou com a Rosa debaixo de uma sacada; o Cravo saiu ferido, e a Rosa, despedaçada (Alves, Moreira e Jayme, 2021, p.6)

Essas tecnologias encontradas nas placas são percebidas em outros cenários, como também é descrito pelas autoras:

Ao nascer, um evento linguístico marca nossa chegada: “é um menino” ou “é uma menina”. Nascemos inseridos numa linguagem e numa cultura preexistentes. Desde o nome, nosso dispositivo identificatório começa a revelar presença, apontando para sexo, gênero, idioma, classe social, localização geográfica e família preexistentes. (Alves, Moreira e Jayme, 2021, p.7)

As tecnologias de gênero possuem um caráter de reafirmação dos estereótipos de gênero e estão presentes no cinema, nas instituições sociais, assim como outros elementos nas artes, na arquitetura, na moda e nas roupas, por exemplo.

Foucault (1998), na História da Sexualidade, trouxe elementos que foram apropriados pelas teóricas feministas no campo do gênero, mas ele não discutiu o construto do gênero e sim os exercícios do poder na sexualidade. A partir desse cenário, a lógica da representação do gênero no exercício da sexualidade foi discutida com base nas perspectivas dos interesses políticos das classes dominantes. Nesse sentido, o paralelo entre os interditos e regras relacionadas aos comportamentos sexuais impostos pelas instituições religiosas e legais não constrangeram, mas sim reforçaram e reproduziram esses comportamentos assim como a lógica industrial na sua produção de bens, construíra relações sociais. Daí, ele menciona sobre o termo de tecnologia sexual. “Trata-se de novas técnicas para maximizar a vida. Ao invés de uma repressão do sexo das classes a serem

exploradas, tratou-se, primeiro, do corpo, do vigor, da longevidade, da progenitura e da descendência das classes que "dominavam".” (Foucault, 1998, p.115) Essas técnicas envolviam categorias de discurso que colocam os corpos em evidência, com o domínio das narrativas das áreas do conhecimento. Nessa instância, o corpo feminino sexualizado conforme dito por Laurettis tem sido objeto de estudo da área médica, arte, literatura, o que evidencia a sua tese sobre como as mulheres são objetificadas desde a esfera legal, a cultura das artes do cinema até as áreas médicas e do estado.

A partir dessa lógica, a tecnologia de gênero para Laurettis se desenha na esfera de como o conjunto de produção de saberes que vamos adquirindo ajuda a entender a realidade de gênero e sexualidade. Para ela, pensar sexo e sexualidade como tecnologia envolve saberes e poderes no campo científico e cotidiano que se entrecruzam.

É importante destacar que a escolha teórica e das autoras utilizadas nesse capítulo têm sentido por refletir e corroborar com o tema e o problema de pesquisa. Por intermédio desses construtos será possível analisar o material empírico a ser apresentado no último capítulo dessa dissertação. Scott descreve seu conceito de gênero distinguindo o binômio sexo e gênero. Enquanto gênero reserva-se aos sentidos simbólicos construídos, o sexo refere-se à nomeação das diferenças anatômicas. Butler sai da lógica normativa não possuindo uma categoria fixa. Para ela sexo e gênero são relacionais, discursivos, e atos de fala. Laurettis se aproxima de Butler ao mencionar a cultura, mas de maneira sutil, pois Butler tem crítica a respeito do processo de aculturação.

As tecnologias de gênero, construto principal de Laurettis, são dispositivos que servem para que os traços generificados sejam postos e repostos, assim marcam o gênero e produzem os estereótipos, fazendo sentido na lógica da minha pesquisa, com as capas produzidas pela revista, suas chamadas de capa e as figuras caricaturadas. Dilma Rousseff como referência do material empírico é a chave para que as teorias de gênero possam ser substrato para as discussões.

3 MULHERES NA POLÍTICA

O presente capítulo remonta a história da entrada das mulheres na política formal brasileira, desde as lutas pelo direito ao voto até as pautas do movimento feminista do início do século XX. A sub representação das mulheres em cargos políticos no Congresso Nacional, trazidos a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral e do Tribunal Regional Eleitoral das eleições de 2016, 2018 e 2022 sobre os poderes executivo, legislativo e judiciário também foram alvo de discussão. As políticas públicas, as ondas feministas e o movimento democrático enfatizam a organização das mulheres na busca dos direitos políticos, para que o exercício dos cargos políticos possa produzir equidade de gênero e igualdade de poder.

3.1 As mulheres e o patriarcado

Em 12 de Junho de 2010⁵, o Partido dos Trabalhadores (PT) lançou de maneira oficial a candidatura de Dilma Rousseff à Presidência da República do Brasil. Na história recente da redemocratização brasileira, apenas 11 mulheres apresentaram candidaturas à presidência da república. Lívia Abreu⁶ em 1989 foi a primeira mulher a dar esse passo, ficando em 16º lugar nas eleições vencidas por Fernando Collor naquele ano. Após Lívia, tivemos Thereza Ruiz (1998); Ana Maria Rangel (2006); Heloísa Helena (2006); Luciana Genro (2014); Marina Silva (2010, 2014 e 2018); Vera Lúcia (2018 e 2022); Sofia Manzano (2022); Soraya Thronicke (2022) e Simone Tebet (2022).

Diante do exposto, é importante mencionar o crescimento de candidaturas de mulheres, o que indica um cenário positivo de maior espaço na política brasileira a elas, entretanto, somente Dilma Rousseff teve força e apoio político para disputar as eleições de igual para igual com os seus oponentes, e de vencê-los nos dois pleitos presidenciais que disputou. Na primeira eleição, Dilma venceu com 56,05% dos votos válidos contra 43,95% de seu oponente José Serra (PSDB). Na segunda eleição venceu de forma

⁵ Memórias Globo. *Eleições presidenciais 2010*. <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/eleicoes-presidenciais-2010/noticia/eleicoes-presidenciais-2010.ghtml>

⁶ Diário de Pernambuco. *Espaço na política*. <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/politica/2018/07/apenas-sete-mulheres-se-candidatam-a-presidencia-desde-a-redemocratiza.html>

apertada, também no segundo turno com 51,64 % dos votos válidos contra 48,36 % dos votos do outro candidato, Aécio Neves (PSDB).

Dilma, mesmo vencendo as eleições enfrentou dificuldades em seus mandatos. No seu segundo mandato, desgastada politicamente, sofreu um processo marcante, previsto na Constituição Brasileira, o *impeachment*⁷. Consumado no dia 31 de agosto de 2016, após tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado, com votações extensas e polêmicas, a ex-presidenta foi afastada do cargo acusada de ter praticado um crime de responsabilidade.

As perspectivas aqui colocadas ilustram parte do que foi a ocupação das mulheres na política brasileira, sobretudo no poder executivo federal. Entretanto, a história mostra que a luta por direitos é antiga, marcada por dificuldades, machismo, sexism e assimetria de poder. Essa luta coincide com a opressão sofrida pelas mulheres em um modelo de sociedade binária, heteronormativa e branca. Numa sociedade nesses moldes a política não é reconhecida como um lugar para as mulheres, pois delas é esperado que se ocupem de atividades domésticas, do cuidado com filhos, com o marido e com sua própria beleza e não que representem a família e trabalhem fora de casa sem se preocupar com atividades doméstica. As mulheres que desejam entrar para a política necessitam enfrentar uma série de barreiras que advém do machismo estrutural de nossa sociedade, que gerou longo período de opressão a que foram submetidas em uma sociedade patriarcal.

Sobre esse assunto, Engels (1984) menciona que no início da história da humanidade as primeiras sociedades eram matrilineares, sindiásmicas, tribais e nômades e eram organizadas predominantemente em torno da figura materna/descendência feminina.

Estas relações excluíam toda possibilidade de estabelecer, com certeza, a paternidade, pelo que a filiação apenas podia ser contada por linha feminina, segundo o direito materno, e isso se deu em todos os povos antigos; - em consequência desse fato, as mulheres, como mães, como únicos progenitores conhecidos da jovem geração, gozavam de grande apreço e respeito, chegando, de acordo Bachofen, ao domínio feminino absoluto (*ginecocracia*). (Engels, 1984 p.7)

⁷Agência Senado. *Impeachment ex-presidenta Dilma Rousseff*.
<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marc-a-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>

Matos e Cortês (2010) citam Muraro (1997) e discutem a respeito da transição do modelo de saída das mulheres como referência das famílias para a centralidade do homem. Esse processo se deu a partir da fixação das comunidades, do estabelecimento de alguns papéis, do advento da agricultura, e da “saída” dos homens na busca por alimento, ficando a cargo deles as “funções” externas, e as mulheres ficando com o preparo da terra, dos alimentos e do cuidado das crianças. Nesse sentido, implicitamente os afazeres domésticos ficaram a cargo das mulheres. Ainda segundo elas, a partir do entendimento da participação dos homens na reprodução, o estabelecimento da propriedade privada e da transição para a monogamia conforme mencionado por Engels, criou-se o modelo de família que tinha a presença do patriarca como referência, em que os corpos e a sexualidade feminina passaram a ser controlados pelos homens. Além disso, esse poder e dominação eram corroborados pelas instituições religiosas.

A partir desses contornos, a ideia do patriarca e o patriarcado aparece e para Pateman (1993) “o poder natural dos homens como indivíduos (sobre as mulheres) abarca todos os aspectos da vida civil. A sociedade civil como um todo é patriarcal. As mulheres estão submetidas aos homens tanto na esfera privada quanto na pública” (p.167). Para ela, a concepção genérica do patriarcado está ligada à característica da universalidade da sociedade. Sob esse espectro, o domínio dos homens sobre as mulheres e o acesso ao corpo feminino está ligado à história da sujeição do contrato sexual.

O patriarcado tradicional envolve o poder do patriarca, como único, onipotente, o forte, provedor, aquele que se deve respeito. Nesse sentido, os filhos e principalmente as mulheres são submissas. A maternidade, o lugar de fragilidade, de desamparo e de que deve obedecer às ordens, pertence às mulheres. Esse modelo advém da idade média, mantendo-se na modernidade até o século XVII.

O patriarcado moderno modifica sua configuração, mas permanece com algumas características tradicionais. Saffioti (2015) discute que as estruturas patriarcais dizem respeito a toda sociedade e toca também o Estado, ainda que haja o público e o privado e a esfera familiar como fator preponderante, ambas as esferas se mesclam. Essas estruturas concedem aos homens direitos sexuais sobre as mulheres, assim como o contrato sexual de Pateman (1993). Além disso, representa uma estrutura de poder baseada na ideologia, na supremacia dos homens e na reprodução da violência.

A partir desse cenário do patriarcado como referência e a opressão sofrida pelas mulheres ainda colocada nos dias de hoje, a história da luta das mulheres é organizada,

conforme Pinto (2003), em meados do século XVIII, quando se reivindicava um lugar de cidadã fora da casa. Na época, as mulheres só tinham valor dentro da casa e como esposa, fora de casa, só lhes restavam a igreja ou a “bruxaria”, pois eram chamadas de bruxas.

Na segunda metade do século XIX e nas décadas iniciais do século XX, os movimentos femininos se concentraram nos direitos políticos. “O movimento sufragista se espalhou pela Europa e pelos estados Unidos, construindo a primeira vaga de feminismo organizado no mundo” (Pinto, 2003, p.13). A partir daí se construía um cenário de luta por direitos básicos, pois nesse tempo as mulheres estavam sob a guarda de seus esposos e eram responsáveis pelo cuidado do lar e dos filhos.

No Brasil, é importante citar que antes dos movimentos feministas se desenvolverem, uma autora chamada Nísia Floresta⁸ teve grande expressão e foi fundamental no fomento de discussões e problemáticas a respeito do gênero. Conforme Matos e Cortês (2010) a autora e escritora potiguar, de Papari (RN), sua cidade natal, foi uma das referências com suas obras no início do século XIX, a respeito das temáticas sobre gênero, sexualidade e luta por direitos femininos. Seus textos, livros e artigos questionavam a ordem masculina vigente e a submissão feminina. Duarte (2003) destaca: “seu primeiro livro, intitulado como *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*, de 1832, é também o primeiro no Brasil a tratar do direito das mulheres à instrução do trabalho, e a exigir que elas fossem consideradas inteligentes e merecedoras de respeito” (p.153). Assim entende-se a necessidade e a importância do trabalho de Nísia para época, sobretudo pelo contexto fechado, sem espaço para as discussões referentes à cidadania das mulheres.

3.2 Primeira onda do feminismo – a luta pelo voto das mulheres

A história da luta pelos direitos das mulheres, sobretudo os direitos políticos, o feminismo em sua “primeira onda”, conforme Pinto (2003), tem suas origens associadas aos nomes de grandes mulheres militantes como Bertha Lutz⁹, que foi a principal liderança da década de 1920, se mantendo firme nas causas feministas até o final de sua vida. A autora chama atenção para três momentos importantes do feminismo no Brasil, eles se localizam no final do século de XIX e nas três primeiras décadas do século XX.

⁸ Duarte (2003) p. 153

⁹ Lutz, Berta. Agência Senado: <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/bertha-lutz>

Essa primeira “vertente” localizada na primeira “onda”, conforme Pinto (2003), tinha como característica a referência dos movimentos em grandes mulheres que lutaram pelos seus direitos e reivindicaram posições de reconhecimento na sociedade. Esse feminismo “comportado”, com a liderança de Bertha, produziu um alcance nacional, mas sem mexer com as posições dominantes dos homens. Nesse sentido, as mulheres buscavam o reconhecimento como cidadãs.

A segunda vertente pode ser caracterizada como um “feminismo difuso, o qual se expressa nas múltiplas manifestações da imprensa feminista alternativa” (Pinto, 2003, p.15). Assim, a representação de mulheres era múltipla, com vidas públicas, com reivindicações mais abrangentes, como a educação, a denúncia da dominação dos homens deixando as mulheres de fora do âmbito público e a conversa de temas mais polêmicos como a sexualidade e o divórcio foram colocados em pauta.

A terceira vertente é a mais radical de todas, pois concentra-se no anarquismo e na criação do partido comunista feminino. Mulheres intelectuais, trabalhadoras e militantes que conversavam a respeito da exploração do trabalho e defendiam a liberação da mulher de maneira reacional e radical.

De maneira mais específica, o sufragismo brasileiro localiza-se no século XIX com a luta pelo voto e alistamento militar. A Constituição Republicana de 1891 teve grande apelo das mulheres para que fosse incluído o direito ao voto e teve incentivo de grandes nomes da época como Epitácio Pessoa e Nilo Peçanha. Entretanto o projeto não foi aprovado. A Constituição não proibia de maneira expressa e clara o alistamento e o voto das mulheres, mas apenas por mero esquecimento. A mulher na sociedade era vista como alguém que não possuía direitos.

Em 1910, segundo Pinto (2003), as mulheres inconformadas pela não incorporação dos direitos políticos na Constituinte de 1891, fundam o Partido Republicano Feminino. Com seus próprios estatutos e fundamentos, as mulheres que não eram consideradas cidadãs quebram a ordem social.

Esse movimento indicava a insatisfação das mulheres com a condição de “não cidadãs” e o desejo e o sinal de que a luta estava em curso. O partido carregava pautas sobre o trabalho, a sexualidade e a independência. Suas fundadoras foram Leolinda Daltro e Gilka Machado, mulheres com trajetória de vida que ultrapassavam o que uma “mulher podia fazer” na época. Em um cenário político de corrida presidencial entre Ruy Barbosa e Hermes da Fonseca, no final da década de 1910, o movimento partidário foi perdendo

força até se dissipar com o retorno de Bertha Lutz de Paris, momento em que se fomentava a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF).

A Federação, sob liderança de Bertha, foi responsável pelo trânsito de grandes ações no campo dos direitos femininos. Em 1922 organizou-se o I Congresso Internacional Feminista no Rio de Janeiro. A partir da notícia da criação da federação, outros estados também se organizaram. Segundo Duarte (2003), no ano de 1927 o governador do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine, sai à frente da União e aprova a primeira lei do voto feminino em seu estado, concedendo o direito ao voto às mulheres. Nesse cenário, após a incorporação do direito ao voto no Rio Grande do Norte, terra de Nísia de Floresta, as demais unidades da Federação pressionam e tentam reivindicar o mesmo direito, sendo lançado então o Manifesto Feminista ou a Declaração dos Direitos da Mulher, que vem com a força e as assinaturas de grandes mulheres e famílias de políticos, Bertha Lutz, Jerônima Mesquita e Maria Eugênia Celso.

As mulheres muito organizadas dentro do contexto político, inclusive com a eleição da primeira prefeita mulher da América do Sul, Alzira Soriano (1897 -1963), no município de Lajes, interior do Rio Grande do Norte, derrotando o adversário, um conhecido coronel da região com 60 % dos votos, conforme destacado por Duarte (2003), não conseguiram de maneira imediata a expansão do direito ao voto e os direitos políticos em âmbito nacional, foi necessário esperar. Somente em 24 de fevereiro de 1932, no governo Vargas, e após muita pressão, que houve a incorporação do direito ao voto feminino no novo Código Eleitoral. Assim, pela primeira vez na história do Brasil, as mulheres ganharam o mesmo direito de votar dos homens. Esse marco temporal representou anos de uma luta incansável para várias mulheres, com várias antecessoras que fizeram com que esse direito fosse possível. Entretanto, após a suspensão das eleições, as mulheres só puderam exercer o seu direito em 1945.

De acordo com Pinto (2003), o feminismo que eclodiu nos Estados Unidos e na Europa nas décadas de 1960 e 1970 tinha relação com toda a efervescência política e cultural que essas regiões do mundo experimentaram na época, quando se formou um cenário cultural propício para o surgimento de movimentos sociais.

A derrubada de dois grandes mitos foi central no cenário desses acontecimentos: nos Estados Unidos, a Guerra da Coréia e, principalmente, a Guerra do Vietnã foram responsáveis pelo fim do sonho americano popularizado no *american way of life*. O capitalismo norte-americano pós-guerra prometia a prosperidade

econômica, o consumo de bens duráveis e reforçava os valores da família e da moral protestante, nos quais a mulher dedicada à família era apresentada como a rainha do lar que comandava com competência e felicidade toda a parafernália de eletrodomésticos que o *boom* do pós-guerra possibilitava. (Pinto, 2003, p.41)

Pinto acrescenta que as guerras e o acirramento dos conflitos raciais no início de década de 1960, expuseram a fragilidade do mito que na sociedade americana, tinha um lugar certo para que todos pudessem buscar e atingir a felicidade. Na Europa na década de 1960, o mito que começa a cair diz respeito a um outro sonho, o da revolução socialista liderada por uma vanguarda que tinha como representantes os partidos comunistas, vindos das experiências do Leste Europeu. A revelação dos crimes stalinistas, a invasão da Hungria, em 1956 e da Tchecoslováquia, em 1968, foram minando a força unitária e a disciplina férrea para derrotar o capitalismo. O movimento jovem de 1960 foi inovador e colocou em xeque as relações de poder e hierarquia nos âmbitos público e privado que estavam sendo desafiados.

É nesse contexto que se discute o livro *O segundo sexo* de Simone de Beauvoir, publicado pela primeira vez dez anos antes, sendo também nessa época que as americanas lideradas por Beth Friedman tiraram o sutiã em praça pública, um escândalo que até hoje provoca reações iradas. Ainda nesse contexto nasce o novo feminismo no mundo ocidental.

Pinto (2003) destaca que o cenário no Brasil era completamente diferente, desde o começo dos anos 60 existia muito claramente duas posições ideológicas abertas, se enfrentando violentamente. De um lado, estavam os conservadores, representados por partidos liberais como a UDN (União Democrática Nacional), por empresários, grandes proprietários de terra e por parte da classe média, todos em volta da bandeira do anticomunismo. “Associavam-se a esse grupo, ora como parceiros, ora como lideranças, largas frações das Forças Armadas Nacionais.” (Pinto, 2003, p.42). Do outro lado encontrava-se a esquerda, representada por partidos nacionalistas, como o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro e partidos clandestinos nele ancorados como PCB (Partido Comunista Brasileiro), “alguns empresários nacionalistas, por largas parcelas do operariado urbano, por movimentos camponeses, por intelectuais, estudantes e parte da Igreja Católica.” (p.42).

Alguns elementos foram chaves no feminismo brasileiro da década de 1960 e 1970. A instauração do regime militar em 1964, com a cassação dos direitos políticos,

censura, prisões, tortura, desaparecimentos, trouxe rigidez, violência e uma política muito repressora. Um elemento importante é a presença dos movimentos de mulheres não ligados aos movimentos feministas, entre as classes média e populares no país. Além disso, havia a presença dos grupos reflexivos, com inspiração do hemisfério norte, que tinham um caráter mais privado, que se reuniam em todos os estados do Brasil com grande número no eixo Rio de Janeiro e São Paulo. Essas atividades aconteciam durante o período da política nacional de linha dura do exército, nos últimos anos da década de 1960 e nos primeiros de 1970. Os espaços para qualquer manifestação pública, haviam reduzidos a zero, com a violência e repressão chegando a níveis desumanos. A partir de 1975 a ONU estabelece o ano da mulher, que faz com que novas possibilidades de debates sobre a temática ganhem os países, inclusive o Brasil.

Pinto (2003) destaca que era preciso quebrar e problematizar as relações de gênero e reconhecer a mulher na sociedade, nesse período da ditadura militar, assim como discutir o público e o privado. Além disso, a temática da desigualdade social, da miséria, e as questões sociais, eram discussões importantes a qualquer grupo e movimento social. As questões ligadas ao exercício assimétrico do poder entre homens e mulheres, sob o espectro das mulheres não serem vistas como seres de direitos básicos, liga-se ao que Scott (1995) discorre sob a ótica do gênero dar significado a relações de poder. Para a autora, os movimentos feministas produzem mudanças nas relações sociais e assim correspondem às modificações nas estruturas das representações de poder que se articulam de maneira multidirecional, em todos os campos do discurso.

Souza e Cascaes (2008) destacam que o trabalho de Scott revela que a categoria de gênero é mais do que “mero reflexo da ideologia decorrente da luta de classes e funciona nas relações sociais humanas dando um sentido mais amplo à organização e à percepção do conhecimento histórico.” (Souza e Cascaes, 2008, p.84).

A luta por direitos localizada na “primeira onda” do feminismo, no qual mulheres brasileiras buscam do direito mais básico, ao direito ao voto, é importante, pois no cenário teórico desta dissertação, as autoras de referência têm como argumento a lógica do gênero enquanto equidade, direito e política. Nesse ponto, compreendendo a estrutura do gênero como categoria relacional, estabelece-se a hierarquia de dominação entre o gênero masculino e o feminino, independente de qual seja o sexo das pessoas que ocupam os espaços sociais de gênero.

A representação criada pelo movimento feminista deixou marcas importantes que tocam o campo político, pois as conquistas que tocam o espaço público, apesar de

demoradas, começaram a surgir. Esse movimento, entretanto, foi dissipando com as novas “questões”: desigualdade social, público x privado, resistência à ditadura e as relações de gênero. Esse cenário evidencia o exposto por Scott (1995) a respeito das mudanças sociais ocasionadas pelo político.

3.3 A segunda onda do Feminismo – A resistência à Ditadura

A resistência das mulheres no regime militar se deu de várias maneiras, Sarti (2004) comenta que a luta armada fez com que emergisse um feminismo mais militante, sobretudo, pela transgressão da submissão das mulheres aos homens e ao regime. “A presença das mulheres na luta armada, no Brasil dos anos 1960 e 1970, implicava não apenas se insurgir contra a ordem política vigente, mas representou uma profunda transgressão ao que era designado à época como próprio das mulheres” (p. 37). Aí está colocado um movimento forte das mulheres que assumiam um comportamento sexual que colocava em xeque a lógica do casamento, a virgindade e os corpos enquanto propriedade dos homens.

A esse respeito, a estrutura de dominação hierárquica entre os gêneros é rompida, demonstrando que os comportamentos das mulheres nesse momento histórico foram de muita importância para os enfrentamentos à ditadura civil militar. A lógica passiva das mulheres, que não detinham direitos, que aceitavam suas condições políticas de não-cidadãs não existe mais, pois era importante e necessário que novas perspectivas surgissem.

Sarti (2004) segue dizendo que o feminismo desse tempo teve sua afirmação nas camadas médias, formado por mulheres em sua maioria brancas e escolarizadas. Em outra direção, na mesma época encontraremos o “Movimento de Mulheres” em concordância com Pinto (2003), que teve sua expansão comunitária no interior dos bairros de periferia, com reivindicações ligadas à melhoria da qualidade de vida, a carestia, a criação de creches, entre outras. A dinâmica local trazia consigo o apoio das comunidades eclesiás de base e a teologia da libertação da Igreja Católica. Essas mulheres não se identificavam como feministas em sua formação ou mesmo em seus propósitos e metas, pois, não lutavam pelas mudanças de papéis a elas atribuídos na sociedade.

Com essa estrutura local, o feminismo “urbano” se desenvolveu de maneira concomitante e paralela aos movimentos sociais brasileiros. As reivindicações em torno de direitos de infraestrutura como água, luz, esgoto, calçamento, dirigem ao Estado

demandas que lhe competem, como produtor de bem estar social. Soares (1994) destaca o lugar dos sindicatos como espaço de discussão entre as feministas e as sindicalistas que debatiam a respeito da dinâmica do trabalho. A autora chama a atenção para a multiplicidade dos movimentos de mulheres:

Para uma compreensão desses movimentos tem sido usual fazermos referência ao movimento feminista como uma das expressões de um movimento de mulheres mais amplo. As feministas compõem uma face do movimento de mulheres. As mulheres das periferias dos centros urbanos, das pequenas comunidades rurais, as que atuam nos sindicatos compõem a outra face. (Soares, 1994. p. 15)

Nesse sentido, Farah (2004) coloca: “Desde o final dos anos 1970, ocorreram importantes transformações nas relações entre Estado e sociedade no Brasil, sob impacto de dois condicionantes principais: a democratização e a crise fiscal.” (p.49). Essas e outras mudanças impulsionaram uma sociedade mais democrática e participativa no que diz respeito à política. Após vinte e um anos de ditadura, a sociedade civil organizada, os partidos políticos e os movimentos sociais fomentaram a democratização dos processos decisórios e propuseram debates a fim de se garantir direitos às populações marginalizadas. É nessa cena que o movimento feminista se encontrava.

A partir da década de 80, com as novas composições partidárias, a reconstrução do cenário democrático e a representação política dentro dos partidos políticos, a pauta feminina de busca de direitos no Estado se concretizou. A criação do Conselho Nacional de Mulheres e Conselhos estaduais da mulher, as Delegacias Especializadas em Atendimentos às Mulheres, os Conselhos além da instituição do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), fortaleceram a luta contra a violência contra a mulher e estabeleceu mecanismos de prevenção e cuidados. (Farah, 2004).

Esses movimentos que se estabeleceram no âmbito institucional se expandiram também no âmbito cotidiano com a identificação dos movimentos populares, das comunidades, do feminismo negro, sindical e rural, com os movimentos feministas. A luta pela Constituinte¹⁰ promulgada em 1988 às custas de muito suor, dor, manifestações populares, se misturam às lutas das mulheres fazendo com que os movimentos sociais tivessem uma agenda comum pela saúde, pela assistência social, pelos direitos dos povos

¹⁰ Constituição de 1988: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

originários. Matos e Cortês (2010) constroem uma linha do tempo com as grandes manifestações feministas, nas quais destaco: A Impunidade é Cúmplice da Violência (1993); Campanha Nacional Pela Vida das Mulheres (1995) Campanha Mulheres Sem Medo do Poder (1996); Campanha Nacional Pela Regulamentação do Atendimento aos Casos de Aborto Previstos em Lei na Rede Pública de Saúde (1997).

Pedro (2012) destaca que o feminismo tinha como destaque a criação de redes que fomentavam encontros, debates, conversas que tinham objetivo de fortalecer e dar visibilidade à pauta das mulheres. Em 1975, uma das componentes dos grupos de reflexão de mulheres, Mariska Ribeiro conseguiu na ONU (Organização das Nações Unidas) apoio para realização de um encontro entre mulheres feministas no Rio de Janeiro. O espaço tinha o foco de discutir o “papel e comportamento da mulher na realidade brasileira” (Pedro, 2012 p. 247) para a criação do primeiro centro da mulher, que foi considerado o marco fundador da segunda onda. Pinto (2003) destaca que no ano de 1975, o general Geisel, após assumir o comando do governo, prometia uma distensão política gradual e controlada. Entretanto, segundo Pedro (2012), o que aconteceu foi a decisão da ONU de defini-lo como ano internacional da mulher e o primeiro ano da década da mulher, realizando ainda uma conferência sobre o assunto no México.

No Rio de Janeiro criou-se o Centro da Mulher Brasileira (CMB) que tinha como objetivos o estudo, a reflexão, a pesquisa e a análise das questões da mulher, além de um departamento de ação comunitária criado para tratar de maneira concreta em nível comunitário as problemáticas das mulheres. A ideia era de conscientização das camadas populares. Em 1979, parte das mulheres que compunham o CMB saem do movimento pelo fato dele ser ocupado por militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), o que desagradou muitas ativistas. Nesse sentido, essas mulheres criam o Coletivo de Mulheres, com suas demandas próprias, entre elas o aborto livre e gratuito. Elas não eram as únicas a levantar a bandeira do aborto, essa temática fazia parte das reivindicações do feminismo internacional.

Em razão da ditadura militar, eram muitos os obstáculos que esses grupos encontravam para que seus interesses pudessem ser ouvidos, sendo necessária a busca de aliados, como a própria Igreja Católica, que fazia concessões estratégicas em troca dos favores e dos seus interesses.

Nessa mesma época, em 09 de outubro 1975, surgiu o primeiro periódico feminino, segundo Pedro (2012), o *Brasil Mulher*. “Impresso em Londrina, no Paraná, era ligado ao CDMB de São Paulo. Com 8 páginas, tinha Joana Lopes à frente da editoria.

Este jornal alcançou 20 edições.” (Pedro, 2012, p.248). A periodicidade dependia dos recursos conseguidos com a vendas e doações pelas ativistas. A edição nº 1 trouxe um balanço do Ano Internacional da Mulher e a edição nº 02 publicada no início de 1976, trouxe pela primeira vez o termo feminismo.

No segundo semestre de 1976, surge o periódico *Nós Mulheres*, que tinham como editoras mulheres que apesar de se dizerem distantes da militância política, eram grande parte ex-exiladas. O objetivo do jornal era trazer o tema “mulher”, e em sua primeira edição já se proclamou “feminista”. Os periódicos tinham uma função democrática importante, principalmente pelo caráter comunitário dos movimentos feministas. Assim, o fortalecimento de temáticas das mulheres e dos movimentos populares, chegavam aos bairros.

A organização das mulheres é o retrato “da primeira e segunda onda” do movimento feminista. É através dessas mudanças de posições que o cenário político se modifica. Alexandre (2021), tendo como fonte Scott (1995), alega que é importante perceber que o gênero é construído por diversas instâncias que produzem e operam na sociedade sentidos políticos, sociais e formais. O mercado de trabalho, por exemplo, é muito marcado pelas diferenças sexuais, as assimetrias mostram-se de maneira forte, especialmente pelos papéis de gênero estabelecidos para homens e mulheres. A política é a legitimação do espaço das mulheres na busca por equidade.

O gênero nas relações sociais reflete no exercício do poder, no campo público e privado. Ao tomá-lo como a instância primária do poder, a compreensão acerca das desigualdades sociais e sexuais se tornam um efeito direto de suas assimetrias.

3.4 A terceira onda Feminista – redemocratização

O marco jurídico e civilizatório da Constituição Federal de 1988 marca a conquista de direitos humanos tardia, em um país que somente em 1932 concedeu direito ao voto às mulheres. Pinto (2003) destaca que a Assembleia Constituinte reunida para discutir a Constituição de 1988 contou com a presença do Conselho Nacional de Condição de Mulher, que apresentou por meio da “Carta das Mulheres”, uma série de direitos a serem incorporados na Constituinte. “Promovida pelo CNDM, mas de autoria de um conjunto muito amplo de mulheres chamadas à Brasília, foi o documento mais completo e abrangente produzido na época” (p.75). A autora afirma que o documento tinha duas partes, a primeira “defendia a justiça social, a criação do Sistema Único de Saúde, o

ensino público e gratuito em todos os níveis, autonomia sindical, reforma agrária, tributária, entre outras propostas” (p.75). Já a segunda parte trazia os detalhes sobre os direitos das mulheres: “trabalho, saúde, direitos de propriedade, sociedade conjugal, entre outros” (Pinto, 2003 p. 75). O artigo 5º da Constituição explicita que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, instituindo um caminho que o feminismo continuaria a seguir, qual seja, da luta contra a violência e a desigualdade de gênero.

O fortalecimento dos movimentos feministas nas universidades, com os grupos reflexivos nos sindicatos e no campo, proporcionou o avanço de pautas femininas em outras frentes. Soares (1998) destaca que as mulheres negras se articularam de maneira própria a fim de incluírem as pautas de raça e classe, pois as mulheres brancas tinham a ótica do feminismo europeu, com uma vivência diferente, o que acabava por excluir as pautas do feminismo negro. Além disso, a visão heteronormativa predominante foi desmontada, uma vez que as configurações de lesbianismo foram trazidas como pauta para as novas vertentes do feminismo.

Romagnoli e Silva (2022) analisam aproximações conceituais que tratam a respeito da interseccionalidade estadunidense, latino-americana e brasileira. Segundo as autoras, a origem da temática é atribuída à jurista americana Kimberlé Crenshaw no final dos anos 1980. Entretanto, a história do conceito é mais antiga, pois existem as condições que fazem com que ele pudesse existir. O destaque é dado para o discurso de Sojourner Truth, sufragista, abolicionista e feminista negra em 1851, em Akron, Ohio, em uma convenção de mulheres.

Arei a terra, plantei, enchi os celeiros, e nenhum homem podia se igualar a mim!
 Não sou eu uma mulher? Eu podia trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem – quando eu conseguia comida – e aguentava o chicote da mesma forma! Não sou eu uma mulher? Dei à luz treze crianças e vi a maioria ser vendida como escrava e, quando chorei em meu sofrimento de mãe, ninguém, exceto Jesus, me ouviu! Não sou eu uma mulher? (Davis, 2016, p. 57)

Davis (2016) narra em seu livro “Mulheres, Raça e Classe”, que já em meados do século XIX, nos EUA, o movimento de mulheres negras pautava o combate ao racismo, que não era levado em consideração pelos movimentos de mulheres brancas. O fator “classe” para esse grupo composto por mulheres brancas e elitistas não era essencial, estava fora das pautas principais do feminismo liberal. No início do século XX, o

feminismo negro se vê em um local de segregação racial, que impedia o acesso de homens e mulheres negras a diversos espaços públicos. Romagnoli e Silva (2022) ao tomarem Davis (2016) discutem a potência da terceira “onda” do feminismo por seu caráter de não invisibilidade do movimento de mulheres. Assim, sua proposta contemplava unificar as lutas a fim de que as pautas pudessem ser todas beneficiadas, o que foi chamado de “unidade multirracial”.

“Essa discussão pautada pelo movimento negro de mulheres é o contexto de emergência do termo ‘interseccionalidade’, apresentado pela primeira vez por Kimberlé Crenshaw, em 1989” (Romagnoli e Silva, 2022). Essa dinâmica reverbera na garantia de direitos humanos que o movimento fomentava, para que mulheres de todas as classes, gêneros e raças pudessem acessá-los de igual forma. Para lhes assegurar esse direito é essencial a eliminação das violências, desigualdades e da pobreza.

Ao mencionar sobre a interseccionalidade na terceira onda do feminismo, é importante demarcar que apesar do aparecimento do “termo” com a americana Crenshaw, outras autoras já falavam sobre essa lógica a mais tempo. Sobre esse assunto, Carneiro (2017) disse em uma entrevista: “Eu nunca usei esse conceito porque eu sou muito anterior à emergência dele, embora os sentidos que ele carrega estejam presentes nos meus textos e de outras mulheres negras da minha geração. Quando Crenshaw chegou com esse debate da interseccionalidade, eu já estava com essa concepção consolidada de feminismo negro” (Carneiro, 2017, p. 18). Gonzalez (1988), demonstra que o feminismo teve um papel central nas lutas e conquistas das mulheres, estimulando a formação de redes e grupos estimulando novas formas de ser mulher. Entretanto, apesar das grandes contribuições para as temáticas das mulheres, observa-se um certo esquecimento no que se refere às pautas raciais.

Mas o que geralmente se constata, na leitura dos textos e da prática feminista, são referências formais que denotam uma espécie de esquecimento da questão racial. Tomo um exemplo de definição do feminismo: ele consiste na “resistência das mulheres em aceitar papéis, situações sociais, econômicas, políticas, ideológicas e características psicológicas que tenham como fundamento a existência de uma hierarquia entre homens e mulheres, a partir da qual a mulher é discriminada”. Bastaria substituir os termos homens e mulheres por brancos e negros (ou índios), respectivamente, para ter uma excelente definição de racismo. (Gonzalez, 1988/2020, p.38)

Essa evidência posta por ela coloca em jogo a necessidade do debate do feminismo negro e de um feminismo que não seja eurocêntrico, branco, heterossexual e cis. A autora levanta a potência do feminismo latino-americano e o quanto havia perda em não se levantar, nas discussões, os dados multirraciais e pluriculturais dessas regiões.

Tratar, por exemplo, da divisão sexual do trabalho sem articulá-la com seu correspondente em nível racial é recair numa espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizado e branco. Falar da opressão da mulher latino-americana é falar de uma generalidade que oculta, enfatiza, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito caro pelo fato de não serem brancas. (Gonzalez, 1988/2020, p.40)

Essas questões trazem para o centro das atenções a lógica interseccional, com o debate de outros feminismos que colocam as pautas raciais e de classe em um patamar de discussão de igual importância ao gênero. O sentido da interseccionalidade foi cunhado por diversas autoras brasileiras como Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Conceição Evaristo e Angela Davis. Por mais que Crenshaw tenha trazido o termo modelado e pronto, nos Estados Unidos, em 1989, essa conversa já acontece no feminismo negro há muito tempo, evidenciando a importância de se trazer esse assunto, nesse tópico, desta dissertação, para que se possa fomentar a inclusão desta temática na discussão sobre os estereótipos.

Soares (1998) evidencia que nos anos de 1990, o feminismo aumentou os espaços e locais de atuação, fazendo com que o movimento de mulheres também atue de maneira conjunta na produção de novos saberes.

As fronteiras entre o movimento de mulheres e o feminista têm sido sistematicamente ofuscadas, com um número crescente de mulheres pobres, trabalhadoras, negras, lésbicas, sindicalistas, ativistas católicas progressistas e de outros setores do movimento de mulheres incorporando elementos centrais do ideário e do imaginário feministas, reelaborados de acordo com suas posições, preferências ideológicas e identidades particulares. Assim, muitos feminismos são construídos. As mulheres dos movimentos pertencem a grupos e classes sociais muito diversos, a raças e etnias diferentes, com sexualidades e trajetórias políticas distintas. (Soares, 1998, p.46).

Matos e Cortês (2004) mencionam que no início dos anos 1990 as mulheres e os movimentos feministas participaram de maneira mais ativa em novos rumos na política, em busca de novos espaços democráticos de luta e de direitos. A consolidação desse movimento se deu principalmente por intermédio da criação das redes e ONGs feministas. Em um outro contexto, esses movimentos também se ramificaram nas Universidades e novamente chegam aos partidos políticos. “Também caberia aqui destaque à criação, no âmbito do poder executivo, da Secretaria Especial sobre o tema dos direitos das mulheres no âmbito do governo federal, a exemplo do governo Fernando Henrique Cardoso (2002) e, mais recentemente, do governo Lula (2003).” (Matos e Cortês, 2004. p. 37).

Por sua vez, Maud e Rabelo (2005) destacam que o número de mulheres na população economicamente ativa se refletiu no âmbito da política, e além disso, as autoras convergem com Soares (1998) ao mencionar a participação mais ativa das mulheres nos fóruns políticos internacionais a partir de um ciclo de conferências mundiais das Nações Unidas, em 1992, com a Conferência do Rio de Janeiro sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente (ECO-92). Nessas reuniões, uma rede feminista que estava vinculada a uma das ONGs de mulheres introduziu o tema gênero nas discussões de preparação da ECO-92. A partir daí, na Conferência de Viena em 1993 e na Conferência do Cairo¹¹ em 1994, sobre o Desenvolvimento e População o movimento se repetiu, mesmo ainda tendo participação restrita.

No ano de 1994 se iniciou também os preparativos para a IV Conferência Mundial das Mulheres que foi realizada em Beijing (1995), nesse momento aconteceu a reunião de variados grupos feministas, o que produziu uma grande e complexa rede de cooperação de mulheres. Apresentaram-se movimentos de mulheres negras, periféricas, organizações de mulheres rurais, urbanas, de diferentes orientações sexuais, associações de profissionais do sexo entre outras. Alvarez (1988) utiliza o termo mosaico de diversidade ao descrever os movimentos presentes no processo da IV Conferência Mundial da Mulher, em 1995. A impulsão do debate das desigualdades entre as mulheres levou a coordenação da Articulação de Mulheres Brasileiras para Beijing-95. Essas articulações refletiam o momento em que as mulheres estavam no país, com maior envolvimento nas pautas próprias e no combate à desigualdade de gênero.

¹¹ Conferência do Cairo. *Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento das Nações Unidas (CIPD)* <https://brazil.unfpa.org/pt-br/publications/relat%C3%B3rio-da-confer%C3%A7%C3%A3o-internacional-sobre-popula%C3%A7%C3%A3o-e-desenvolvimento-confer%C3%A7%C3%A3o-do>

Nesse momento a participação política das mulheres passa a ser vista como um movimento emancipador e necessário. O acesso das mulheres nesse espaço foi sendo construído de maneira gradativa, com a política de cotas nos partidos políticos, a tentativa de rompimento das desigualdades e discriminações existentes na sociedade e a construção de agendas mais igualitárias no que diz respeito ao acesso aos cargos políticos.

A partir do início do século XXI, o movimento feminista traz o tema da participação política para dentro do Estado, pois a construção de estratégias paritárias dependia do desenvolvimento de ações concretas que viabilizassem a entrada das mulheres na cena política, a fim de se buscar uma sociedade mais justa.

3.5 Quarta onda do feminismo – Institucionalização das demandas

O movimento da quarta onda do feminismo é muito ligado ao da terceira. A perspectiva da interseccionalidade e do feminismo decolonial é muito presente. Sobre esse assunto, Curiel (2020) cita que o feminismo pós-colonial propõe uma outra saída em relação ao feminismo hegemônico, de mulheres brancas e ocidentais. A lógica leva em consideração as raízes da interseccionalidade para que as relações geopolíticas possam ser compreendidas.

Nesse aspecto Quijano (2005) descreve a respeito da colonialidade como sendo um dos elementos que constituem o padrão mundial do poder capitalista. Sua fonte está na força de uma imposição do dualismo racial/étnico da população mundial como pedra angular do mundo do dito padrão de poder que opera em cada um dos planos. O autor frisa a importância das teorias raciais e do quanto é necessário tecer críticas a respeito da imposição do eurocentrismo na construção histórica do outro latino-americano. Lobato (2020) menciona que a colonialidade produz violência e projeta superioridade europeia enquanto ao mesmo tempo desqualifica a identidade cultural e política dos negros. As construções sociais hierárquicas sob um viés de gênero, raça, classe e colonialidade deslegitimam o corpo negro enquanto um vetor de conhecimento.

O feminismo decolonial possui a característica de trazer consigo a quebra dos valores hegemônicos e heteronormativos que ainda vigoram no próprio feminismo, ou seja, uma construção de uma epistemologia livre dos padrões sociais, que possibilite a reflexão crítica. Lugones (2020) traz consigo a lógica da colonialidade do poder que introduz uma classificação universal e básica organizada e pautada sob a ideia de raça. A invenção da raça, segundo a autora, produziu uma guinada profunda, reorganizando as

relações de superioridade e inferioridade por meio da dominação. “A humanidade e as relações humanas são reconhecidas por uma ficção em termos biológicos” (Lugones, 2020, p.55).

A respeito dos elementos de opressão às mulheres, a autora destaca que:

A colonialidade do gênero permite-me compreender a opressão como uma interação complexa de sistemas econômicos, racializantes e engendrados, na qual cada pessoa no encontro colonial pode ser vista como um ser vivo, histórico, plenamente caracterizado. Como tal, quero compreender aquele/a que resiste como oprimido/a pela construção colonizadora do lócus fraturado. Mas a colonialidade do gênero esconde aquele/a que resiste como um/uma nativo/a, plenamente informado/a, de comunidades que sofrem ataques cataclísmicos. Assim, a colonialidade do gênero é só um ingrediente ativo na história de quem resiste. Ao enfocar naquele/a que resiste situado/a na diferença colonial, minha intenção é revelar o que se torna eclipsado. (Lugones, 2014, p.941)

Ao tomar as mulheres como foco, em especial as mulheres negras, periféricas, pobres, sujeitas do feminismo negro, que nesse movimento da decolonialidade e da quarta onda do feminismo levam suas demandas ao estado, o feminismo decolonial produz resistência frente as questões de dificuldade. Essas mulheres oprimidas por diversos momentos, transformam em movimento, ação, suas dificuldades e suas proposições têm como objetivo trazer sua própria vivência, com os atravessamentos interseccionais.

Matos e Cortês (2004) ao ponderarem sobre esse fenômeno, comentam uma “quarta onda do feminismo” que se caracteriza por trazer elementos que institucionalizam as demandas das mulheres e do feminismo por meio de “tentativas de monitoramento e controle de políticas públicas para as mulheres que tenham claramente o recorte racial, sexual e etário, bem como a busca efetiva do poder político, inclusive o parlamentar.” As autoras destacam outros três pontos importantes: “criação de novos mecanismos e órgãos executivos de coordenação e gestão de tais políticas no âmbito federal e nos âmbitos estaduais e municipais”; “os desdobramentos oriundos da institucionalização com a criação das ONG’s, Fóruns e das redes feministas e, em especial, sob a influência das inúmeras redes comunicativas do feminismo transnacional e da agenda internacional das mulheres”; “uma luta por radicalização anticapitalista através do esforço de construção

da articulação entre feminismos horizontais e uma luta radicalizada pelo encontro de feminismos no âmbito das articulações globais de países na moldura Sul” (Matos e Cortês, 2004, p. 39).

Dentro dessa perspectiva, alguns eventos foram importantes no desenvolvimento e expansão dos direitos políticos das mulheres como a realização das Conferências Nacionais de Política para Mulheres¹² (primeira realizada em 2004), criação da Comissão Tripartite¹³ para análise da Reforma Política e Reforma da Lei Eleitoral (2009), criação do Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos (2006) e a criação dos planos nacionais de políticas para mulheres¹⁴. Após a atuação da comissão tripartite foi aprovado que os partidos políticos deveriam destinar 10% do horário obrigatório de rádio e TV para as mulheres, 5% da verba do Fundo Partidário para a capacitação de mulheres e a obrigatoriedade em preencher a cota de 30% nas chapas eleitorais. Esses elementos vão significando e evidenciando o quanto era necessário buscar ações que pudessem tornar a política acessível às mulheres.

Ao longo dos anos 2000, a incursão dos movimentos sociais e feministas tem se ocupado da pauta sobre a participação das mulheres no espaço e na arena política. Apesar desses registros, sempre foi insuficiente o que se produziu para a equidade de poder entre homens e mulheres. Birolli e Mello (2010) destacam a respeito dos obstáculos e restrições do acesso das mulheres aos partidos políticos, suas candidaturas e as chances de serem eleitas. É por intermédio da representação e da construção das demandas das mulheres que as dinâmicas de gênero e as pautas feministas são colocadas em cena.

A esse respeito, a atuação das mulheres no Congresso Nacional Brasileiro, na Câmara dos Vereadores nas cidades e nas Assembleias Estaduais têm sido exercício de enfrentamento ao sexismo, à violência de gênero e à violência política. Sobre a ocupação desses espaços, dados das eleições mostram como se desenha a ocupação de homens e mulheres no Congresso Nacional, nas Prefeituras e na Câmara dos Vereadores.

Em 2016 foram eleitos 5.463¹⁵ prefeitos eleitos no Brasil, sendo 4827 homens o que equivale a 88,36 % do total e 636 mulheres, o que equivale a 11,64 % do total. No

¹² 1ª Conferência Nacional de Política para Mulheres (2004) :https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Mulheres/regimento_1_conferencia_politicas_para_mulheres.pdf

¹³ Comissão tripartite:https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/poder-e-participacao-politica/direitos-e-legislacao/legislacao-adicional/relatorio_final_da_comissao_tripartite_para_a_revisao_da_lei_9504_97.pdf

¹⁴ Segundo Plano Nacional de Política para Mulheres:http://portal.mec.gov.br/dm/documents/planonacional_politicamulheres.pdf

¹⁵ Fonte:TSE Mulheres: <https://www.justicaeleitoral.jus.br/tse-mulheres/>

que se refere ao número total de vereadores e vereadoras eleitas foram 57.915. Sendo 50.099 homens, 86,5 % do total e 7.816 mulheres, 13,5 % do total.

Quadro 1

Nº de prefeitos e prefeitas eleitos (as) no Brasil em 2016

Total de prefeitos e prefeitas eleitos	2016	5.463	100 %
Prefeitas	2016	636	11,64 %
Prefeitos	2016	4827	88,64

Quadro 2

Nº de vereadores(as) eleitos no Brasil em 2016

Total	2016	57.915	100 %
Vereadores	2016	50.099	86,5 %
Vereadoras	2016	7.816	13,5%

Nas pesquisas sobre as eleições de 2018, na qual se elegeram governadoras, senadoras, deputadas federais e estaduais, os dados são os seguintes:

Em 2018, elegeu-se 874 deputados estaduais (84,44 %) e 161 deputadas estaduais (15,56%). Os Deputados Federais foram 436 (84,99 %) e as deputadas federais 77 (15,01 %). No Senado Federal foram 31 senadores eleitos (59,62 %) e 21 senadoras eleitas (40,38 %). Nos governos dos estados, apenas uma mulher foi eleita governadora, o que representou 3,85%, enquanto os homens representaram 96,15 %.

Quadro 03

Números gerais sobre as eleições de 2018

Total de Deputados (as) estaduais eleitos	2018	1035	100%
Deputados Estaduais	2018	874	84,44%
Deputadas Estaduais	2018	161	15,56
Total de Deputados (as) federais eleitos	2018	513	100%
Deputados Federais	2018	436	84,99%
Deputadas Federais	2018	77	15,01%
Total de Senadores (as) eleitos	2018	52	100%
Senadores	2018	31	59,32%
Senadoras	2018	21	40,38%
Total de governadores (as) eleitos	2018	26	100%
Governadores	2018	25	96,15%
Governadoras	2018	01	3,85%

Os dados revelam a enorme desigualdade de gênero e a assimetria de poder entre homens e mulheres. Em todas os cargos as mulheres estão em minoria, em posição numericamente inferior ao número de homens eleitos. Este é o reflexo da sociedade, tendo em vista que o que garante que alguém ocupe um cargo político são os votos, as eleições, e a sociedade.

O número mais impressionante é do Executivo Estadual, apenas uma mulher eleita. Em levantamento do site G1, no ano de 2018, 30 mulheres que se candidataram ao cargo de govenadora de estado, dentre as 27 unidades da federação, somente 8 não tiveram representantes no pleito, são elas: Alagoas, Amapá, Ceará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Rio Grande do Sul e Rondônia. Entre os estados com mais mulheres candidatas, Pernambuco e Piauí contaram com 3 cada um. A única mulher eleita governadora de um estado em 2018 foi Fátima Bezerra representando o Rio Grande do Norte. Esse estado, inclusive, teve grande importância na luta das mulheres pelos direitos básicos, saindo na frente com a aprovação da primeira legislação do voto feminino. Terra de Nísia Floresta, por coincidência foi o único estado a eleger uma mulher no poder executivo estadual.

A partir desse cenário de desigualdade de gênero na política, com a supremacia masculina no legislativo, os mandatos femininos têm sido exercidos com muitas dificuldades. Birolli e Miguel (2010) destacam que as mulheres enfrentam

constrangimentos para a gerência de suas carreiras políticas, sobretudo pela dificuldade de conciliação com outras atividades, como por exemplo as atividades domésticas. Nesse contexto, destaca-se o desrespeito e as humilhações a que as mulheres são submetidas, “Lugar de mulher, é no fogão”, “Política é para os homens”, essas expressões são facilmente ouvidas em qualquer espaço público, nos círculos sociais e representam violências de gênero.

A respeito desse modelo de violência política, uma pesquisa realizada pela organização não governamental Terra de Direitos e Justiça Global¹⁶, intitulada “Violência Política e Eleitoral”, lançada em setembro de 2020, trouxe dados importantes sobre a violência política no país. De 01 de janeiro de 2016 a 01 de setembro de 2020, foram registrados diversos tipos de violência sofridas por homens e mulheres: atentados, agressões, invasões, ameaças, assassinatos. Os homens estão mais envolvidos nos episódios de violência física, agressão. Destaca-se aqui que as mulheres são mais expostas às humilhações, ofensas e episódios de desrespeito. Um dos fatores que desencadeiam essas violências são o não reconhecimento do espaço da política como próprio das mulheres. O lugar ainda dado aos homens revela a cultura machista e violenta que segregava e desmonta a igualdade de gênero.

Sob essa ótica, a Lei 14.192/2021¹⁷ que “Estabelece normas para prevenir, sancionar e combater a violência política contra a mulher”, constrói um marco jurídico que previne a violência política contra as mulheres e auxilia no combate à desigualdade de gênero. Nessa mesma linha, a Lei 11.340, “Lei Maria da Penha”, que dispõe sobre mecanismos de prevenção à violência doméstica, também contribui para que os agressores sejam punidos.

O caráter educativo das leis é de grande valor, todavia, não é suficiente para que a violência diminua e as mulheres consigam ocupar os espaços públicos, é necessário a também a responsabilização dos agressores. A própria Lei 14.192/21, no seu artigo 2º, traz a noção interseccional e integral das mulheres: “Serão garantidos os direitos de participação política da mulher, vedadas a discriminação e a desigualdade de tratamento em virtude de sexo ou de raça no acesso às instâncias de representação política e no exercício de funções públicas.” Além disso, essa lei determina que os estatutos dos

¹⁶ Terra de Direitos e Justiça Global. <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/pesquisa-revela-que-a-cada-13-dias-ocorre-um-caso-de-ataque-a-vida-contra-agentes-politicos/23476>

¹⁷ Lei 14.192/21: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2021/lei-14192-4-agosto-2021-791631-publicacaooriginal-163264-pl.html>

partidos políticos devem conter normas sobre prevenção, sanção e combate à violência política e ainda proíbe propagandas que depreciam a condição das mulheres.

Outras ações foram promovidas por mulheres a fim de se garantir o espaço como sujeito político, como o PL 2513/2021, proposto pela Deputada Federal Gleisi Hoffman, do Partido dos Trabalhadores. A parlamentar propôs instituir o dia nacional de Conscientização e Enfrentamento à Violência de Gênero, no dia 31 de agosto. Essa iniciativa teve como foco combater a violência política de gênero e a data escolhida foi o dia em que se consumou o *impeachment* da Ex-presidenta Dilma Rousseff, em uma votação cercada de machismo, desrespeito e ódio. Entretanto essa proposta não foi aprovada pela Câmara dos Deputados.

Outro exemplo ocorreu em Sergipe, no dia 30 de dezembro de 2021, onde foi publicado a lei nº 8.949, publicada no diário oficial do estado em 03/01/22, instituindo o dia 06 de dezembro como o “Dia de Mobilização Estadual dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres” no Estado de Sergipe. A data inclui os homens na luta contra a violência contra as mulheres a fim de construir um marco contra o machismo e o sexismo.

Essas datas podem ser compreendidas como marcos simbólicos de resistência e auxiliam na luta das mulheres contra a violência. Ao mencionar a violência política e a luta por direitos, essas formas de atuação legislativa se mostram como importantes ferramentas de conscientização e de prevenção da violência.

Apesar de vivermos em um país democrático e “livre”, as mulheres não estão livres da violência e do assédio em nenhuma circunstância. Em 18 de dezembro de 2020, na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), Isa Penna¹⁸, deputada estadual pelo (PSOL) sofreu assédio sexual por parte do deputado Fernando Cury (Cidadania). Ela teve seu corpo tocado e, no momento do ato, tanto o presidente da casa quanto os seus colegas não esboçaram nenhum tipo de reação em favor da colega. O caso foi silenciado pela presidente da assembleia e pelo governador do estado, na época, João Dória. Isa revelou que não foi a primeira vez que sofreu violência política, em 2007, na Câmara dos Vereadores, já havia sofrido assédio verbal e machismo.

O que se coloca em cena nesse e em outros casos semelhantes é o machismo estrutural, a sexualização dos corpos femininos, o sexismo e a importunação sexual.

¹⁸ Penna, Isa. Assédio sofrido em 2020. <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/04/01/caso-isa-penna-em-decisao-inedita-alesp-suspende-por-6-meses-mandato-do-deputado-fernando-cury-que-passou-a-mao-em-colega.ghtml>

Violências sofridas por Isa Penna não são exceção, sobretudo no mundo das redes sociais, onde os ataques às mulheres são cada vez mais fortes, com ameaças de morte, xingamentos e violência. Em outro caso, a senadora Mara Gabrili (PSDB) precisou recorrer à polícia legislativa do Congresso Nacional. Durante campanha nas eleições de 2022, ela era integrante da chapa da candidata à presidência Simone Tebet e foi alvo de violência política de gênero¹⁹ ao repreender algumas falas do presidente da República, Jair Bolsonaro, na internet, nessa ocasião a então candidata foi chamada por termos com teor machista, como “burra”, “inútil” e “vergonhosa”. Mara é uma pessoa com deficiência e ainda viu o machismo aliado ao capacitismo, que consistiu na utilização de termos preconceituosos para se referir às pessoas com algum tipo de deficiência.

Nessa esteira, fazendo uma correlação com o fenômeno da violência, os números²⁰ oficiais das eleições já possibilitam fazer uma nova análise:

Quadro 04

Número gerais das eleições de 2022

Deputados Estaduais	2022	874	82,54%
Deputadas Estaduais	2022	185	17,46%
Total:	2022	1.049	100 %
Deputados Federais	2022	422	82,26%
Deputadas Federais	2022	91	17,74%
Total	2022	513	100 %
Senadores	2022	22	84,53%
Senadoras	2022	4	15,47%
Total	2022	26	100 %
Governadores	2022	25	92,59 %
Governadoras	2022	2	7,41%
Total	2022	27	100%

¹⁹ Gabrili, Mara. Universa. <https://www.uol.com.br/universa/noticias/azmina/2022/10/25/mara-gabrilli-denuncia-violencia-politica-de-genero-a-policia-do-congresso.htm>

²⁰ Fonte: TSE mulheres: <https://www.justicaeleitoral.jus.br/tse-mulheres/>

Em 2022, com os dados parciais, é possível perceber que houve pequena elevação do número de deputadas federais e estaduais eleitas. O Senado, mesmo elegendo somente 1/3 de sua casa, proporcionalmente mostra que caiu muito o número de senadoras eleitas. No poder executivo estadual, a governadora eleita em 2018, Fátima Bezerra, foi reeleita e terá a companhia da governadora Raquel Lyra de Pernambuco, que no segundo turno disputou contra Marília Arraes. Portanto, ainda encontramos a hegemonia masculina, mesmo com uma melhora tímida nos números.

Nesse contexto, uma pesquisa realizada pela ONG²¹ “Elas no Poder”, em parceria com o Projeto “Me farei Ouvir”, em fevereiro de 2020, identificaram que 40 % das mulheres entrevistadas afirmam não entrar para a política “por não ter perfil”. Outras 5,50 % têm medo de ir para o caminho da política, 13,70% apresentam desinteresse, 9,70 % afirmam que o projeto da política não está alinhado à sua visão de futuro. Esses dados apresentam pontos importantes que se correlacionam com o “não lugar” que as mulheres acabam tendo com a política, pois é um campo desconhecido no qual não foram apresentadas. Uma mulher que vive em uma sociedade machista, patriarcal, socializada para cuidar dos filhos e da casa não tem “tempo e interesse” para a política que fica reservada aos homens.

Além disso, as variáveis apresentadas pela pesquisa se amarram com a história de luta das mulheres pelos seus direitos. O atravessamento se dá pelo corpo, pelo discurso que invade a esfera doméstica, do estado que extrapola os limites do público e do privado.

Os grupos de mulheres, os movimentos feministas e os movimentos sociais, pressionam os homens que são os “detentores do saber da política”. No contexto das eleições, uma estratégia que vem crescendo muito entre as mulheres para garantir maior representatividade, são os mandatos coletivos. Eles se caracterizam por serem exercidos por duas ou mais pessoas, por construírem um espaço de debate para as tomadas de decisão, como as votações no plenário. É importante mencionar que os mandatos coletivos não estão regulamentados na Constituição Federal, mas são permitidos pela Resolução nº 23.609, art. 25, parágrafo 2º do TSE, de 2019. Pela resolução, somente o candidato registrado no TRE teria os direitos de um parlamentar, como o voto ou a participação nas comissões. Agora em 2022 foram 213 registros de candidaturas coletivas, 64 % para deputados estaduais ou distritais, 34% para deputados federais, e 2%

²¹ Pesquisa: https://elasnopoder.org/wp/wp-content/uploads/2020/07/ENP_MFO_RELAT%C3%93RIO_PESQUISA_V4.pdf

para o senado. Em 2018 foram registradas apenas 13 candidaturas, segundo o Tribunal Superior Eleitoral.

A proposta dos mandatos coletivos nos movimentos de mulheres fortalece as pautas feministas e das mulheres por permitirem a criação das redes de interlocução com as bases comunitárias e os movimentos sociais. A pluralidade presente na coletividade, nos recortes raciais de classe e de gênero constroem uma política mais organizada e inclusiva no levantamento das demandas sociais.

Nesse contexto, em Belo Horizonte, a história dos mandatos coletivos é bem interessante. A “Gabinetona²²” é uma grande experiência de ocupação da política institucional, ela surge em 2015 com o movimento “Muitas pelas Cidades que queremos” que reuniu ativistas, coletivos e imigrantes de movimentos sociais para disputar as eleições municipais de 2016. A partir desse primeiro passo, o movimento tomou corpo e daí não parou mais. Com essa campanha coletiva, as “Muitas” elegeram duas vereadoras pelo PSOL/BH, Áurea Carolina e Cida Falabela, que passaram a trabalhar em um gabinete sem divisórias, compartilhando ações, estratégias e equipe. Bella Gonçalves que teve uma votação expressiva, passou a atuar em *covereança* – que seria uma espécie de exercício do mandato em coparticipação.

Depois de dois anos de trabalho, as eleições de 2018 trouxeram a expansão do projeto com a presença de Andreia de Jesus na Assembleia Legislativa de Minas Gerais e Áurea Carolina, que foi da Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte para a Câmara Federal em Brasília. A articulação nas três esferas do poder legislativo (municipal, estadual e federal) compartilhadas com uma equipe de ativistas, trabalhadoras, pesquisadoras, em sintonia com o movimento de mulheres e as lutas populares, possibilitou o fortalecimento das pautas locais, além de favorecer o desenvolvimento de um projeto de política no Brasil sem precedentes.

3.6 Os estereótipos femininos de gênero

A posição crítica de Butler (1995) sobre a mulher como o sujeito político do feminismo, tomado como único e estático, abre um questionamento no campo discursivo, que toca a representação política. Na epistemologia feminista, o desenvolvimento da linguagem única na promoção de condição de igualdade de direitos e voz política era necessária, quando as mulheres não tinham nenhum tipo de representação. A construção

²² Gabinetona: <https://memoria.gabinetona.org/o-que-e-porque/sobre-a-gabinetona/>

de um sujeito político mulher é uma falácia, pois as mulheres enquanto sujeitos plurais ocupam diversas posições na sociedade, seja pela sua classe, gênero, orientação sexual ou raça. A interseccionalidade nos alerta para as diversas instâncias que compõem a desigualdade, que se assentam sob as variáveis pertencentes à lógica interseccional. O cruzamento das desigualdades de gênero, classe e raça potencializam as lógicas de subalternidade fazendo com que mulheres negras, periféricas, pobres estejam em situação de risco pela sua própria condição de existência na sociedade. Em contrapartida, esse entrecruzamento potencializa o enfrentamento a essas desigualdades.

Nesse sentido, Akotirene (2018) aborda a respeito da não existência de hierarquia de opressões.

Identidades sobressaltam aos olhos ocidentais, mas a interseccionalidade se refere ao que faremos politicamente com a matriz de opressão responsável por produzir diferenças, depois de enxergá-las como identidades. Uma vez no fluxo das estruturas, o dinamismo identitário produz novas formas de viver, pensar e sentir, podendo ficar subsumidas a certas identidades insurgentes, ressignificadas pelas opressões. (Akotirene, 2018, p.28)

Essa lógica torna evidente a perspectiva da identidade, que coloca como objeto principal a opressão. O sujeito do feminismo a partir daí, é, portanto, plural, transitando nessas posições que permitem que se produza consensos e acordos políticos transitórios resultantes de dissensos, tensões e conflitos.

Butler (2003) toca de maneira profunda nas concepções da diferença de sexo e gênero. Nesse ponto, descreve sobre a unidade compulsória do sexo, que não seria possível dizer que o gênero decorre da diferenciação do sexo, pois não existiria a partir disso, uma estabilidade do que é nomeado como homem e como mulher. Abre-se, portanto, a questão da universalidade e da identidade dos corpos e a discussão a respeito do conceito de diferenciação sexual e do sexo dado como biológico, natural. Para ela não seria possível pensar esses construtos de maneira desconectada, sem antes pensar sobre sua existência.

Butler avança nesse quesito trazendo a reflexão de que para as feministas o gênero se afirmava como a interpretação da cultura. No texto *Corpos em Aliança e a política das ruas* Butler (2018) destaca que os atos de fala se tornam uma teoria performativa do

gênero. Essas duas temáticas fazem sentido quando a cultura é um elemento que vai sendo apropriado pelos atos de fala e o trecho abaixo ilustra bem o que a autora diz:

Em primeiro lugar, geralmente há os profissionais da área médica que declaram uma criança aos berros como sendo menino ou menina, e mesmo que o enunciado deles não seja audível por causa do barulho, o quadrado que marcam certamente está legível nos documentos legais que são registrados pelo Estado. Minha aposta é que a maioria de nós teve seu gênero estabelecido porque alguém marcou um quadrado em um papel e o enviou, embora em alguns casos, especialmente para aqueles com condições intersexuais, possa ter demorado mais para que o quadrado fosse marcado, ou a marcação possa ter sido apagada algumas vezes, ou a carta possa ter demorado mais para ser enviada. Em qualquer caso, sem dúvida houve um evento gráfico que inaugurou o gênero para a grande maioria de nós, ou talvez alguém tenha simplesmente gritado: “é um menino” ou “é uma menina” (embora algumas vezes essa primeira exclamação seja certamente uma questão: alguém, sonhando em ter um menino, pode fazer apenas uma pergunta: “é um menino?”).
 (Butler, 2018, p.25)

Há a fixação do corpo feminino na inscrição do campo simbólico da sexualidade como algo definitivo, que reduz os corpos; e, na subjetividade, o construto do gênero sai da estabilidade do modelo binário e avança ao pensar nas inscrições e marcações dos discursos na cultura e no poder. Butler destaca a respeito dessa história do sexo e gênero:

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nula.(...) O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica) (p.27)

Essa concepção evidencia a diferenciação feita pela autora entre os dois construtos, sexo e gênero. Assim, é possível construir um caminho que se cruza entre os dois elementos, pois tomá-los de maneira idêntica é um problema conceitual e teórico.

3.6.1 A categoria de gênero como instrumento para a desconstrução dos estereótipos.

A proposta de Butler destaca-se por evidenciar como as relações discursivas, o sexo, e o gênero, o masculino e o feminino e a cultura são parte do processo de construção das sociedades. Não existe um gênero em si, um sujeito único, universal, mas sim processos simultâneos de discursos.

A proposta metodológica de Butler leva em consideração o poder como já mencionado e nesse sentido a temática dos estereótipos para essa dissertação é central. Para Silveira (2010), os estereótipos são “generalizações de julgamentos subjetivos feitos a um grupo ou a um indivíduo. Pode ser atribuído um valor negativo desqualificando-os e impondo-lhes um lugar inferior, ou simplesmente, reduzindo determinado grupo ou indivíduo a algumas características e, assim, definindo lugares específicos a serem ocupados.” (Silveira, 2010, p. 7) Dessa forma, Birolli (2011) ao mencioná-los leva em conta que os estereótipos são atalhos cognitivos inseridos nas dinâmicas do poder, ou seja, são exercícios que permitem o acesso a novas informações e à previsão de características.

A autora chama atenção entre o entendimento dos estereótipos como esquemas simplificadores e a ideia das falsas representações acerca da realidade. “O entendimento dos estereótipos como distorção e falsidade pressupõe que exista uma fronteira bem delineada entre a esteriotipia e a própria realidade”. (Birolli, 2011, p. 76). Ou seja, essas distorções representam e funcionam como cortinas de fumaça, que impedem o encontro com a realidade. O que se pode observar a partir dela não é definitivo, nem a realidade perfeita e nem uma inverdade.

Birolli (2011) acrescenta que os estereótipos fazem parte da dinâmica social, na formação do caráter e das disposições individuais. Nesse processo “a vivência das relações sociais fornece os recursos para a construção das identidades e os estereótipos fazem parte da dinâmica complexa de codificação dos papéis e comportamentos. (Birolli, 2011, p.77).

Figura 01

Revista Veja: edição 2317 de 17 de abril de 2013



Na capa acima temos a presidenta da república retratada “pisando no tomate”. O exemplo faz menção à inflação do país no período de 2013, que estava elevada. Os estereótipos assim como mencionado por Birolli (2011) podem fazer referência a representações falseadas da realidade e a capa possibilita algumas interpretações que centralizam o problema da inflação na presidenta. Mas é preciso uma leitura atenta, a referência ao tomate é pelo fato de o alimento na época, em abril de 2013, ter ficado muito caro, embora no momento da produção da capa já se encontrar mais barato. Assim, o “pisando no tomate” carrega a expressão ligada à inflação e ao preço do alimento.

Nessa discussão, o sociólogo Stuart Hall em seu texto, *Cultura e Representação* propõe uma conversa a respeito da linguagem, o poder e a diferença. Ele discute de maneira crítica elementos que são importantes à dinâmica social. O autor toma o ensaio “*Stereotyping*” “estereotipagem”, do crítico de cinema Richard Dyer (1977). A discussão refere-se à ideia da diferenciação de estereotipagem e tipificação. Hall menciona que sem a utilização dos “tipos”, seria inviável obter sentido no mundo.

Entendemos o mundo ao nos referirmos a objetos individuais, pessoas ou eventos em nossa cabeça por meio de um regime geral de classificação em que - de acordo com a nossa cultura- eles se encaixam. Assim, nós “decodificamos” um objeto plano com pernas sobre o qual colocamos coisas como uma “mesa”. Talvez nunca tenhamos visto um certo tipo de mesa, mas temos um conceito geral ou categoria de “mesa” em nossa cabeça e, nele, fazemos “caber” os objetos particulares que encontramos ou percebemos. (Dyer, apud Hall, 2016 p.190)

O autor segue dizendo que a classificação por tipos de personalidade, de grupos por sexo, faixa etária, nacionalidade, segue a lógica dos papéis, e do que se imagina por intermédio das caracterizações simples. Pensa-se, portanto, o que é uma pessoa feliz, deprimida, séria, bonita ou feia. A construção da imagem é feita por intermédio dessas tipificações, que vão sendo acumuladas e organizadas. A centralidade na nomeação dos objetos, no espaço e naquilo que é de compreensão fácil organiza a percepção de como a tipificação pode ser apreendida. Hall ainda tomando Dyer e seu ensaio, debruça na diferença a respeito da estereotipagem:

Assim, qual é o diferencial de um estereótipo? Estes se *apossam* das poucas características “simples, vívidas, memoráveis, facilmente compreendidas e amplamente reconhecidas” sobre uma pessoa; tudo sobre ela é *reduzido* a esses traços que são, depois, *exagerados* e *simplificados*. Este é o processo que descrevemos anteriormente. Então, o primeiro ponto é que *a estereotipagem reduz* essencializa, *naturaliza e fixa a “diferença.”* (Dyer, apud Hall, p.191).

Essa redução das características, dentro dos sistemas de tipos sociais e estereótipos, provoca uma divisão entre aquilo que é esperado como positivo e negativo, normal e patológico, aceitável e inaceitável. Lippman (1922) converge com Hall e Dyer ao mencionar que o estereótipo antecede ao que é interpretado, visto e vivenciado, é dado por algo prévio, por conteúdos construídos historicamente e culturalmente, o que leva à construção de imagens sociais simples, superficiais e sem enredo.

Dentro dessa lógica, comprehende-se que os estereótipos possuem um caráter mais rígido em relação aos tipos sociais, por se tratar de uma posição hegemônica, que fecha e exclui aquilo que não cabe simbolicamente em seus limites. Um ponto importante é o de que os estereótipos tendem a ocorrer onde existe a desigualdade de poder, o grupo subordinado e excluído e aquele que exclui.

Esses pontos levantados no texto por Hall em conversa com Dyer, além do conceito levantado por Birolli (2011), são essenciais na interpretação do material empírico dessa pesquisa. A tentativa de associação do conceito de gênero ser derivado do sexo, induz à produção de estereótipos e perfis universais. Ao se utilizar o termo feminino, como universal, sinônimo de mulher, ele é carregado de estereótipos do que uma mulher deve ser: doce, bonita, submissa, dependente. É importante que as amarrações sejam desfeitas.

Esse emaranhado de concepções a respeito das mulheres representam uma série de ideias advindas da cultura, que se estabelecem pela lógica machista e patriarcal, o suposto modelo universal de mulher que representa o feminino: branca, heterossexual e cis. Mas, como adverte Cyfer (2015) o feminismo tem o objetivo de problematizar a questão da “mulher universal” por intermédio das estruturas de poder que por elas são encobertas. Butler (2003), chama esse processo de genealogia feminista da categoria das mulheres. A tarefa da genealogia feminista consistirá, em suma, em desvelar o processo de produção das identidades de gênero, alternando o centramento e o descentramento nas normas que as constituem. (Cyfer, 2015, p.46).

Nesse contexto de se pensar os estereótipos, a presidente Dilma Rousseff foi retratada de maneira estereotipada em diversas capas da revista Veja, na capa reproduzida nesse capítulo acima podemos destacar como a centralização dos problemas econômicos do país foi colocada sob a responsabilidade da ex-presidente, fazendo com que a representação da imagem da líder do país fosse construída de maneira negativa. O conceito do patriarcado, a luta pelo voto e história das mulheres na política, ilustram como o estereótipo de gênero está presente no tempo histórico.

3.6.2 Dilma Rousseff: A trajetória até a presidência do Brasil

Segundo dados da Secretaria-Geral da Presidência da República, Dilma Vana Rousseff²³ nasceu na cidade de Belo Horizonte, em 14 de dezembro de 1947, filha do imigrante búlgaro Pedro Rousseff e da professora Dilma Jane da Silva, brasileira nascida na cidade de Resende (Rio de Janeiro). O casal teve ainda mais dois filhos, Igor e Zana. Em Belo Horizonte, Dilma fez o ensino fundamental em um colégio tradicional para meninas, colégio Nossa Senhora de Sion, ela frequentou um clube da elite local e fez trabalho voluntário em uma das maiores e mais pobres favelas da cidade. Aos 14 anos perdeu o pai, que, segundo seu site oficial, foi a pessoa que a incentivou a gostar de literatura e a ler obras humanistas.

Corrêa (2014) destaca que em 1964, logo após o golpe militar, Dilma cursou o ensino médio no Colégio Estadual Central, escola pública na zona sul de BH frequentada pelos filhos da elite intelectual da cidade, época de grande efervescência dos movimentos

²³ Dilma Vana Rousseff. *Biografia completa*. Secretaria geral da Presidência da República: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/centrais-de-conteudo/biblioteca-da-pr/galeria-dos-ex-presidentes/dilma-vana-rousseff/biografia-completa/view>

estudantis, posteriormente ingressou no curso de economia da Universidade Federal de Minas Gerais. Dilma, em sua juventude, interessou-se pelo socialismo como modelo de sociedade em contraponto à ditadura. Nesse cenário, o contato com os movimentos estudantis, fez com que se interessasse pela militância política e assim aos 16 anos entrou para a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop) oriunda do partido socialista brasileiro criado em 1961, que defendia a implantação do socialismo. Dentro do grupo haviam dissonâncias a respeito da melhor forma de agir e assim surge o Comando de Libertação Nacional (COLINA), no qual Dilma era voz ativa.

Com a luta contra a ditadura em vigor, a COLINA se funde com a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e se torna Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). Nesse caminho da militância, em 1969, Dilma conheceu o advogado Carlos Araújo, com quem se casou, teve sua única filha, Paula, e com quem Dilma permaneceu por 30 anos. Em 1970, na luta armada, foi presa e torturada 22 dias pela operação Bandeirante (Oban) e no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).

”Levei muita palmatória, me botaram no pau-de-arara, me deram choque, muito choque. Comecei a ter hemorragia, mas eu aguentei. Não disse nem onde morava. Um dia, tive uma hemorragia muito grande, hemorragia mesmo, como menstruação. Tiveram que me levar para o Hospital Central do Exército”²⁴

A ex-presidenta foi condenada em primeira instância a seis anos de prisão, havendo cumprindo três, o Superior Tribunal Militar reduziu a condenação a dois anos e um mês, tendo seus direitos políticos cassados por dezoito anos. Após sair do presídio Tiradentes em São Paulo no fim de 1972, ela se mudou para Porto Alegre no início de 1973. Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul recomeçou os estudos em economia, pois havia sido expulsa por subversão na Universidade Federal de Minas Gerais.

Com o fim da ditadura militar, o início do processo de redemocratização e o fim do bipartidarismo, Dilma participou junto com Araújo dos esforços de Leonel Brizola para a recriação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Além disso, foi membro fundadora do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Em 1975, nasceu sua única filha, Paula Rousseff Araújo.

²⁴ Revista Istóe: *Luiz Cláudio Cunha*: https://istoe.com.br/15907_DILMA+ROUSSEFF/

Seu primeiro cargo na administração pública foi na Secretaria da Fazenda de Porto Alegre, em 1985. Antes disso, havia conseguido ser assessora da bancada do PDT na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, na primeira metade dos anos 80. Dilma permaneceu na secretaria da Fazenda em 1988, no ano seguinte, em 1989, foi nomeada para o cargo de diretora-geral da Câmara Municipal de Porto Alegre.

Ferreira (2017) destaca que em 1990, o governador Alceu Collares venceu as eleições e indicou Dilma para presidir a Fundação de Economia e Estatística (FEE). Ela permaneceu no cargo até 1993, quando foi nomeada Secretária de Energia, Minas e Comunicações. Ela permaneceu até o fim de 1994, momento em que o seu relacionamento com Araújo chega ao fim por causa da descoberta de um caso extraconjugal. Depois do abalo, reconciliaram-se e permaneceram juntos até 2000.

Em 1995, quando termina o mandato de Alceu Collares, Dilma afastou-se da política. Entre 1995 e 1996 teve uma curta experiência como microempresária vendendo produtos diversos a baixo custo tabelado (comumente chamados de “um e noventa e nove”) em uma lojinha chamada *Pão e Circo*²⁵. Pouco depois retorna a FEE e se torna editora da revista Indicadores Econômicos. Em 1998, o petista Olívio Dutra vence as eleições para governador e indica Dilma para a Secretaria de Minas e Energia. Com muito sucesso em sua gestão, enfrentando um apagão nacional, mas sem nenhum problema no estado. Segundo dados, Dilma filiou-se ao partido dos trabalhadores em 2001 e fez parte do grupo que elaborou os assuntos relacionados à área de minas e energia na plataforma do candidato Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002. Com a vitória de Lula, Dilma assumiu o ministério de Minas e Energia, assim como foi nomeada presidente do Conselho de Administração da Petrobras, cargo que exerceu até março de 2010.

Segundo Soares (2003), Dilma defendeu uma nova política industrial para o governo, fazendo com que as compras de plataformas pela Petrobrás tivessem um conteúdo nacional mínimo, argumentando que não era possível que uma obra de um bilhão de reais não fosse feita no Brasil. As licitações para as plataformas foram, assim, as primeiras no país a exigir um conteúdo nacional mínimo. Sua gestão no ministério foi marcada tanto pelo respeito aos contratos da gestão anterior, como pelos esforços em evitar novo apagão, pela implantação de um modelo elétrico menos concentrado nas mãos do Estado e pela criação do programa Luz Para Todos.

²⁵ Pão e Circo: *Folha de São Paulo*: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2010/08/790511-dilma-ja-vendeu-bugigangas-e-cavaleiros-do-zodiaco-no-rs.shtml>

Em 20 de junho de 2005, Dilma foi indicada por Lula para ser ministra chefe da Casa Civil. Assim foi a primeira vez na história do país que uma mulher ocupou esse cargo. Ela era considerada pelo governo Lula como gerente do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Lula também a chamava de “mãe do PAC”, colocando-a como responsável pelo programa em todo o país.

Em abril de 2007, Dilma já era vista como candidata, assim Lula começou a “testá-la” em algumas oportunidades. A receptividade da base do partido foi aumentando aos poucos, principalmente com o presidente participando de maneira massiva de alguns encontros. Dilma saiu do Ministério da Casa Civil no dia 31 de março de 2007 e lançou sua candidatura no dia 13 de junho. Sempre na frente das pesquisas, Dilma dava sinais que venceria no primeiro turno, entretanto uma fala desconectada sobre o aborto fez com que ela perdesse alguns votos para Marina Silva e sua vitória se confirmou no segundo turno com 56,05% dos votos válidos contra 43,95 % dos votos válidos do candidato tucano, José Serra.

No segundo mandato, em 2014, em um pleito acirrado contra Aécio Neves e Marina Silva, Dilma vence no segundo turno com 51,64% dos votos válidos o candidato tucano, que ficou com 48,36 % dos votos válidos, e se consagra novamente presidenta do país. Sua história como presidenta do país termina com o *impeachment* em 31 de agosto de 2016.

4 OS ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO NA CAPA DE REVISTA

O presente capítulo traz o material empírico dessa pesquisa que são as capas das revistas *Veja* analisadas à luz das categorias de gênero, buscando destacar os estereótipos associados à figura da ex-presidente Dilma Rousseff. Mediante a estratégia metodológica da análise de conteúdo de Bardin (2004), as capas das revista foram articuladas em três categorias de análise: relações assimétricas de gênero, estereótipos de gênero e as tecnologias de gênero. Assim, foi possível construir conexões discutindo teoricamente o material disponível.

Ao tomarmos como base o estilo discursivo midiático das revistas impressas, Gomes (2010) destaca que inicialmente as revistas têm como seu objetivo vender o exemplar, chamando a atenção do leitor para a comunicação que se pretende veicular e buscando atraí-lo para oferecer uma informação.

Nesse contexto, tomar as capas das revistas *Veja* requer perceber que a construções temáticas não são mero acaso. Thompson (1995) considera que os meios de comunicação de massa são aparatos técnicos que viabilizam a mediação simbólica, transformando a natureza das interações sociais e percepções de indivíduos e grupos. Os juízos de valor, que organizam a experiência, são reproduzidos e modificados pela mídia, o que corrobora com a percepção de que indivíduos e temas podem ser vistos em uma escala de importância que atribui valor social.

A revista *Veja*, como material empírico desse trabalho, carrega importância central e merece uma breve contextualização de sua história. Pertencente à Editora Abril, e considerada uma das maiores da América Latina, Azambuja (2014) destaca que a empresa foi fundada em 1950 por Victor Civita, além de englobar a Abril.com, Abril no Celular; Mtv Brasil 13; e Abril Educação 13. As editoras Ática e Scipione e os Sistemas de Ensino Ser e Anglo também integram a empresa.

Na sociedade brasileira a revista é conhecida por veicular diversos assuntos, sobretudo no campo da política. Azambuja (2014) em sua dissertação, faz um recorte a respeito de trabalhos acadêmicos sobre a revista nas áreas das ciências humanas, linguística, história e a comunicação social. Em sua análise, a autora traz que esses trabalhos possuem a característica de marcarem posicionamentos da revista sobre a sociedade de uma maneira geral, mas poucos são os trabalhos acadêmicos que buscam discutir o modo pelos quais as relações de gênero são abordadas pela revista *Veja*.

O texto de Carla Luciana Silva "*O ADMIRÁVEL MUNDO*" DE VEJA: *influências sociais de uma revista de informação* (2008), traz uma análise sobre as aspirações político ideológicas da revista, analisando exemplares de 1989 a 2002. Segundo a autora, a revista por fazer parte do grupo Abril, carrega consigo um mercado segmentado da editora que influencia a produção das suas edições, assim como a de seus anunciantes. Entretanto, segundo a autora, essas questões são complementares ao fato de que a revista produz conteúdo dos mais diversos tipos. "Não cremos, no entanto, que a editora produza as revistas para atender à segmentação social pré-existente, como se a mídia apenas respondesse a uma mudança espontânea e "externa" da sociedade. Pelo contrário, as revistas contribuem de forma enfática para a fragmentação da sociedade e a perda da perspectiva coletiva." (Silva, 2008, p.90). O estudo traz elementos que dizem respeito à influência que a Veja possui no país, divulgando essa perspectiva por meio de suas matérias, anúncios e publicidades, transmitindo sua visão de mundo.

A revista Veja como instrumento de dominação tem tido uma ação muito mais eficiente do que os demais partidos políticos formais. Do ponto de vista político, ela tem influenciado a história brasileira de muitas formas: impondo a aprovação de reformas na Constituição, exigindo privatizações, desestabilizando governos, mantendo ou excluindo ministros. Sempre quer aparecer como neutra, um vigilante do poder, o "quarto poder". Ao mesmo tempo, ela tem buscado formular políticas, programas e projetos para o Brasil. (Silva, 2008. p. 89)

A partir desse escopo, a venda de exemplares deixa de ser o único o objetivo, a transmissão dos fatos, acontecimentos do cotidiano passa a ser apenas mais "um" elemento do jogo midiático. Segundo Silva (2008), a mídia aponta imagens, sons, e os espetáculos para a construção da cultura social, modelando as identidades, as opiniões e comportamentos políticos "os produtos da indústria cultural fornecem os modelos daquilo que significa ser homem ou mulher, bem-sucedido ou fracassado, poderoso ou impotente." (p.92).

Dilma Rousseff, no contexto da Presidência da República, aparece com a imagem de uma figura de poder máxima do país, que representava um partido de esquerda, já no governo há oito anos, em dois mandatos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do partido dos trabalhadores (PT). De uma maneira ou de outra, Dilma tinha como sua

sombra um ex-presidente da República, homem, além de ser a primeira a mulher a comandar o país.

No que diz respeito à metodologia dessa dissertação, foi utilizada a pesquisa documental para acessar as capas das revistas. Sobre esse método, Gil (1989) elucida que o método de pesquisa documental é semelhante à pesquisa bibliográfica, a grande diferença entre ambas se localiza na natureza das fontes. A pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam um tratamento analítico ou que os tratamentos analíticos anteriores ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos que a pesquisa pretende alcançar. Dessa forma, o primeiro grande passo nesta abordagem se dá na exploração das fontes documentais e suas análises.

May (2004) discorre que pesquisas em documentos funcionam como a sedimentação das práticas sociais e tem potencial de informar e organizar a estruturação das decisões que as pessoas tomam diariamente, além de se constituírem como leituras particulares dos eventos sociais. Segundo a autora, as fontes nos revelam as aspirações e intenções de quem as redige, registra ou escreve os documentos, de acordo com os períodos temporais que se referem, nos dando chaves de interpretação para entender os eventos, processos e transformações nas relações sociais.

O acesso às revistas se deu em primeiro momento por assinatura paga ao acervo *online* da revista *Veja*. Entretanto, após dificuldade de acesso, por reestruturação do acervo virtual, foi necessário o cancelamento da assinatura. Sendo assim, as revistas impressas foram consultadas por meio do acervo da Biblioteca da PUC Minas.

O método de análise dessas revistas é a análise de conteúdo. Segundo Bardin (2004), “análise das comunicações, que visa obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem as inferências de conhecimentos relativos de condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (Bardin, 2004, p. 41). Eles são divididos em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados (interpretações dos resultados).

Na etapa da pré-análise foram encontradas 216 revistas pesquisadas/lidas observando a circulação semanal no período de 2010 a 2016. O material pesquisado continha todas as capas publicadas no período, com conteúdos relacionados aos mais diversos temas, o foco estava em selecionar aquelas em que a presidente estava na capa.

Na segunda etapa, que Bardin (2004) define como a exploração do material, o seu uso, tratamento e categorização dos dados, fiz um refinamento das revistas, chegando ao

material final de 10 revistas. Esse processo se organizou a partir do critério de inclusão e de exclusão. O primeiro critério de inclusão foi as revistas estarem contidas no período de 2010 a 2016. O segundo critério de inclusão foi a revista conter a presidente Dilma na capa, observando também a chamada de capa. Após isso, foi feito uma escolha aleatória, chegando ao material final de 10 capas. O critério de exclusão o foi o de dispensar as revistas que não continham a presidente na imagem de capa.

A respeito da escolha aleatória, foram escolhidas duas capas de 2010, uma no meio da campanha da eleição e outra após ela ser eleita. Uma outra foi escolhida em 2013, na segunda metade do primeiro mandato. Outras duas revistas de 2014, uma no início do último ano de mandato e outra após a reeleição. Quatro revistas de 2015 foram escolhidas, duas após a reeleição e outras duas após a agitação com o processo de impeachment e outra em 2016, com o processo de impeachment em trânsito. Abaixo reproduzo as imagens das 10 revistas que foram objeto de análise:

Figura 02

Revista Veja Edição 2186 de 13 de outubro de 2010



Figura 03

Revista Veja: Edição 2187 de 20 outubro de 2010



Figura 04

Revista Veja: Carta ao leitor, edição 2187 de 20 de outubro de 2010



A Figura 02 refere-se à edição 2186 de 13 de outubro de 2010. A figura 03 refere-se à edição 2187 de 20 de outubro de 2013. A figura 04 é a carta ao leitor da mesma edição. As cartas aos leitores nem sempre apresentam um formato de caixa de texto com opinião dos leitores, ele é variável, podendo vir com um texto corrido ou outras páginas das revistas.

Como mencionado anteriormente, esse foi o único material completo que abarca a carta aos leitores. Em razão da dificuldade de obtenção das cartas aos leitores correspondentes a todas as capas analisadas tomei a decisão de retirar essa estratégia metodológica, no entanto a análise realizada do conjunto do material capa e carta do leitor subsequente foi mantida no texto.

Figura 05

Revista Veja: Edição 2367 de 02 de abril de 2014



Figura 06

Revista Veja: Edição 2399 de 12 de novembro de 2014

**Figura 07**

Revista Veja: Edição: 2407 de 07 de janeiro de 2015

**Figura 08**

Revista Veja: Edição 2407 de 18 de março de 2015



Figura 09

Revista Veja: Edição 2447 de 14 de outubro de 2015

**Figura 10**

Revista Veja: Edição 2455 de 09 de dezembro de 2015

**Figura 11**

Revista Veja: Edição 2477 de 11 de maio de 2016



Figura 12

Revista Veja: Edição extra, número 2390, de novembro de 2010



Essa revista é uma edição especial que traz sobre a história familiar e política de Dilma, quando assume a Presidência da República.

Quadro 5

Revistas a partir das chamadas de capa e o momento vivido no país a partir da data de publicação

Título da capa	Manchete de capa	Momento do país
Edição 2317 de 17 de abril de 2013./ Figura 1	Inflação: Dilma pisou no tomate	O Brasil em abril de 2013 viveu ano uma alta nos preços dos alimentos, principalmente no do tomate, em decorrência da inflação. A revista Época da editora Globo, fez no mesmo período a capa “A ameaça da inflação, por que o governo pisou no tomate”, se referindo à alta do preço do alimento.
Edição 2186 de 13 de outubro de 2010/ Figura 2	Acho que tem que haver a descriminação do aborto. Eu pessoalmente sou contra. Não acredito que haja uma mulher não considere o aborto uma violência.	O país estava no meio da campanha eleitoral de Dilma Rousseff (PT) e José Serra (PSDB) candidato que disputava a presidência da república daquele ano. O primeiro turno havia acontecido no dia 03 de outubro de 2010 e no final do mês dia 31 de outubro de 2010

		seria realizado o segundo turno das eleições.
Edição 2367 de 02 de abril de 2014./ Figura 05	Por que quando Dilma cai a bolsa sobe.	Em um ano de copa do mundo em julho e eleições presidenciais em outubro, Dilma enfrentava dificuldades com a economia, tendo vindo de um ano anterior complexo, com manifestações populares que pressionavam o seu governo.
Edição 2399 de 12 de novembro de 2014./ Figura 06	A solidão da vitória. Sem saber o que fazer na economia, pressionada pelo PT e esnobada pelos aliados, a presidente se isola no palácio.	Após vencer as eleições e ser reeleita, Dilma tinha o final do ano de 2014, com questões importantes a serem olhadas como o PIB, e a inflação e a composição de seus novos ministérios para o ano de 2015, início de seu segundo mandato.
Edição 2407 de 07 de janeiro de 2015/ Figura 07	O poder e o saber. Com eles juntos temos uma chance de atravessar o tempestuoso 2015. Se duelarem, o Brasil perde.	No início do mandato, Dilma já contava com uma nova equipe de ministros e ministras. Com eles, ela teria um desafio grande pela frente, que seria enfrentar a pressão popular, e os desafios referentes às investigações sobre a corrupção que respingava no seu governo.
Edição 2417 de 18 março de 2015/	Figura 8	Em março de 2015, após assumir seu segundo mandato, Dilma enfrentava problemas com manifestações que questionavam o seu governo. Manifestantes pediam impeachment da ex-presidenta.
Edição 2447 de 14 de outubro de 2015/ Figura 09	Por que caem os presidentes. Dilma Rousseff reúne as três condições que, à luz da história são comuns aos governantes de democracias destituídos de seu cargo.	O país vivia o momento em que as discussões sobre a possível abertura de processo de impeachment no Congresso, Nacional estavam latentes.

	<p>Altamente impopulares.</p> <p>Perdem apoio no Congresso.</p> <p>Arruínam a economia do país.</p>	Dilma dizia de maneira convicta que se tratava de um “golpe”
Edição 2455 de 09 de dezembro de 2015/ Figura 10	<p>Impeachment. Por que é falsa a guerra entre Dilma Rousseff e Eduardo Cunha.</p> <p>O passo a passo do processo que visa derrubar a presidente.</p> <p>Uma ex-cara-pintada e uma ex-petista são autores do pedido.</p> <p>A euforia dos mercados sinaliza que sem Dilma, a confiança volta.</p> <p>Como a lava-jato dará munição aos defensores do impedimento.</p> <p>O STJ pode soltar os corruptos e a indignação catalisar o processo.</p> <p>A primeira reação de Collor e de Dilma foi a mesma: culpar os adversários.</p> <p>Por que é indolor no parlamentarismo trocar governante incompetente.</p>	<p>No dia 02 de dezembro de 2015, o presidente da câmara dos deputados, Eduardo Cunha, aceitou um dos pedidos de impeachment contra a ex-presidenta Dilma Rousseff.</p> <p>Segundo a Agência Senado, na justificação do pedido, os juristas alegaram que a presidente havia cometido crime de responsabilidade pela prática das chamadas “pedaladas fiscais” e pela edição de decretos de abertura de crédito sem autorização do Congresso.</p>
Edição 2477 de 11 de maio de 2016/ Figura 11	<p>Tchau querida, Tchau querido.</p> <p>Com o impeachment de Dilma e queda de Cunha, o Brasil tem a chance histórica de fazer uma limpeza inédita na vida pública.</p>	<p>Após sinal verde da câmara dos deputados, era necessário também que o Senado Federal se colocasse a favor da abertura do processo de impeachment. Se o processo fosse aberto, Dilma seria afastada do cargo por até 180 dias e o vice, Michel Temer, assume a presidência da república.</p>
Edição extra, número 2390, de novembro de 2010./ Figura 12	<p>“Meu compromisso com país: valorizar a democracia em toda a sua dimensão”</p> <p>Dilma Rousseff, depois de eleita a primeira mulher presidente do país.</p>	<p>Dilma é eleita a primeira presidenta da história da democracia brasileira. Ela dá sequência a governos petistas, seguidos do ex-presidente Lula.</p>

*São 12 figuras por contar com a carta do leitor e sua respectiva capa. Entretanto, somente 10 figuras foram usadas no material final.

A análise a seguir refere-se a edição especial, referente a capa que traz a história da Dilma Rousseff. Em razão de conter materiais interessantes e ricos ela foi analisada com imagens internas, não só com as com as imagens de capa.

Um dos pontos que me chamou atenção na leitura da edição extra foi a maneira pela qual a Veja fez a exposição da vida de Dilma. Ao mencionar sua transição da adolescência para a fase adulta, faz menção a um baile de debutantes em que Dilma participou. “A dois anos da derrubada do governo João Goulart pelos militares, Dilma (no centro) brindava no baile de debutante das amigas”. (Veja Especial, novembro 2010) Essa referência é importante, pois a lógica da força/ sensibilidade é colocada quando os atos “subversivos de Dilma” são evidenciados. “A criança fofinha e a adolescente feliz com a primeira taça de champanhe não prenunciavam a situação em que Dilma se encontrava quando essa foto foi feita, em 1970: presa por atividades subversivas.”

Figura 13

Revista Veja: Parte interna da edição especial – 2390



Figura 14

Revista Veja :Parte interna da edição especial – 2390



As fotos mostram o enredo citado. A figura da violência em 1970 é no contexto da ditadura militar. Na reportagem, Dilma “é acusada” de pertencer a um grupo terrorista, a VAR- Palmares em 1970 e foi presa e torturada. Em janeiro de 2010 a câmara dos deputados trouxe matéria sobre o início do mandato de Dilma. Segundo a Câmara²⁶ “Em janeiro de 1970, Dilma foi presa e torturada pela polícia política da ditadura militar, em São Paulo. Permaneceu detida por três anos”.

As informações veiculadas pela revista revelam a mudança de posição de Dilma, que não é mais “sensível, submissa”, e sim alguém que se coloca contra a ordem vigente de maneira violenta, e em uma ditadura as consequências são a tortura e a violência. A revista Veja narra e coloca Dilma em um estereótipo extremamente pejorativo como se ela parecesse com uma “terrorista”, em razão de suas posições na luta armada contra a ditadura. As escolhas partidárias e ideológicas da ex-presidenta em sua adolescência aparecem de maneira muito clara e evidente, mesmo lutando contra um regime ditatorial, num cenário de violência e violação de poder.

²⁶ Câmara dos deputados. *Eleições de 2010*. <https://www.camara.leg.br/tv/206269-dilma-rousseff-e-eleita-a-primeira-mulher-presidente-do-brasil/>

Figura 15

Revista Veja: Parte interna da edição especial – 2390



No que diz respeito à caminhada política de Dilma, a revista retrata que como candidata à Presidência da República, acompanhou em diversos eventos públicos o presidente em exercício, Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), no entanto durante a campanha esteve sempre posicionada atrás do político. Aspectos ligados à maternidade e à estética foram marcas ligadas à campanha de Dilma. Ela foi chamada de “mãe do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento)”. (Veja Especial, novembro de 2010).

Bianchi (2013) menciona que a exposição da Veja a respeito do PAC se liga à lógica de como os papéis considerados femininos e próprios às mulheres são vistos pela sociedade. Às mulheres cabem o cuidado dos filhos, Dilma na posição de “mãe” do PAC teria o cuidado dos “filhos da pátria”, ou seja, a atividade pública é tratada como uma atividade doméstica, as áreas em que o PAC atua: saúde, educação, infraestrutura, áreas associadas à prática do cuidado.

Esse cenário deixa evidente o que Gradvohl, Osis e Makuch (2014) discorrem: “Enquanto a maternidade é tradicionalmente permeada pela relação consanguínea entre mãe e filho, a maternagem é estabelecida no vínculo afetivo do cuidado e acolhimento ao filho por uma mãe.” (Gradvohl, Osis e Makuch, 2014, p.56) Assim, Dilma no processo de acolhida aos programas deixados por Lula ia construindo a sua identificação com as pessoas, cuidando das obras, “dos filhos” afinal é obrigação da mãe ter afinco, zelo e amor pelos seus. Mas, esse processo é complexo, gera desconforto, pois existem duas posições possíveis, o que é visto quando o governo vai bem, as obras no caminho certo, ou o outro, quando o governo atrasa alguma obra. Se algum “filho” vai mal, alguma obra

atrasa, de quem é a culpa? Do governo? Da mãe Dilma que se preparava para sua primeira eleição?

A estratégia era fazer com que Dilma fosse ganhando a confiança do povo brasileiro em sua caminhada eleitoral e a sacada do partido foi a maternidade. Abaixo outro exemplo de como os estereótipos apareceram na edição extra.

Para o grande público, a certeza que Dilma se preparava para disputar as eleições só surgiu no início de 2009, quando a ministra retornou de um período de férias num spa do Rio Grande do Sul. Em sua primeira aparição, numa feira de moda, em São Paulo, ao lado de Lula e de José Serra, ela estava 10 quilos mais magra e os óculos haviam sido substituídos por lentes de contato. O cabelo foi tingido de ruivo e ganhou um corte repicado, mais jovial. O guarda-roupa também passou por uma reforma. (Revista Veja especial, novembro de 2010)

As colocações estéticas sobre as mulheres no âmbito político são de maneira frequente colocadas em pauta, é o que destaca Azambuja (2014). Segundo a autora, quando a Veja aprova a mudança no “visual” da presidente com o objetivo de melhora na identificação com as/os eleitoras/es, acaba por reforçar o padrão de beleza opressor às mulheres, que impõe uma série de procedimentos estéticos, como cirurgias plásticas, dietas, em busca de uma imagem mais “jovial”, idealizada, que não existe.

O reforço que a revista faz com as mulheres, não é visto com os homens, pois estes não têm a sua capacidade política questionada. Já Dilma, por sua vez, necessita cuidar de sua aparência, da maneira que conversa e do seu vestuário, para que possa atrair as/os eleitoras/es. A valoração desmedida ao corpo feminino, a maneira pela qual Dilma cuida da sua aparência, é um aspecto que a revista traz que produz estereótipos femininos. Corrêa (2014) discorre sobre reportagem da revista de 2011 “A matéria ainda afirma que Dilma “sempre teve um tipo físico roliço” e que, segundo um ex-ministro, só tem um medo na vida: engordar. Ela teria perdido três quilos com a dieta da proteína desde a eleição.”

A figura 02 traz a presidente Dilma Rousseff em duas falas que soam como contraditórias a respeito da descriminalização do aborto. A primeira em outubro de 2007, “Acho que tem de haver a descriminalização do aborto. Acho um absurdo que não haja” A segunda em setembro de 2010 “Eu pessoalmente sou contra. Não acredito que haja uma mulher que não considere o aborto uma violência”.

A capa da revista coloca Dilma em posições antagônicas a respeito de um assunto que ainda hoje é complexo em nossa sociedade, o aborto. Sua descriminalização é pauta de discussões políticas, religiosas e científicas. Um ponto levantado é novamente o corpo das mulheres. Mas dessa vez quem “chancela” esse estereótipo é a própria Dilma, segundo a revista. O recurso utilizado foi o de trazer duas opiniões distintas da presidenta, uma que supostamente aprova e descriminaliza o aborto e outra que desaprova e abomina essa prática.

Além disso, a capa é trazida em um contexto de início de segundo turno, em um momento que a opinião dos eleitores está em formação. A carta ao leitor (figura 04) juntamente com a capa seguinte apresenta um cunho político, com Aécio Neves eleito para o senado federal como grande aliado de José Serra no segundo turno. O conteúdo da carta traz a respeito da vitória dos eleitores e eleitoras brasileiros em levar para o segundo turno a disputa presidencial entre Dilma e Serra. A interrupção do messianismo ao ex-presidente Lula seria a maior vitória da recente democracia brasileira. Além disso, a carta traz como a oposição encontrou espaço mediante a propaganda pesada do PT, para fazer seu trabalho. A carta traz a figura do senador Aécio Neves, como grande incentivador da campanha de José Serra. Por fim, a vitória do segundo turno foi uma vitória de todos os brasileiros e brasileiras.

O grande enfoque desta capa encontra-se nas posições em que Dilma ocupa. Durante o seu governo, suas posições foram julgadas como “duras”, “arrogantes”, “intransigentes”. A revista parece sugerir que a presidenta possui duas opiniões distintas em razão do cenário político e do interesse pessoal. Mas o que está em cena, é o aborto. Um assunto que diz respeito ao corpo das mulheres, mas que não é privado, essa temática é social e política.

Bianchi (2013) comenta que as discussões sobre essa temática ganharam relevância no segundo turno das eleições de 2010, principalmente pela ala mais conservadora. Dilma já dizia ser “a favor” em meados de 2007 (conforme a capa). A sinalização de qualquer posição de Dilma é problemática. Se ela se diz favorável, as pessoas que não acreditam em razão de suas crenças religiosas e/ou opiniões baseadas em qualquer outro fundamento, não vão acreditar em suas falas e propostas. Mas em contrapartida, outras mulheres que apoiam o movimento acreditariam na presidenta. A criação de um cenário hostil para Dilma para qualquer posição assumida é evidente, pois a temática é polêmica e espinhosa.

Nas eleições de 2010, Almeida e Lourdes (2013) comentam que o candidato José Serra era conhecido por apresentar posições lidas como progressistas no campo da saúde pública e a humanização do aborto legal, quando Ministro da Saúde²⁷(1998 – no governo Fernando Henrique Cardoso). As suas ações ministeriais de enfrentamento à AIDS, contrárias ao pensamento da Igreja Católica, foram disseminadas aqui no Brasil e enviadas a outros países como métodos de prevenção à doença. Sobre o assunto do aborto de maneira específica, ele se mostrou reticente, se alinhando ao conservadorismo e a Igreja Católica e Evangélica.

O que temos aqui são duas posições de gênero distintas entre Dilma e Serra. Ambos falaram sobre o tema do aborto, mas não tiveram o mesmo “tratamento”. Serra, mesmo tendo um histórico progressista no campo da saúde, sendo elogiado por suas posições, indicava um possível “apoio ao aborto”. Ao ser candidato mudou sua opinião. Mas por qual motivo ele pode acenar para a ala conservadora sem ser tão criticado quanto Dilma? Os motivos são vários.

Silva e Queiroz e Melo (2020) fazem um recorte a respeito do aborto no Brasil e trazem que a questão moral e religiosa é bastante influente no que diz respeito ao corpo das mulheres. O tema é bastante controverso, e cabe discussão, entretanto, a centralidade demonstrada dos estereótipos sofridos por Dilma não foi a mesma para Serra, em razão do machismo, sexism e violência de gênero.

O aborto é um assunto que envolve a esfera jurídica e os marcos legais. Atualmente corre na Câmara dos Deputados discussões a respeito do Estatuto do Nascituro²⁸, PL 478(2007). A proposta pretende impedir acesso ao aborto nos casos permitidos por lei: estupro, risco de vida para a pessoa gestante e em casos de fetos com anencefalia (bebê que nasce com cérebro subdesenvolvido ou crânio incompleto) e ainda prevê reconhecimento de paternidade em crimes de estupro. Caso a PL passe as mulheres seriam obrigadas a seguir com as gestações em todas essas situações. O texto está em pauta desde 2007, quando iniciaram-se as discussões. As votações foram adiadas diversas vezes, por agressões realizadas as deputadas feministas e ativistas que tentaram barrar o projeto.

²⁷ Serra, José. *Biografia*. Agência Senado.

<https://www12.senado.leg.br/institucional/arquivo/historiaoral/fichas-tecnicas/senadores/jose-serra/biografia>

²⁸ Moraes, Laura. Estatuto do Nascituro .Revista Galileu

Sociedade.<https://revistagalileu.globo.com/sociedade/noticia/2022/12/entenda-o-que-propoe-o-projeto-de-lei-do-estatuto-do-nascituro.ghhtml>

A votação mais uma vez está parada, os movimentos feministas pressionaram a sociedade civil e mais uma queda de braço está formada, com o corpo das mulheres. Homens em sua maioria na Câmara dos Deputados que querem legislar sobre os corpos femininos. Assim como Dilma teve sua opinião colocada em xeque, problematizada e ridicularizada.

4.1 Relações assimétricas de gênero

O material empírico descrito nessa dissertação será analisado por intermédio da análise de conteúdo da Bardin (2004). Na seção anterior, uma parte da análise foi feita com base na revista especial que contava os detalhes da história da ex-presidente Dilma, com fotos da sua infância, adolescência, e momentos da política antes se tornar presidente. Além disso, outro material utilizado foi a capa com a temática do aborto, edição 2186 de 13 de outubro de 2010, juntamente com a única carta do leitor, edição 2187 de 20 de outubro de 2010.

As outras capas, como já mencionado, não serão analisadas juntamente com a carta dos leitores. A análise de conteúdo possui como forma de organização metodológica as categorias de análise que têm como objetivo sistematizar o conteúdo construído nas fases da pré-análise e na exploração do material.

Por intermédio dessa categorização serão realizadas as discussões referentes à pesquisa documental, que segundo Bardin (2016), permitem o tratamento da informação contida nos documentos analisados, dando nova forma de representação da informação. Nesse contexto, de acordo com o autor, as categorias temáticas possibilitam uma leitura mais específica dos recortes estabelecidos, por se tratar da manipulação das mensagens, que permitem inferir sobre outra realidade que não a da mesma. As categorias de análise construídas dentro dessa pesquisa foram: Relações assimétricas de gênero, que tem a seguinte pergunta norteadora: Se fosse homem, a imagem de capa seria a mesma? A segunda categoria é: Estereótipos de gênero derivado do sexo e estereótipo derivado de atos de fala masculinos e femininos. E a terceira são: as tecnologias de gênero.

A primeira categoria pode ser lida com base em Scott (1995), que traz a noção de gênero atrelada ao poder. Assim ao ler as capas com a ênfase nesse modelo, é necessário a observância da característica do gênero em ser um elemento constitutivo das relações sociais, baseadas nas diferenças entre os sexos. Ele de maneira primária concede

significado às relações de poder. A autora destaca que a política é uma grande área no qual o gênero pode ser utilizado para se fazer análise histórica.

No material empírico dessa pesquisa, é observável que as figuras 06, 07, 08, 09, 10 podem ser vistas e lidas com essa categoria. A figura 06 traz Dilma após a vitória da eleição em 2014 contra o candidato do PSDB, Aécio Neves, em uma das eleições mais disputadas da história. A capa foi publicada em 12 de novembro de 2014, o segundo turno das eleições daquele ano foram no dia 26 de outubro de 2014. Dilma vivia uma situação difícil em seu governo, mesmo após sua reeleição a taxa de fidelidade de seus aliados era a menor desde o início do primeiro mandato, segundo o jornal *El País Brasil*²⁹. Além disso, dentro de seu próprio partido havia dissonâncias a respeito de algumas escolhas da presidenta, quanto aos ministérios, posições econômicas e ideológicas.

No que toca à capa e à categoria de gênero, Dilma após ser a primeira mulher reeleita presidente no Brasil, tem colocadas questões que expõem o seu governo e as suas fragilidades. Assim, tomando Scott (1995), é importante levantar algumas questões. Se Aécio Neves fosse o candidato reeleito nas mesmas condições de Dilma, com dificuldades dentro do partido, inflação alta, com uma crise econômica, e com a menor taxa de fidelidade entre os partidos aliados desde a posse em 2010, a capa seria mesma? “A solidão da vitória. Sem saber o que fazer na economia, pressionada pelo PT e esnobada pelos aliados, a presidente se isola no palácio.” A invalidação da vitória de Dilma em detrimento das suas dificuldades, demonstra como o exercício de poder é assimétrico entre homens e mulheres. Como é possível uma presidenta ser reeleita em uma das eleições mais disputadas de todos os tempos e simplesmente ficar isolada no palácio? Não seria Dilma uma grande oponente frente a Aécio por derrotá-lo? O caráter do isolamento demonstrado na capa atribui a ex-presidenta características de uma líder que não conseguia exercer bem a sua função, mesmo após ser reeleita.

Essa desigualdade de gênero é observável também de maneira muito clara na figura 07. “O poder e o saber”. É possível perceber que quem detém o poder é a ex-presidenta Dilma Rousseff, por intermédio da construção simbólica da faixa presidencial, que está sob os ombros de Dilma. É importante destacar de maneira intencional que apenas um pedaço da faixa está exposta, o resto da faixa está encoberta por um homem. A presidenta é a chefe do poder executivo federal, ela carrega o estereótipo de ser a representante do povo, com a confiança e respaldo adquirido ao ganhar as eleições

²⁹ R.B. Dilma Rousseff. *El País Brasil*
https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/31/politica/1420051282_299343.html

presidenciais. O interessante aqui é que a própria Constituição Brasileira, dita como Constituição Cidadã, reserva atribuições exclusivas que pertencem somente à presidente. Ou seja, ela carrega sobre ela a marca de quem possui o poder.

Nessa mesma capa, observando o aspecto da figura, o homem que encobre Dilma é Joaquim Levy, então Ministro da Fazenda do seu segundo mandato. A perspectiva adotada de interpretação nos coloca em contato com o dizer do “saber” encontrado na capa. Se o poder pertence à Dilma, o saber pertence ao ministro. Aqui abrem-se múltiplas possibilidades de interpretação, pois o estereótipo está muito presente nessa capa.

A desigualdade de gênero na política é matéria que Scott (1995) discute de maneira abrangente, principalmente ao mencionar como o construto dá significado às relações de poder. Essa construção evidencia o que foi dito por Birolli e Miguel (2009), que apesar de hoje haver um movimento mais amplo de participação das mulheres nos espaços de poder, ainda permanece a sub-representação política de alguns grupos sociais. Ou seja, o grupo de governantes homens continua sendo considerado o mais instruído e capaz. Nesse sentido, observa-se como a figura masculina está sempre à “sombra” de Dilma, representando a falta de autonomia e confiança social que as mulheres possuem no campo.

Esse fenômeno representa o cenário que Dilma enfrentou no período que esteve à frente do Palácio do Planalto como Presidenta da República. Diversas ações questionando o seu saber, suas habilidades, aconteceram por meio de capas de revistas e outros meios de comunicação. Suas ações eram questionadas, suas atitudes quando não ocorriam da maneira esperada, eram logo comparadas com os homens que a antecederam na Presidência. Sob esse contexto, Birolli (2010) afirma que as mulheres são invisíveis nos noticiários, além disso a visibilidade feminina na mídia noticiosa é concentrada em poucas mulheres que em posição de evidência têm suas imagens associadas à esfera doméstica e íntima, à emotividade e ao corpo e à inabilidade de exercício de cargos públicos.

Dilma está em evidência, mas colocada em uma posição de gênero desfavorável em razão de ser uma mulher ocupando o cargo de presidente. É possível analisar também com essa capa, a categoria dos estereótipos. A capa apresenta pela figura e marcação do texto uma construção de estereótipo que coloca Dilma como incompetente para ocupar o cargo de presidente. Mota (2013) discorre os estereótipos como estruturas cognitivas simplificadoras da realidade social. “Ao mesmo tempo, são estruturas com impacto direto na reafirmação das hierarquias e relações de poder existentes” (p.93). Assim, essas

estruturas interferem diretamente na relação de poder entre o Ministro da Fazenda e Dilma. O homem como lugar do conhecimento, posição de gênero que detém o saber e a mulher fora do lugar, onde não deveria estar, o poder que não lhe pertence.

Birolli (2010) destaca que esses estereótipos presentes na mídia, nas revistas devem ser compreendidos como produtos de uma dinâmica social complexa que envolve papéis diferentes e com hierarquias distintas, entre homens e mulheres. “Por outro lado, esses estereótipos são reproduzidos de acordo com as rotinas produtivas dos meios de comunicação de massa e as perspectivas sociais dos jornalistas, definindo quais os temas e vozes que constituem as notícias” (Birolli, 2010, p. 47).

A figura 8 representa Dilma de maneira caricaturada, com a faixa presidencial vendendo seus olhos. A capa publicada em março de 2015, ainda no começo do segundo do mandato, possui algumas similaridades com outras capas já analisadas. A revista tece uma crítica forte à gestão da presidente e a sua incapacidade de gerir, com a imagem que sugere que Dilma estava perdida na condução do país. Nesse período do governo, Dilma enfrentava protestos por todo o país, que pediam seu impeachment. A perspectiva que se desenha nessa ilustração é simbolicamente representativa por colocar Dilma em uma posição de não saber o que fazer, pois a venda nos olhos de Dilma é a faixa presidencial, que representa que ela não enxerga o próprio país, o povo que novamente lhe concedeu mais um mandato na presidência da república.

Se instaura aqui uma discussão a respeito da dinâmica do poder, diferença e representação encontrada nos estereótipos. Hall (2016) alega que essa dinâmica do poder não deve se restringir apenas ao poder em termos de coerção física, restrição, exploração econômica, mas sim de aprofundar a representação e suas marcações simbólicas. Além disso, ele se organiza pelo discurso, pelo corpo e posições sociais. A lógica simbólica é importante por estarmos falando de uma mulher que pela primeira vez na história ocupa o cargo mais alto do executivo, em um país em que menos de 15 % dos cargos eletivos são ocupados por mulheres, segundo dados da OAB de Sergipe.

A caricatura de Dilma na capa apresenta uma ideia mais relacionada a uma charge, algo relacionado a uma brincadeira. A pergunta que surge é: a de que quais outros presidentes homens que já passaram pela história do país, foram tratados da mesma forma? Esse direcionamento específico feito a ela, como alguém sem capacidade, fora do lugar seria feito aos homens? A história diz que não. Nesse sentido, Birolli e Miguel (2008) discorrem a respeito da mídia, que compõe procedimentos que “difundem visões da realidade social que tendem a confirmar e naturalizar as visões já incorporadas pelos

agentes (homens e mulheres) em relação às hierarquias de gênero. As divisões entre público e privado são, nesse sentido, exemplares.” (p.25).

As construções elencadas pela revista revelam uma noção de sociedade desigual, que coloca as mulheres em uma posição de gênero inferior aos homens. Sob esse ponto Alexandre (2021) tendo como base Scott (1995), discute sobre os efeitos do gênero nas relações sociais e institucionais, e como essas questões influenciam nas experiências que produzem desigualdades e discriminações pautadas em diferenças sexuais. A partir da constituição do gênero como uma instância de poder que socialmente se articula, importa saber como o mundo se organiza entre o público e privado a partir das diferenças biológicas que muitas vezes se traduzem em desigualdades sociais.

A figura 09 e 10 respectivamente tomam Dilma a respeito do seu processo de *impeachment*. Na primeira capa em outubro de 2015, o país se encontrava sob tensão com eminência de um impeachment de Dilma e a Veja já trazia os possíveis motivos para a queda da presidenta: ser impopular, perder apoio no Congresso Nacional e arruinar a economia do país. A figura 10 por sua vez, publicada em dezembro de 2015, já trazia o processo de *impeachment* aberto na câmara dos deputados, listando uma série de notícias a partir da abertura do processo.

Essas duas revistas podem ser tomadas de maneira conjunta por se referirem de maneira similar ao processo e suas implicações. As consequências desse movimento abalaram o país, e os anos seguintes.

A categoria das relações assimétricas de gênero é importante para que se possa pensar as implicações que o exercício desigual do gênero produz ao ler as capas em foco. Nesse sentido, pensar o *impeachment* como movimento previsto na Constituição Federal é um primeiro movimento para entender a lógica do que aconteceu no país. As razões para a retirada de Dilma do governo não foram somente as anunciadas pelo processo conduzido pelos deputados e senadores no Congresso Nacional. Entendo o *impeachment* de 2016 como um golpe parlamentar orquestrado com fortes marcações de gênero, pois os esforços da oposição em face do governo combinaram preconceitos, machismos e estereótipos sexistas para deslegitimar a imagem de Dilma.

Birolli (2018) revela que os discursos misóginos enunciados durante o processo do impeachment não estavam neutralizados, o sexism e a misoginia estiveram presentes na construção de um ambiente político no qual Dilma foi contestada e deposta. “Em alguns casos, a construção da imagem de Rousseff e a configuração dos posicionamentos

favoráveis à sua deposição podem ser descritos como formas de violência política contra as mulheres” (Birolli, 2018, p.79). A autora continua:

Em jornais diários, a construção da presidente eleita em imagens que de certo modo anunciam sua deposição dentro de um ambiente político no qual diferentes tipos de violência ganhavam legitimidade antecipava um ambiente político em que posições de recusa aos direitos humanos ganhariam maior espaço (p.79). Essa dinâmica corrobora com o material empírico apresentado nessa dissertação, que traz exemplos de assimetrias de gênero, antecipação da deposição de Dilma e uma linguagem que se mostra clara no que se pretende dizer.

Tiburi (2018) ao mencionar sobre o que aconteceu com Dilma no processo do *impeachment* levanta sobre o poder do patriarcado, que não se volta somente contra as mulheres, mas contra a democracia. Esse processo segundo ela, nos ensina a entender:

o funcionamento de uma verdadeira máquina misógina, máquina do poder patriarcal, ora opressor, ora sedutor a máquina composta por todas as instituições, do Estado à família, da Igreja à escola, máquina cuja função é impedir que as mulheres cheguem ao poder e nele permaneçam. (Tiburi, 2018, p.106)

Na figura 09, a capa apresenta um título em que Dilma já “caiu”. Essa posição escolhida reflete uma posição parcial, indicando ideias que remetem a uma posição política em que a presidente não representa bem o cargo que ocupa. Não se trata de uma investigação de qual partido político se refere ou qual interesse teria por trás de uma publicação da Veja, mas sim de um movimento simbólico, que indica que as mulheres, quando estão no poder, incomodam, e Dilma causou esse incômodo no patriarcado. Esses incômodos são trazidos por Tiburi (2018) ao se referir à questão da linguagem, presidente ou presidenta? A autodenominação de Dilma revela a importância do seu lugar como presidente e como o exercício do poder torna-se necessário.

4.2 Estereótipos femininos de gênero

Na figura 05, Dilma está retratada em um balanço indicando que enquanto ela cai, a bolsa de valores sobe. O ano da publicação é 2014, período em que seu mandato completava quatro anos. Ao final desse mesmo ano, seria realizada nova eleição presidencial igualmente vencida por ela. A partir dessa perspectiva, a revista deixa claro

que ela estaria brincando de fazer política, pois o balanço representa um brinquedo de criança. A figura da ex-presidenta está representada de uma maneira que indica que seu governo não ia bem.

Hall (2016) postula sobre os estereótipos restringirem e reduzirem os objetos a fatos únicos, o que limita a interpretação, fazendo com que Dilma seja vista somente pela imagem que está presente nessa capa. O retrato generificado em que Dilma é exposta está presente denotando o tom que a revista usa para exposição dos estereótipos femininos. Além disso, ela é retratada de maneira infantilizada, em uma gangorra de parquinho, demonstrando que uma criança não tem capacidade para se defender e administrar um país. Nessa posição infantil, Dilma é facilmente “dominada” pelo mercado, por seus aliados e por sua oposição, evidenciando assim a “incapacidade” das mulheres de governar o país e de estar em posições de comando.

A proposta da revista de aliar e centralizar os problemas do país na figura de Dilma como mencionado, não é mera coincidência, é um exercício que coloca todas as responsabilidades sob o colo da presidenta. Entretanto, essa responsabilidade é dividida com os ministérios, os aliados e a base de governo. Dilma está ocupando o lugar que durante muito tempo pertenceu aos homens, sua posição de poder provoca incômodo. Os políticos homens ao ocuparem a cadeira presidencial, não tiveram o mesmo tipo de conteúdo veiculado pela revista, sobretudo no campo do corpo e do gênero e os assuntos polêmicos, como economia, bolsa de valores, inflação, foram colocados de maneira diferente.

A discussão cunhada por Scott (1995) traz a lógica do poder como ponto forte de análise. O poder executivo máximo na figura de Dilma, como presidenta, abala as estruturas da sociedade, que não estava preparada para que uma mulher ocupasse essa cadeira e esse movimento chega também aos meios de comunicação. O uso do termo “presidenta” foi muito discutido na época em que Dilma assumiu por suscitar debates na imprensa a respeito de qual maneira chamá-la, se seria “presidente”. Essa discussão com a lente teórica de Scott é importante, a demarcação do termo no discurso “presidenta”. O poder em um espaço tão duro e restritivo para as mulheres ajuda a dar significação às relações desiguais e assimétricas.

Outra capa que apresenta estereótipos é a da figura 01. Ela traz Dilma “pisando no tomate” expressão usada no popular quando alguém comete algum erro ou falha. Ela foi publicada quando Dilma estava no terceiro ano do seu primeiro mandato na Presidência da República. Na história da democracia brasileira, diversos presidentes da

República tiveram problemas com a inflação, mas quantos tiveram capas emblemáticas em que eram colocados ligados aos problemas da inflação dessa maneira caricata?

A centralização dos problemas do país na pessoa do chefe do executivo é uma atitude até certo ponto comum da população, você escolhe um candidato (a) e espera que ele (a) resolva os problemas do país. Quando as coisas não vão bem, é natural que a cobrança venha em cima de quem você elegeu. Entretanto, a maneira pela qual a centralidade dessa cobrança vem é um problema. A construção dessa capa realizada pela revista trouxe consigo a culpabilização de Dilma, mas a inflação não é um problema que depende somente da presidente da república, outros fatores de mercado estão incluídos. A sincronia da imagem do corpo feminino traz a perspectiva da responsabilização no discurso de maneira contundente.

Inicialmente, a figura de uma mulher pisando em uma fruta como é o tomate, pode fazer menção à ideia do doméstico, do privado, pois às mulheres são reservados o campo do privado, do cuidado da casa, da cozinha, dos alimentos e o tomate é um alimento. Se uma mulher comete um erro, ela pisa em um tomate, logo Dilma está exatamente fora do lugar, pois a ela não foi reservado o lugar da política.

Não se pensa a nenhum político homem, por mais erros que ele cometa, uma capa como essa, pois o doméstico não é o lugar dos homens.

A figura 02, que trata sobre a temática do aborto, foi trabalhada na análise juntamente com a capa da edição especial. Mas, o estereótipo em que Dilma é colocada parte do princípio de suas opiniões a respeito do aborto. A capa coloca a ex-presidenta em momentos completamente distintos, com opiniões que divergem a respeito do aborto.

Birolli (2011) ao trazer sobre as distorções de realidade que o estereótipo produz, enfatiza a distância entre o que é verdadeiro e o que falso, pois essas distorções enganam, produzem confusões aos olhos de quem vê, como fumaça. A revista ao trazer posições contrárias de Dilma, em um momento de eleição ajuda a construir um estereótipo de que a presidente possui opiniões que revelam seu apoio ao aborto. Mas o que realmente importa, não são as opiniões de Dilma e sim o conteúdo dela, pode uma mulher ser a favor do aborto?

Segundo Mano e Mâcedo (2018) em 2010, ano da primeira eleição de Dilma, mais de 19 de milhões de panfletos associando Dilma Rousseff à defesa da prática do aborto foram apreendidos pela Polícia Federal, além disso o candidato José Serra do PSDB teria chamado Dilma de “abortista”. Dilma teve que vir a público para garantir que não proporia a descriminalização ou legalização do aborto, caso eleita, pois acreditava que

esse assunto cabia ao poder Legislativo. Esse exemplo retrata como o estereótipo ligado ao aborto cola nas mulheres, principalmente por ser um assunto que as pessoas têm dificuldade para dialogar.

4.3 Tecnologia de gênero

A figura 11 “*Tchau querida Tchau querido. Com o impeachment de Dilma e queda de Cunha, o Brasil tem a chance histórica de fazer uma limpeza inédita na vida pública*”. Foi lançado em maio de 2016, já com a sinalização positiva dos deputados no Congresso Nacional, o processo de *impeachment* contra a ex-presidenta Dilma Rousseff, aguardando votação dos senadores para seguir o seu trâmite. A capa se apresenta como uma tecnologia de gênero ao se referir à presidenta de maneira desrespeitosa e debochada com o termo “tchau, querida”. Primeiro, por novamente retirar Dilma de seu cargo, sem o término do processo, depois pela má condução em um momento tão importante no país. Birolli (2018) destaca:

Ao mesmo tempo, nos espaços institucionais, a presença massivamente masculina dava seu recado com o slogan “Tchau, querida!”, utilizado por partidos e parlamentares que se articularam para a suspensão do mandato de Rousseff. A ironia presente no “Tchau, querida!” se completava nos corpos. Nas imagens da votação, televisionada e teatralizada, ternos e termos utilizados pelos parlamentares – 90 homens para cada dez mulheres nessa legislatura – ao votarem pela deposição de Rousseff e comemorarem o afastamento sem provas da primeira mulher a chegar à presidência da República no Brasil apresentam uma gramática de gênero bastante evidente. Ao manifestarem seu voto, os parlamentares favoráveis à deposição defenderam repetidamente a “família tradicional”, modo de organização das relações historicamente desvantajoso para as mulheres. O modelo de família que, para os parlamentares, permitiria um retorno a uma ordem desejada tem sido historicamente reduto de violência e da exploração, expondo as perspectivas de gênero em jogo. O discurso de ódio também esteve presente, na homenagem de um deputado ao torturador de Rousseff, que foi prisioneira política durante a ditadura de 1964. (Birolli, 2018, p.81)

Essas questões elencadas pela autora fizeram da construção da votação do *impeachment*, um momento de completo desrespeito, violência, machismo e sexism. Os

votos que defendiam a saída, tinham consigo marcas e justificativas que em nada tinham a ver com o processo em si, mas relacionavam-se com temáticas desrespeitosas. Houve quebra de decoro por parte da revista ao se referir a uma presidenta da República dessa maneira, o que demonstra que o tratamento dado a Dilma é algo que não faz tanta diferença.

Uma grande questão que aparece na capa, que tem Eduardo Cunha, na época presidente da Câmara dos Deputados, sendo tratado como “Tchau querido”, para que trouxessem ideia de similaridade. Mas sabemos que um homem não seria retratado em uma capa da mesma forma. Os presidentes da República que passaram antes de Dilma não sofreram esses tipos de problemas, pois as posições de gênero dos homens não são questionadas em razão da política ser lugar dos homens.

A cultura como marcador de gênero para Laurettis (1994) possibilita discutir as tecnologias de gênero como elementos que produzem estereótipos, sendo postos e repostos diariamente. A revista funciona como uma tecnologia ao marcar um traço de gênero que foi violento, desrespeitoso e debochado para com Dilma. Além disso, é importante marcar que esse registro dizia respeito à retirada da única mulher eleita presidenta na história do país. A construção desse cenário revela a maneira pela qual as mulheres são vistas na ocupação dos cargos públicos.

A figura 07 “O poder e o saber” também é uma capa que pode ser lida por intermédio das tecnologias de gênero. Essa capa já foi lida na categoria das relações assimétricas, mas entendo que vale a pena trazê-la novamente em razão da sua expressão.

Dilma ser representada enquanto uma mulher que detém o poder, ser encoberta por um homem que é o representante do saber indica muitas coisas, sobretudo em um contexto pós reeleição. Assim, trazer a temática no que toca ao construto da tecnologia de gênero, demonstra como a ocupação de posições de poder pelas mulheres é ainda hoje difícil. A revista apresenta essa temática em um momento em que Dilma estava sem forças, mesmo após vencer as eleições, o que denota que mesmo sendo a presidenta da República reeleita, o momento não era bom.

Birolli (2011) discute a respeito dos meios de comunicação e como suas construções de realidade influenciam a dinâmica da sociedade.

Os meios de comunicação de massa consistem numa arena na qual estão em disputa representações diversas da realidade social. Estão em disputa, mais precisamente, a validação de valores e julgamentos que estão na base dessas representações. E essa

disputa se coloca em vários níveis e graus, daí o fato de que os discursos colocados em circulação pela mídia recorram a tipificações, tenham como efeito potencial a naturalização de determinados estereótipos, mas não se restrinjam a uma versão coerente e linear dos grupos sociais e das relações de poder em que se inserem. (Birolli, 2011, p.95).

Essas representações diversas da realidade social consistem na reprodução de diversos cenários que em muitas ocasiões dizem respeito ao que se deseja dizer por intermédio das capas. A tecnologia que se reproduz nessas capas ratificam exercícios assimétricos de gênero, desigualdades de gênero, além de retratarem uma imagem falseada sobre estereótipos femininos de gênero.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escrita dessa dissertação envolveu a construção de um problema de pesquisa, a partir da escolha do material empírico, que já tinham sido inspiração de outro trabalho. A partir delas foi possível escolher um caminho metodológico para prosseguir. As mídias impressas em circulação no país a diversos anos produzindo seus efeitos, foram escolha de objeto de análise, para se produzir resultados. Tendo em vista os objetivos aos quais este estudo se propôs, foi possível fazer alguns apontamentos, que serão descritos a seguir a partir da retomada de algumas questões suscitadas no decorrer da pesquisa.

Parto da figura central da ex-presidenta Dilma Rousseff, como referência para essa pesquisa. A partir dela as análises de capa se derivaram, tendo em vista que ela foi a única mulher eleita presidente do Brasil, exemplo para muitas outras mulheres que querem entrar para política formal. Não me refiro aqui a partido político, mas sim a seu discurso, posição e abertura política a outras mulheres.

A discussão teórica segundo Butler (2003) a partir dos construtos de gênero revelam que sexo e gênero não pertencem ao mesmo estatuto e é importante a sua diferenciação, para que se compreenda que a leitura dos estereótipos nas revistas é realizada a partir dos conceitos básicos.

O gênero lido por Scott (1995) ligado a dinâmica do poder, se conecta diretamente as ações da presidente, retratadas pela revista nas capas, que foram alvo de investigação dessa dissertação. As capas lidas com as lentes metodológicas da análise de conteúdo oportunizaram perceber quais conteúdos gráficos, de textos contidos nas revistas. Os resultados da análise, mostram um cenário de desigualdade de gênero, assimetria de poderes e posições que foram tomadas hegemônicas.

A construção histórica do direito das mulheres, evidencia que a luta pelo voto, por espaço na política, inicia-se muito antes da eleição de Dilma. A distinção entre o público o privado, o espaço doméstico, as dinâmicas sociais de reivindicações pelo simples ir e vir já demonstram que a política é inseparável do gênero. Os movimentos sociais de periferia, os movimentos feministas e o movimento de mulheres mostraram sua força há muitos anos e ainda hoje mantém-se vivos, para fortalecer a luta das mulheres.

A partir da análise empírica das 10 capas, foi possível perceber elementos importantes que dizem respeito aos estereótipos, problema de pesquisa dessa dissertação. As categorias de análise foram pensadas a fim de sistematizar o pensamento e articular as discussões com as teóricas de base. A escolha por separar as revistas em cada tópico

também proporcionou uma visão mais aprofundada da capa, com riqueza de detalhes e com a aproximação da teoria. Entretanto, as revistas guardavam características que permitiam a interpretação em mais de uma categoria, ou de maneira conjunta. Em razão de uma escolha metodológica, o primeiro método foi escolhido, mas em alguns casos, as revistas se repetem, em razão de ser possível fazê-lo dessa forma.

Na categoria das relações assimétricas de gênero, o ponto principal foi de perceber como a revista em alguns momentos deixava muito claro a desigualdade política. Dilma como uma presidenta incapaz de ocupar o cargo de presidente, sem habilidade para lidar com os problemas do país, sempre com homens mais habilidosos do que ela em torno de seu governo. O feminino marcado como frágil, fraco, sem inteligência, sempre necessitando da ajuda dos homens, que são hábeis, inteligentes e mais preparados. Essas questões à luz das teorias de gênero, revelam como foram construídos estereótipos femininos que desconstruíram a imagem da única mulher reeleita presidente no Brasil.

O impeachment da de Dilma, foi cercado de estereótipos que ajudaram a montar um cenário de desrespeito a sua imagem enquanto mulher e representante do povo. Na categoria dos estereótipos, foi observável como algumas manchetes auxiliaram na dinâmica de construção dessas ideias. A reflexão pela teoria proporcionou a apresentação de alguns resultados que corroboram com a perspectiva que a capa por si só apresenta um estereótipo. A análise revela como esses estereótipos são prejudiciais às mulheres, por trazer preconceitos, machismos, sexism. Na atuação de Dilma no governo, ela foi prejudicada, por ser mulher. Seus atos sempre eram tomados pelo seu gênero, antes mesmo de serem visto na sua essência.

A categoria das tecnologias de gênero, trouxe resultados que demonstram como a cultura está repleta de elementos que ratificam as posições de gênero. As capas analisadas, tinham efeitos de tecnologias por serem reforçadores de preconceitos, estereótipos e produtoras de desigualdades de gênero. O construto assim como dito por Alves, Moreira e Jaime (2021) possuí características que reafirmam os estereótipos de gênero.

A presença da tecnologia, sinaliza o reforço dos estereótipos de gênero nas capas da revista. A análise possibilitou a interpretação dessas questões mediante as teorias, que foram a base para a produção das problemáticas.

Saliento que o objetivo foi levantar discussões, a fim de alcançar os objetivos propostos com o problema de pesquisa. Não pretendo com esse estudo criar uma generalização e encerrar esse assunto aqui, pois as análises são múltiplas, e as possibilidades de estudos são variadas.

REFERÊNCIAS

- Afonso L.2001 A polêmica sobre adolescência e sexualidade. Belo Horizonte: *Edições do Campo Social.*
- Agência Senado. *Impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff.*
<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>
- Akotirene, Carla. (2018) *Interseccionalidade.* Feminismos plurais. Djamila Ribeiro. Cord. Pólen livros. São Paulo.
- Alexandre, Bruno do Prado. (2021). *UMA PRESIDENTE FORA DE SI:* Política, misoginia e os discursos midiáticos nas representações sobre Dilma Rousseff. Seminário Internacional Fazendo Gênero 12 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, ISSN 2179-510X
- Almeida, Tânia Mara Campos de e Bandeira, Lourdes Maria. (2013) *O aborto e o uso do corpo feminino na política:* a campanha presidencial brasileira em 2010 e seus desdobramentos atuais. Cadernos Pagu [online] n. 41 [Acessado 12 Janeiro 2023], pp. 371-403. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-83332013000200018>>. ISSN 1809-4449. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332013000200018>.
- Alvarez, Sônia. 1988. *Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia.* In: STEPAN, A., ed. Democratizando o Brazil. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Alves, Cláudio Eduardo Resende, Moreira, Maria Ignez Costa e Jayme, Juliana Gonzaga. (2021). *O Binarismo de gênero nas placas de banheiros em espaços públicos.* Psicología & Sociedad [online] v. 33 Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/psoc/a/NLxLfBppzTV8By7bzGNnqYy/abstract/?lang=pt>
- Alves Palacios, R., Freddo Fleck, C., & Pacheco Abbondanza, M. V. (2021). *Discursos de prejuicio de género en publicaciones de los medios de comunicación y su relación con la construcción de la imagen de la expresidenta del Brasil Dilma Rousseff . Contratexto,* (035), 199-224.
<https://doi.org/10.26439/contratexto2021.n035.4887>

Andrade de, Camila Damasceno. (2018). PÚBLICO, PRIVADO E DOMINAÇÃO DE GÊNERO. CAPTURA CRÍPTICA: *direito, política, atualidade*. Florianópolis, v. 7, n. 1.,

Ato Institucional N° 5, de 13 de dezembro de (1968). São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências.

Azambuja, K. C. M. (2014). Veja: *há 40 anos construindo a imagem das mulheres na política*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil

Bardin, Laurence. (2004) *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Bardin, Laurence. (2016) *Analise de conteúdo*. São Paulo. Tradução de Luís Antero Reto Augusto Pinheiro. Edições 70.

Beauvoir, Simone. (1949) *Le deuxième sexe*, Gallimard, Paris, 1949, t. II, p.15.
<https://www.foiceemartelo.com.br/posfsa/Autores/Beauvoir,%20Simone%20de/O%20Segundo%20Sexo%20-%20II.pdf>

Beauvoir, Simone. (1967) *O Segundo Sexo*: A experiência vivida. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 2 v

Bianchi, Mariangela, Monafardini. (2013) O FEMININO NAS ELEIÇÕES DE 2010: o discurso de *Veja* e *Istoé* sobre as mulheres candidatas (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília, DF. Brasil

Birolli, Flavia (2010). Mulheres e política nas notícias: *Estereótipos de gênero e competência política*. Revista Crítica de Ciências Sociais [Online]
<https://journals.openedition.org/rccs/1765>

Birolli, Flavia e Mello Janine. (2010). Gênero e representação política: *Hipóteses sobre as diferenças entre a atuação de deputadas e deputados federais na 52ª legislatura (2003-2006)*. Revista Ártemis. vol.11. p.1-20
<https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/10685/5918>

Birolli, Flávia; Miguel Luis Felipe (2008). *Gênero e política no jornalismo brasileiro*. Revista FAMECOS. Porto Alegre. nº 36

Birolli, Flávia; Miguel Luis Felipe. (2009). Mídia e representação política feminina: *hipóteses de pesquisa OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 15, nº 1, Junho. p.55-81
<https://www.scielo.br/j/op/a/pTPzn8cRQyZ3svhH7prFkxJ/?format=pdf&lang=pt>

Birolli, Flavia e Miguel Luis Felipe (2010). Práticas de gênero e carreiras políticas: *vertentes explicativas*. Revistas de Estudos Feministas, Florianópolis, 18(3): 653-679, setembro-dezembro.
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2010000300003/17681>

Biroli, Flávia (2011) Mídia, tipificação e exercícios de poder: *a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico*. Revista Brasileira de Ciência Política [online]. 2011, n. 6, pp. 71-98. <<https://doi.org/10.1590/S0103-33522011000200004>>. Epub 04 Jul 2012. ISSN 2178-4884.
<https://doi.org/10.1590/S0103-33522011000200004>.

Biroli, F. (2018). Uma mulher foi deposta: *sexismo, misoginia e violência política*. Em L. Rubim e F. Argolo (Orgs.) . O Golpe na perspectiva de Gênero. Salvador: EDUFBA.

Borba, Ângela. 1993. *Movimento feminista, autonomia e organizações não-governamentais*. Fempress, nº 141, junho

Borba, Rodrigo 2014. A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais. *Cadernos Pagu [online]* n. 43
<https://www.scielo.br/j/cpa/a/T86yvM4tkCzZts3kVwqKPQG/?format=pdf&lang=pt>

Bourdieu, Pierre. (1999). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil,
<https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2321839>

Butler, Judith .P (1988) Performative Acts and Gender Constitution: An Essay in Phenomenology and Feminist Theory. *Theatre Journal*, Vol. 40, No. 4. (p. 519-531.)

Butler, Judith. (1993). *Bodies that Matter: On the Discursive Limits of “Sex”*. Nova York, Routledge,
https://monoskop.org/images/d/df/Butler_Judith_Bodies_That_Matter_On_the_Discursive_Limits_of_Sex_1993.pdf

Butler, Judith P .(2003) *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira,

Butler, Judith P. (2007). El género en disputa. *El feminismo y la subversión de la identidad*. Barcelona: Paidós,
https://www.lauragonzalez.com/TC/El_genero_en_disputa_Butler.pdf

Butler, Judith P. (2009) Performativity, precarity and sexual politics. *Revista de Antropología Iberoamericana*. Volume 4, Número 3. Madrid: Antropólogos Iberoamericanos. p.01 - 13.
<https://www.aibr.org/antropologia/04v03/criticos/040301b.pdf>

Blumer, M.C.,& Telles, V. L. C. N. (2014) Da comunicação visual pré-histórica ao desenvolvimento da linguagem escrita, e, a evolução da autenticidade documentoscópica. *Revista Acadêmica Fiocruz*.
<http://revista.oswaldocruz.br/Content/pdf/Maria%20Cec%C3%A3o%20Adlia%20Blumer%20GROBEL.pdf>

Câmara dos Deputados. *Composição dos deputados eleitos em 2022*.
<https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/composicao-da-camara-2023/index.html>

Câmara dos deputados. *Eleições de 2010*. <https://www.camara.leg.br/tv/206269-dilma-rousseff-e-eleita-a-primeira-mulher-presidente-do-brasil/>

Caminhas, Lorena Rúbia P. (2017). *Butler além do gênero: A PERFORMATIVIDADE NA POLÍTICA DE RECONHECIMENTO*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis,
[http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1517835509_AR
 QUIVO_ModelooficialFazendooGenero2017.pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1517835509_ARQUIVO_ModelooficialFazendooGenero2017.pdf)

Carneiro, Sueli. (2017) “*Sobrevivente, testemunha e porta-voz*”. CULT, São Paulo, n. 223, p. 12-20, maio. (Entrevista concedida à Bianca Santana)
[https://revistacult.uol.com.br/home/sueli-carneiro-sobrevivente-testemunha-e-
 porta-voz/](https://revistacult.uol.com.br/home/sueli-carneiro-sobrevivente-testemunha-e-porta-voz/)

Comissão Tripartite para a Revisão da Lei 9.504/1997. Relatório Final. 2009.
[https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-
 mulheres/arquivo/assuntos/poder-e-participacao-politica/direitos-e-
 legislacao/legislacao-
 adicional/relatorio_final_da_comissao_tripartite_para_a_revisao_da_lei_9504_9
 7.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/poder-e-participacao-politica/direitos-e-legislacao/legislacao-adicional/relatorio_final_da_comissao_tripartite_para_a_revisao_da_lei_9504_97.pdf)

Conferência do Cairo. *Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento das Nações Unidas (CIPD)* [https://brazil.unfpa.org/pt-
 br/publications/relat%C3%83rio-da-confer%C3%A3ncia-internacional-sobre-
 popula%C3%A7%C3%A3o-e-desenvolvimento-confer%C3%A3ncia-do](https://brazil.unfpa.org/pt-br/publications/relat%C3%83rio-da-confer%C3%A3ncia-internacional-sobre-popula%C3%A7%C3%A3o-e-desenvolvimento-confer%C3%A3ncia-do)

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (2017) (52ª ed.) Câmara.

Corrêa, Beatriz da Cruz Nascimento. (2014) Gênero, mídia e estereótipos: *uma análise da representação da presidente Dilma Rousseff*. (Monografia) Rio de Janeiro,

Curiel, Ochy.(2020). Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. Heloisa Buarque de Hollanda. Org. *Pensamento feminista hoje. Perspectivas decoloniais*. Bazar do Tempo.

Cyfer, I.. (2015). *Afinal, o que é uma mulher?* Simone de Beauvoir e "a questão do sujeito" na teoria crítica feminista. *Lua Nova: Revista De Cultura E Política*, (Lua Nova, 2015 (94)). <https://doi.org/10.1590/0102-64452015009400003>

Davis, Angela (2016). *Mulheres, raça e classe*. Boitempo.

Decreto da 1^a Conferência Nacional de Política para as Mulheres. Convoca a 1^a Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.
https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Mulheres/regime_nto_1_conferencia_politicas_para_mulheres.pdf

Diário de Pernambuco. *Espaço na política*.

<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/politica/2018/07/apenas-sete-mulheres-se-candidatam-a-presidencia-desde-a-redemocratiza.html>

Duarte, Constância Lima. (2003). “Feminismo e literatura no Brasil. In: *Revista Estudos Avançados*. vol.17, n.49, pp. 151-172.

Dyer, R. (Org.). 1977. *Gays and Film*. Londres: *British Film Institute*.

Elas no poder e Me farei ouvir. 2020. Pesquisa: *Perfil da Mulher na Política*.

Engels, F. (1984). *A Origem da família, da propriedade privada e do Estado*, Ed 99. Civilização Brasileira, RJ.

Ferreira, Bárbara Miranda Secco. (2017). “Tchau, querida!” O enquadramento noticioso na cobertura do impeachment da primeira mulher na presidência do Brasil. (*Dissertação de Mestrado*). PUC-RJ. https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/38432/38432_1.PDF

Foucault, M. (1979) *Microfísica do Poder*. Tradução e Organização de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Foucault, Michel. (1998) *História da sexualidade* I: A vontade de saber, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal.

Gabinetona: <https://memoria.gabinetona.org/o-que-e-porque/sobre-a-gabinetona/>

Gabrili, Mara. Universa.

<https://www.uol.com.br/universa/noticias/azmina/2022/10/25/mara-gabrilidenuencia-violencia-politica-de-genero-a-policia-do-congresso.htm>

Gil, Antonio Carlos.(1989) Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. Editora Atlas S.A. São Paulo. Disponível em: https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-ac_mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social-1989.pdf

Gomes, Maria Carmen Aires. (2010). Ação social midiatisada: *analisando a recontextualização de um evento social*. Linguagem em (Dis)curso [online] v. 10, n. 2 , pp. 293-313. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ld/a/QCVGnqDqXv5NBXZrthhhVsx/?lang=pt>

Gonzalez, Lélia (1988/2020). Por um feminismo afro-latino-americano. In H. B. Hollanda (Org.), *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais* (pp. 39-51). Bazar do Tempo. (Trabalho original publicado em 1988)

Gradvohl, Silvia Mayumi Obama; Osis, Maria José Duarte, & Makuch, Maria Yolanda. (2014). *Maternidade e formas de maternagem desde a idade média à atualidade*. Pensando famílias, 18(1), 55-62. Recuperado em 10 de janeiro de 2023, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2014000100006&lng=pt&tlang=pt..

Hall, Stuart. (2016) In *Cultura & representação*. Rio de Janeiro: Apicuri, PUC-Rio ed. pp. 32, 189-214.

Junior Francisco Francinete Leite, Amazonas, Maria Cristina Lopes de Almeida, Siqueira, Hermógenes Abraão Paz. (2020). O conceito de precariedade e as contribuições teóricas de Judith Butler para a compreensão da prática política da psicologia. UNITAU, Taubaté/SP - Brasil, v. 13, n 2, edição 27, p. 102 – 114
<https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/637/349>

Lauretis, Teresa De. (1994) A tecnologia do gênero. Tradução de Suzana Funck. In: Hollanda, Heloisa (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, p. 206-242

Lei 8.949, de 30 de dezembro de 2021. Institui o “Dia de Mobilização Estadual dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres”, e dá providências correlatas. <https://al.se.leg.br/Legislacao/Ordinaria/2021/O89492021.pdf>

Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm)

Lei 14.192, de 04 de agosto de 2021. Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher; e altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para dispor sobre os crimes de divulgação de fato ou vídeo com conteúdo inverídico no período de campanha eleitoral, para criminalizar a violência política contra a mulher e para assegurar a participação de mulheres em debates eleitorais proporcionalmente ao número de candidatas às eleições proporcionais.

Linhares, Juliane. *Bela, Recatada e do Lar*. Revista Veja.

<https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>

Lippmann, W. (1922). *Public opinion*. New York: Harcourt, Brace and Co.

Lobato, Danielle de Castro Silva. (2020). CONTRIBUIÇÕES DE SUELI CARNEIRO PARA O PENSAMENTO DECOLONIAL, FEMINISTA E ANTI-RACISTA LATINO-AMERICANO. *Universidade de Brasília - UnB*

Louro GL.(1999) *Pedagogias da sexualidade*. In: Louro GL,organizador. O corpo educado. Belo Horizonte (MG): Autêntica.p. 83-111. Disponível em:
<https://core.ac.uk/download/pdf/30353576.pdf>

Lugones, Maria (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014

Lugones, Maria (2020) Colonialidade e gênero. Heloisa Buarque de Hollanda. Org. *Pensamento feminista hoje. Perspectivas decoloniais*. Bazar do Tempo.

Lutz, Berta. *Agência Senado*: <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/bertha-lutz>

Mano, Kubik Maíra; Mâcedo, Santos Márcia (2018). *Direitos reprodutivos, um dos campos de batalha da golpe*. Em L. Rubim e F. Argolo (Orgs.) . O Golpe na perspectiva de Gênero. Salvador: EDUFBA.

Matos, Marlise; Iáris Ramalho Cortês (2010) *Mais Mulheres no Poder – Contribuição à Formação Política das Mulheres* – Brasília: Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres.

May, Tim . (2004) Pesquisa social: *questões, métodos e processos* 1Tim May; trad. Carlos Alberto Silveira Netto Soares. - 3.ed. - Porto Alegre: Artmed.

Memórias Globo. *Eleições presidenciais 2010*.

<https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/eleicoes-presidenciais-2010/noticia/eleicoes-presidenciais-2010.ghtml>

Moraes, Laura. Estatuto do Nascituro. Revista *Galileu sociedade*.

Sociedade.<https://revistagalileu.globo.com/sociedade/noticia/2022/12/entenda-o-que-propoe-o-projeto-de-lei-do-estatuto-do-nascituro.ghtml>

Mota, Fernanda Ferreira. (2013). Entre agenda eleitoral e imagem pública: *a condição feminina nas eleições presidenciais de 2010*. (Dissertação de mestrado).

Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil

https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14875/1/2013_FernandaFerreiraMota.pdf

Ordem dos advogados do Brasil (OAB/SE). *Menos de 15% dos cargos eletivos são ocupados por mulheres. OAB/SE debate pauta do fortalecimento de políticas para mulheres*. <https://oabsergipe.org.br/blog/2023/02/03/menos-de-15-dos-ocupados-por-mulheres-oabse-debate-pauta-do-fortalecimento-de-politicas-para-mulheres>

[cargos-eletivos-sao-ocupados-por-mulheres-oab-se-debate-pauta-do-fortalecimento-de-politicas-para-mulheres/](#)

Pateman, C. (1993). O contrato sexual. Rio de Janeiro: *Paz e Terra*.

Pedro, Joana Maria, Pinsky, Carla Bassanezi. (2012) *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto.

Penna, Isa. *Assédio sofrido em 2020*. <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/04/01/caso-isa-penna-em-decisao-inedita-alesp-suspende-por-6-meses-mandato-do-deputadofernando-cury-que-passou-a-mao-em-colega.ghml>

Pinto, Céli Regina Jardim (2003). *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Projeto de lei nº 5613, de 2020 (nº 349/2015, na Câmara dos Deputados)
 Estabelece normas para prevenir, sancionar e combater a violência política contra a mulher; e altera as Leis nºs 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 9.504, de 30 de setembro de 1997.
<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/146095>

Projeto de lei nº 5613 de 2021. Institui o Dia Nacional de Conscientização e Enfrentamento à Violência Política de Gênero
https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=2043078

Quijano, Aníbal.(2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In:
 LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO. p. 342.

R.B.. Dilma Rousseff. *El País Brasil*.

https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/31/politica/1420051282_299343.html

Resolução nº 23.609, de 18 de Dezembro de 2019. Dispõe sobre a escolha e o registro de candidatas e candidatos para as eleições.

<https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2019/resolucao-no-23-609-de-18-de-dezembro-de-2019>

Revista Istóe: *Luiz Cláudio Cunha*: https://istoe.com.br/15907_DILMA+ROUSSEFF/

Rodrigues, Carla (2012) Performance, gênero, linguagem e alteridade: J. Butler leitora de J. Derrida. *Sexualidad, Salud y Sociedad* (Rio de Janeiro) n. 10
<https://www.scielo.br/j/sess/a/MGFlkQSZT8LVdcpXNvg3jYtD/?lang=pt>

Romagnoli Roberta Carvalho; SILVA, Coutinho Bruna. (2022) *Interseccionalidade e a Esquizoanálise: conquistas macropolíticas e retrocessos micropolíticos. Psicologia e Sociedade.* v. 24, e249960, Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-0310/2022v34249960>>. Epub 29 Abr 2022. ISSN 1807-0310. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2022v34249960>.

Rousseff, Dilma. *Íntegra do discurso da presidente Dilma Rousseff na cerimônia de posse*. Senado Notícias.

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/01/01/integra-do-discurso-da-presidente-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-posse>

Saffioti, Heleieth (2015) *Gênero patriarcado violência.* / Heleieth Iara Bongiovani Saffioti.-- 2.ed.—São Paulo : Expressão Popular : Fundação Perseu Abramo.

Sarti, Cynthia Andersen (2004). “O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória”. Revista Estudos Feministas, vol.12, n.2, pp. 35-50.

Scott, Joan.(1995) *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade, Porto Alegre, v.20, n.2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em:
<https://seer.ufrgs.br/educacaoe/realidade/article/download/71721/40667>

Segundo Plano Nacional de Políticas para Mulheres. (2008) Brasília.
http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional_politicamulheres.pdf

Serra, José. *Biografia*. Agência Senado.

<https://www12.senado.leg.br/institucional/arquivo/historiaoral/fichas-tecnicas/senadores/jose-serra/biografia>

Silva, Carla Luciana. (2008) O “Admirável mundo” de Veja: *influências sociais de uma revista de informação*. Revista História Actual Online, n° 15. p. 89-105.

<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2546985.pdf>

Silva, Janaína, & Queiroz e Melo, Maria de Fátima Aranha de. (2020). Um espelho de duas faces: ser ou não ser mãe? Revista Polis e Psique, 10(1), 85-106.

<https://dx.doi.org/10.22456/2238-152X.89721>

Silveira, Viviane Teixeira. (2010) Diretrizes Curriculares de Gênero e Diversidade Sexual da Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Disponível em:
http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/dce_diversidade.pdf

Soares, Pedro. (2003). *Plataformas com conteúdo nacional devem gerar 30 mil empregos*. Folha de São Paulo.

<https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u65203.shtml>

Soares, Vera (1994). Movimento Feminista: *paradigmas e desafios*. Revista de Estudos Feministas. N° especial/2º sem./94 - Colóquio Internacional Brasil, França e Quebec. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16089/14633>

Soares, Vera (1998). Muitas faces do feminismo no Brasil. In A. Borba, N. Faria T. Godinho. (Orgs.) *Mulher e política: Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. Editora Fundação Perseu Abramo

Tedeschi, Losandro Antonio (2012) As mulheres e a história: *uma introdução teórico metodológica*. Dourados: Ed. UFGD.

Tiburi, Márcia. (2018). A máquina misógina e o fator Dilma Rousseff na política brasileira. Em L. Rubim e F. Argolo (Orgs.). *O Golpe na perspectiva de Gênero*. Salvador: EDUFBA.

Tribunal Superior Eleitoral. *Estatísticas das eleições (2022)*

<https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-eleicao-resultados/resultado-consolidado?session=2102288263074>

Tribunal Superior Eleitoral, (TSE) Mulheres. Estatísticas das eleições (2012)

<https://www.justicaeleitoral.jus.br/tse-mulheres/>